

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO**

**Sublimação, ato criativo e sujeito na
psicanálise**

**Florianópolis
2009**

Zeila Facci Torezan

Sublimação, ato criativo e sujeito na psicanálise

Tese apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de doutor em Psicologia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador: Prof. Dr. Fernando Aguiar Brito de Souza.

Florianópolis
2009

*Para Isabela e Laura, que já me dedicaram
tantas das suas preciosas criações.*

AGRADECIMENTOS

A despeito da solidão necessária nos momentos de estudo, reflexão e criação, uma tese não é produzida sem o auxílio e colaboração, direta e indireta, de muitas pessoas. Expresso minha profunda gratidão por todas elas e de forma particular:

ao Prof. Dr. Fernando Aguiar Brito de Souza, por sua efetiva contribuição para a realização desta tese e, sobretudo, pela postura sempre ética e respeitosa com que conduz o trabalho de orientação;

ao Prof. Dr. Kleber Prado Filho, à Prof. Dra. Mérite de Souza e ao Prof. Dr. Sérgio Scotti, pela participação e sugestões realizadas durante o exame de qualificação, momento crucial para o desenvolvimento desta tese;

ao Prof. Dr. André Gellis, ao Prof. Dr. Vinícius Darriba, à Prof. Dra. Mara Lago e ao Prof. Dr. Kleber Prado Filho, pela presença e contribuições realizadas durante a banca de defesa da tese;

à Prof. Dra. Mérite de Souza e ao Prof. Dr. Carlos Augusto Remor por aceitarem compor a banca examinadora de defesa como membros suplentes;

à psicanalista Angela Valore, por seu trabalho de todos esses anos, cujos efeitos estiveram presentes no percurso de pesquisa e podem ser lidos nas páginas desta tese;

ao meu marido e às minhas filhas, pelo carinho, incentivo e compreensão;

às minhas queridas irmãs, Denise e Dionete (*in memoriam*), pelo amor que sempre me dedicaram;

aos meus pais, por tudo.

TOREZAN, Zeila F. **Sublimação, ato criativo e sujeito na psicanálise.** Florianópolis, 2009. 162f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Aguiar Brito de Souza.

Defesa: 31/07/2009.

RESUMO

A tese, fruto de pesquisa teórica de orientação freudo-lacanianiana, objetivou analisar os enlaces entre sublimação, ato criativo e sujeito e afirmar a presença do sujeito no ato criativo via sublimação. O método da *releitura* foi aplicado sobre os textos de Freud e Lacan que tratam dos conceitos em causa e as publicações de mesma orientação e tema semelhante. Partindo da noção de sujeito na psicanálise e de suas especificidades na contemporaneidade, fez-se uma retomada conceitual da sublimação em Freud e Lacan, seguida da discussão sobre o ato criativo. O percurso afirmou o sujeito na sublimação e no ato criativo, quando ocorre o afastamento do lugar de objeto e o reconhecimento e lide com o Real; quando o vazio da *Coisa* é contemplado. Considerou-se as possibilidades e os efeitos da sublimação nos dias de hoje, numa análise da relevância clínica do conceito de sublimação na contemporaneidade. Identificou-se uma aproximação entre o campo sublimatório e os efeitos do trabalho analítico. Sublimar não impede o adoecer e não tem compromisso com o aceitável, desejável ou elogiável socialmente, mas o valor da sublimação não pode ser negado, ainda mais em tempos tão funestos, quando reina a apatia e a dessubjetivação, quando o ato criativo sobrevive às minguas, à sombra de outras modalidades de ato, marcadas por condutas violentas, delirantes, transgressoras ou depressivas.

Palavras-chave: Sublimação; Ato criativo; Sujeito.

ABSTRACT

The work, a theoretical research from a Freud-Lacan background, aimed to analyze relationships among sublimation, creative act and the subject and affirm the presence of the subject in the creative act through sublimation. The *reading method* has been applied over the Freud and Lacan texts and another publications by the same orientation and with similar aim. Starting from the meaning of the subject to psychoanalysis and from its contemporary traits, a conceptual retrospect of sublimation in Freud and Lacan theory were followed by a discussion about the creative act. The way affirmed the subject in the sublimation and in the creative act, when both the disconnection from the object role and the handling with the Real take place; when the empty of *the Thing* is contemplated. The possibilities and effects of sublimation in present days were considered, analyzing the clinical relevance of the sublimation concept in our time. There is a proximity between the field of sublimation and the effects of psychoanalytical work. The sublimation do not prevent sickness and has no commitment with witch is socially desirable, glamorous or acceptable, but the value of sublimation cannot be neglected, moreover in so dark times, when grasses the apathy, when the creative act survives in the dearth, under the shade of other kinds of acting, tinted by violence, delirium, transgression and depression.

Keywords: Sublimation; Creative act; Subject.

SUMÁRIO

RESUMO-----	v
ABSTRACT-----	vi
Dos motivos e caminhos-----	9
Sobre o método -----	22
1. Pesquisa teórica em psicanálise: o método da releitura. -----	22
Capítulo 1 - O sujeito em questão -----	27
1.1. Sujeito e subjetividade na psicanálise.-----	29
1.1.1. A constituição do sujeito: campo pulsional e psiquismo. -----	35
1.1.2. A constituição do sujeito: subjetivação e estrutura.-----	40
1.2. Notas sobre o sujeito e a subjetividade na contemporaneidade -----	46
1.2.1. Uma nova ordem discursiva.-----	46
1.2.2. O sujeito no contemporâneo. -----	49
Capítulo 2 - A Sublimação da construção ao resgate do conceito -----	57
2.1. Com Freud: da construção do conceito-----	60
2.1.1. O esboço conceitual. -----	60
2.1.2. A delimitação da sublimação. -----	63
2.1.3. Acréscimos. -----	70
2.2. Com Lacan: do resgate do conceito-----	77
2.2.1. A Coisa. -----	78

2.2.2. A definição da sublimação. -----	82
2.2.3. Desdobramentos do conceito. -----	88
2.2.4. Reafirmações -----	93
Capítulo 3 - Ato criativo: o sujeito na sublimação -----	98
3.1. Ato criativo-----	98
3.2. Ato criativo e sublimação -----	105
3.2.1. Arte, ciência e religião: ato criativo e sujeito. -----	112
Capítulo 4 - Enlaces Finais -----	125
4.1. O sujeito na sublimação -----	127
4.2. Sublimação na contemporaneidade -----	135
4.3. Sublimação, ato criativo e final de análise -----	143
4.4. Momento de concluir -----	151
Referências -----	154
Bibliografia Consultada-----	161

Dos motivos e caminhos

“O trabalho (de pesquisa) deve ser assumido no desejo.”
Barthes, [1984], 2004, p.99

Conforme explicitado já no título, esta pesquisa propõe a reflexão e a análise dos enlaces entre sublimação, ato criativo e subjetividade, em especial nos tempos atuais. Mais que um momento meramente reflexivo, pretende-se aqui a construção e afirmação de uma tese que discuta a emergência do sujeito no ato criativo; e, conseqüentemente, a relevância clínica do conceito de sublimação na contemporaneidade – clínica no sentido não apenas do tratamento propriamente dito, mas também da leitura da psicanálise como uma clínica do social¹. Trata-se de um trabalho teórico de retomada e delimitação conceitual da sublimação com o intuito de pensar sobre suas possibilidades e desdobramentos nos dias de hoje, enfocando e buscando afirmar a presença do sujeito no advento do ato criativo via sublimação.

Como se sabe, não são unívocas nem a interpretação da subjetividade na contemporaneidade nem a leitura dos conceitos psicanalíticos de sublimação e criação; elas ganham portanto, no corpo deste texto, uma forma particular, sem nenhuma pretensão de verdade. Afinal, além de ser parte efetiva de

¹ Desde Freud, a psicanálise propõe uma leitura do social e entende o homem como engendrado e mergulhado na cultura. O sujeito da psicanálise, como está explicitado no capítulo inicial desta pesquisa, é fundado na relação com o outro através da linguagem. Assim, situar a clínica psicanalítica como uma clínica do social implica o reconhecimento dos efeitos do discurso e da organização social sobre a constituição e o funcionamento subjetivos. Em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), Freud afirmou ser a diferença entre a psicologia individual e a psicologia social muito menor do que pode aparentar à primeira vista. Esta proposição freudiana é tomada por Lebrun (2004) como parte da sustentação de sua proposta de uma clínica psicanalítica do social a partir da clínica psicanalítica individual e dos fundamentos teóricos de Freud e Lacan: “O que o psicanalista ouve nessa defrontação com a clínica individual é igualmente ouvido por ele como operando no social; o que ouve dos avatares do sujeito é do mesmo tipo que o que ouve dos avatares do social” (Lebrun, 2004, p. 18). Propor uma clínica psicanalítica do social não significa identificar a psicanálise como capaz de responder ou sanar as intensas dificuldades sociais da atualidade, mas, sim, considerá-la como uma disciplina que dispõe de um aparato particular capaz de analisar, questionar e produzir um discurso sobre tais dificuldades, como uma forma de colaborar para uma possível transformação da ordem social.

um tempo e de um espaço, a produção do conhecimento também é, sempre, fruto de um crivo de leitura processado através de um dado arcabouço teórico. É possível afirmar que, ao menos no campo das Humanidades, não mais imperam os ideais de universalização e neutralidade da ciência clássica – majoritária desde o nascimento da Modernidade até o século XX – e o ato de pesquisar comporta em sua atividade a incerteza e a insegurança, sem se preocupar com a busca de um saber totalitário e de uma verdade absoluta. Neste contexto, a presente pesquisa tem suas delimitações estabelecidas pela psicanálise freudiana², acrescida da interpretação e dos avanços lacanianos, ou seja, o que se convencionou denominar de referencial freudo-laciano.

Um outro aspecto inegável, ao menos para nós psicanalistas, de uma produção é sua relação com as particularidades e, mesmo, a subjetividade do pesquisador. Devo dizer que minhas incursões pelos caminhos da pesquisa sempre tiveram como mote uma formação e uma atuação eminentemente clínicas. Assim foi na dissertação de mestrado³ e também por um viés clínico é marcado o meu interesse pelo tema da presente tese de doutorado, tema delineado, gradual e principalmente, a partir da minha prática como psicanalista. Concomitantemente ao referido percurso clínico, somou-se o início da minha carreira como professora

² Considero uma redundância a utilização desta expressão, mas o intuito é de delimitar com a devida clareza a orientação teórica desta pesquisa. A redundância está no fato de avaliar como questionável a sugestão, implícita na expressão em causa, da existência de outras mais “psicanálises” que não vinculadas aos pressupostos fundamentais freudianos. Entretanto, é recorrente a consideração de que por psicanálise pode-se compreender uma série de concepções teóricas – incluo aqui todo o campo psicológico das psicoterapias e as teorias junguiana e reichiana – que, em minha opinião, muito se distanciam das proposições freudianas. As mais diversas escolas de psicoterapia teriam em comum o fato de contornarem os três conceitos freudianos que norteiam e definem o campo psicanalítico: o inconsciente, a sexualidade e a transferência. As psicoterapias substituem o inconsciente freudiano por algo da ordem de um subconsciente biológico; a sexualidade, não mais situada como conflito psíquico, é interpretada através do crivo culturalista ou biológico; a transferência é reduzida a uma relação dual calcada na mestria e na sugestão (Roudinesco, 2000). Miller (1997, p.12) propõe que o elemento essencial de qualquer psicoterapia é a existência de um “Outro que diz o que deve ser feito, um Outro a quem o sujeito que sofre obedece, e do qual se espera aprovação”. Em contraposição, o “analista recusa-se a ser o mestre, recusa em utilizar os poderes da identificação” (Miller, 1997, p. 15). O sentido do trabalho de Lacan de um retorno à Freud está calcado, exatamente, na identificação de distorções e distanciamento de alguns pós-freudianos em relação à teoria fundadora. Com estas observações, desejo demarcar a adequação desta pesquisa aos fundamentos freudianos e às contribuições lacanianas a partir dos mesmos.

³ A dissertação foi defendida pela Unesp-Assis em 2001, com o título: *Escuta analítica no Hospital Geral: implicações com o desejo do analista*. Na época trabalhava como psicóloga clínica no Hospital Universitário Regional Norte do Paraná, em Londrina, função que desempenhei durante nove anos.

universitária e o desejo de encaminhar uma formação acadêmica mais consistente, voltada para a pesquisa e o ensino universitários.

Avalio que na última metade do meu percurso de trabalho clínico até então, iniciado em 1992, fui sendo cada vez mais instigada pelas facetas contemporâneas da subjetivação, pois a realidade constatada na escuta de nossos analisandos não permite ficarmos alheios à singularidade humana de uma época. Assim, acompanhar as produções teóricas psicanalíticas a respeito da subjetividade contemporânea tornou-se um imperativo para a busca de compreensão a respeito do que já se apresentava no trabalho cotidiano e se diferenciava do considerado habitual. Com o passar dos anos, o acúmulo de alguma experiência – em especial pela feliz oportunidade de somar à clínica particular o trabalho também clínico desenvolvido em um hospital geral, bem como, nos últimos sete anos, a experiência como professora e supervisora de uma clínica-escola⁴ – e o contínuo caminhar teórico foram esboçando um recorte de trabalho dentro da extensiva temática da subjetividade contemporânea, no qual se evidenciam, cada vez mais, sujeitos apáticos, muitas vezes, quase letárgicos.

Neste contexto, algumas formulações teóricas tornaram-se valorosas para a fundamentação desta pesquisa. Por exemplo: a partir do modelo freudiano para a neurastenia, que aponta para expressões clínicas apartadas ou distanciadas do campo representacional, Pura Cancina (2004) descreve a *fadiga crônica* como o mal do século, acometendo as pessoas de um estado depressivo intenso e marcado pelo cansaço físico e mental. Por sua vez, Dany-Robert Dufour (2005, p.10) considera haver atualmente um “esgotamento tanto do sujeito crítico kantiano, quanto do sujeito neurótico freudiano”, indicando que a novidade desta virada – por alguns, denominada de pós-moderna e, por outros, numa via diversa de interpretação, de supermodernidade⁵ – seria a “redução do espírito ou das cabeças”. Este tipo de leitura, representativa do crivo lacaniano de interpretação

⁴ Ministrando disciplinas sobre a teoria e a técnica psicanalíticas e supervisionando estágios de atendimento clínico de alunos de quarto e quinto anos do curso de Psicologia da Universidade Filadélfia de Londrina.

⁵ A respeito destes diferentes posicionamentos sobre a Modernidade, Joel Birman (2006) identifica duas propostas: a primeira, predominantemente americana, fala de pós-modernidade para se referir à novos rumos de orientação oposta à Modernidade; a segunda, com maior difusão européia, postula a continuidade da Modernidade com a radicalização de suas premissas. Esta questão será retomada e expandida no primeiro capítulo desta tese.

das formas de subjetivação no contemporâneo, foi essencial no delineamento do projeto desta pesquisa, colocando em cena um questionamento a respeito das condições para a sublimação e criação nos tempos de hoje e impulsionando a construção desta tese que aponta para a sublimação como sendo um conceito de relevância clínica, em especial na atualidade, em virtude do crédito no advento do sujeito no ato criativo sublimatório.

A despeito da existência de diferentes leituras e, mesmo, discordâncias a respeito da subjetividade na contemporaneidade, é inegável quão ruidosa ela tem se apresentado em nosso cotidiano, e muitas vezes, paradoxalmente, sob o silencioso signo da apatia. De forma breve, é possível falar dos alarmantes índices de violência distribuídos por todas as classes sócio-econômicas, do isolamento social, da virtualidade das relações humanas e das bizarras e quase epidêmicas formas de adoecimento, tais como: a depressão, a hiperatividade, as adições ou a síndrome do pânico. Sem qualquer preocupação com o estabelecimento de um consenso teórico, não parece possível considerar a subjetividade como desgarrada ou independente de um contexto sócio-histórico. Assim, mesmo com diferentes interpretações e explicações para o processo de transformações que esta etapa de pensamento intitulada Modernidade vem sofrendo, vislumbra-se a relação deste processo às especificidades, hoje, da subjetividade.

A guisa de introdução a respeito de tais mudanças, é possível enunciar que novos parâmetros regulam a organização familiar. Cada vez mais autônoma em relação ao laço social, e atravessada pelo lema dos direitos iguais, a família sofre uma espécie de achatamento em suas relações e de dissipação da autoridade parental. Masculino e feminino já não guardam as diferenças de outrora, vivemos sob o imperativo de uma particular ética contemporânea caracterizada por uma apologia do consumo em conjunto com efeitos nefastos do enfraquecimento da lei na cultura, da suposta superação humana de todo e qualquer limite e da anulação das diferenças.

Nesta direção, Dufour (2005, p.14) propõe a existência de um “homem novo”, fruto do neoliberalismo, caracterizado essencialmente pela tendência à dessimbolização decorrente do imperativo das trocas mercadológicas

e, em conseqüência, dos bens de consumo. Este “homem novo” é privado da referência a valores transcendentais e, portanto, do predomínio de uma Lei⁶ que norteie os laços sociais, desvalido de sua faculdade de juízo e impulsionado ao *gozo todo*⁷, apresentando novas modalidades de subjetivação, de adoecimento e de convívio com os outros. Neste contexto, evoco o que denomino de valor clínico da sublimação: estando situada na ordem de um *gozo suplementar*⁸, ela é capaz de promover uma forma de satisfação independente da ordem sintomática e, ao mesmo tempo, distante daquela de cunho totalitário e perverso.

Enfatizo que esta pesquisa buscou percorrer caminhos de articulação entre sublimação, ato criativo e subjetividade, numa retomada do conceito de sublimação e no vislumbre da afirmação de um sujeito em sua inexorável condição de faltante. Assim, foi estabelecido um caminho teórico que culminou na organização do trabalho em quatro etapas, e, conseqüentemente, na redação de quatro capítulos no presente texto. A observar que o último tema aludido no título é o primeiro a ser tratado, pois o desenvolvimento deste contempla elementos teóricos fundamentais para a pesquisa e para a construção dos demais capítulos.

Desta forma, o capítulo inicial tem por objetivo fundamentar, com o referencial psicanalítico freudo-laciano, as noções de sujeito e de subjetividade⁹ e suas especificidades na contemporaneidade. Para tanto, fez-se

⁶ A grafia da palavra iniciada com letra maiúscula é uma referência à lei simbólica da castração que, ao instituir a inexistência da completude e a marca inexorável da falta no humano, permite a este também ser introduzido no universo das leis simbólicas de uma forma geral, incluindo aí as leis da cultura.

⁷ A expressão, que ainda pode ser encontrada como *gozo pleno*, é também aqui utilizada em referência ao conceito laciano de *gozo do Outro* que, por definição, é o equivalente ao gozo mítico de completude materna. Momento ilusório, em que o Outro se apresenta como não-faltante, uma vez que a criança é tomada como o objeto capaz de preencher a falta. Torna-se problemático o crédito nesta possibilidade de gozo e a manutenção de sua busca, pois, para tanto, é necessário renegar a castração e, logo, atuar uma modalidade perversa de funcionamento subjetivo. O leitor encontra maiores comentários sobre o conceito de gozo e sua ordenação na teoria laciana no Capítulo 2, na página 84 e seguintes.

⁸ Conforme observado na nota anterior, este conceito está aclarado e discutido nas páginas acima indicadas. Neste momento, apenas assinalo que esta modalidade de gozo, também denominado de *gozo Outro*, define uma forma de satisfação pulsional que independe do recalque e dos substitutos fálicos. Entretanto, tal gozo só é possível após o ingresso no campo do gozo fálico: advindo com a castração e o abandono do *gozo do Outro*, ele é suplementar exatamente em relação ao *gozo fálico*.

⁹ Como observa Roudinesco & Plon (1998), o termo sujeito foi empregado por Freud, mas ganhou um estatuto conceitual com Lacan (entre 1950 e 1965) no âmbito de sua teoria do significante. Lemos em Chemama (1995, p. 208) que “o sujeito, em psicanálise, é o sujeito do desejo, que S.

necessário percorrer os pressupostos freudianos e lacanianos a respeito do sujeito e da subjetividade, passando por conceitos cruciais e indispensáveis como os de inconsciente e pulsão. A noção de subjetividade para a psicanálise fundamenta-se na divisão entre as ordens (diferentes) de funcionamento da consciência e do inconsciente, com a preponderância da sintaxe inconsciente. O sujeito da psicanálise é denominado de sujeito do desejo, estabelecido por Freud através da noção de inconsciente e, portanto, distinto do ser biológico e do sujeito da consciência filosófica. A constituição deste sujeito se dá por sua inserção na ordem simbólica que o antecede, a saber, a linguagem e a trama das relações familiares. Tomado pelo desejo de um Outro¹⁰, inicialmente representado pela mãe, atravessado pela linguagem e mediado por um terceiro – a instância paterna –, o sujeito neurótico freudiano, sujeito do desejo, é marcado pela falta e por ela movido em sua existência.

Ainda no mesmo capítulo, a partir das contribuições de autores contemporâneos e na direção do esboçado aqui nos parágrafos anteriores, desenhou-se um perfil das especificidades do sujeito da psicanálise hoje, em suas particulares formas de subjetivação, expressão e adoecimento, embasando a discussão e análise das condições, efeitos e desdobramentos da sublimação e do ato criativo para este mesmo sujeito no contemporâneo. É possível identificar um abalo, introduzido pela atualidade, na noção de sujeito de desejo proposta pela psicanálise. Apatia, alienação e angústia são marcas comuns deste sujeito onde a falta não se instala de maneira efetiva e, portanto, o desejo está ameaçado em suas possibilidades. Estando o sujeito imerso num discurso da apologia de uma suposta

Freud descobriu no inconsciente”, indicando ser este sujeito efeito da linguagem e distinto do indivíduo biológico e do sujeito da compreensão. Garcia-Roza (2001, p. 277) considera que as noções de sujeito e de subjetividade na psicanálise devem ser pensadas em referência ao conceito de Édipo e de inconsciente, indicando ser apenas “a partir do lugar do Outro, da ordem simbólica inconsciente que se pode falar em sujeito e em subjetividade segundo Freud”. Sujeito e subjetividade na teoria psicanalítica estão necessariamente marcados por uma clivagem em duas ordens de funcionamento, diferentemente da subjetividade cartesiana ou psicológica, que é unificada e identificada com a consciência (Garcia-Roza, 2001). Vallejo & Magalhães (1991, p. 153) avaliam que Freud realizou uma transformação das noções de sujeito e subjetividade vigentes anteriormente à sua teorização sobre o inconsciente, esta transformação “consiste em postular a subordinação de um sujeito a uma estrutura que o determina e, por outro lado, marcar o sujeito como fendido”.

¹⁰ O termo *Outro* é utilizado por Lacan “para designar um lugar simbólico – o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente, ou ainda, Deus – que determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intra-subjetiva em sua relação com o desejo” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 558).

felicidade plena proporcionada pelo saber científico, saber que pretende superar todo e qualquer limite e suprir toda e qualquer falta, o declínio da lei da castração se torna evidente e produtor de condutas e atuações delirantes e transgressoras. Se por um lado, o panorama atual de um sujeito apático e pouco marcado pela lei da falta sugere entraves para a sublimação e o ato criativo, por outro, como propõe esta tese, é possível pensar o destino pulsional sublimatório como aquele que permite a emergência do sujeito através do ato criativo. Um destino através do qual a passividade sintomática é suplantada pela atividade sublimatória, em que o sujeito pode dispor do vazio, reconhecer e contemplar esse vazio atrelado ao Real¹¹, num ato de subjetivação.

O segundo capítulo é dedicado à delimitação do conceito de sublimação em Freud e Lacan. Sem o objetivo de levar à exaustão tal delimitação, o que consistiria uma outra pesquisa¹², percorri e destaquei da sublimação em Freud e em Lacan o essencial para o desenvolvimento da tese em questão. Teorização inacabada em Freud, a sublimação ganhou modificações e avanços na pena de Lacan, abrindo espaço para questionamentos e formulações de outros autores contemporâneos. Elaborado em 1905 sob a égide da teorização inicial sobre a sexualidade, num primeiro momento o conceito de sublimação se confunde com o de recalque, em virtude de sua associação a uma espécie de recusa ao sexual. Considerada por Freud (2007 [1910], p.74) um caminho “mais perfeito e raro” da derivação da pulsão para fins não sexuais, a sublimação é posteriormente distinguida do recalque e formulada como uma possibilidade de a pulsão escapar ao recalque, viabilizando a satisfação pulsional de forma não sintomática. Por isso, Freud lhe atribui uma aura de superioridade.

Em termos metapsicológicos, a sublimação é caracterizada como um possível destino para a pulsão sexual, e estabelecida como um processo que diz respeito à libido objetal, na medida em que está em cena o redirecionamento

¹¹ O termo é utilizado por Lacan para “designar uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível de simbolizar. Designa a realidade própria da psicose (delírio, alucinação), na medida em que é composto dos significantes forcluídos (rejeitados) do simbólico” (Roudinesco e Plon, 1998).

¹² Por sinal, já desenvolvida por outros autores, como por exemplo: André Gellis (2000), com a tese *A sublimação depois de Freud*, tese defendida na USP, 274p. e Sissi Vigil Castiel (2007), com o livro *Sublimação: clínica e metapsicologia*, São Paulo: Editora Escuta, 143p.

da mesma para finalidade e objeto não sexuais. Freud (2007 [1914]) também aclara não ser este re-direcionamento possível senão através da mediação do eu e sob os auspícios do ideal do eu e do mecanismo da identificação secundária¹³; após a identificação do eu ao objeto, num retorno narcísico da libido ao eu, é possível a efetivação da sublimação através do investimento libidinal em objetos socialmente valorizados. Com esta caracterização, a sublimação, em Freud, adquire importância nos âmbitos individual e social – afinal, ela é postulada como uma via de satisfação que se contrapõe ao adoecimento neurótico e como colaboradora do desenvolvimento cultural. Tal importância acena para uma articulação entre a sublimação e a clínica psicanalítica, na medida em que ambas indicam a possibilidade de satisfação pulsional por vias que não as das formações sintomáticas. Entretanto, Freud (2007 [1930]) assinala quão rara é a possibilidade de o mecanismo sublimatório se efetivar, e observa que não se trata de levar o paciente à sublimação pela via do tratamento, afirmando ser necessário haver um *quantum* de satisfação diretamente associado à sexualidade.

A abordagem lacaniana da sublimação mantém os pressupostos básicos de Freud, mas apresenta algumas características novas. Tal como Freud, Lacan situa este mecanismo como uma particular forma de satisfação pulsional, prescindindo do recalque e desviada de seu alvo e objeto sexuais; entretanto, enfatiza o desvio em relação ao alvo, reafirmando o caráter de plasticidade do objeto pulsional e sublinhando a presença do sexual, do erótico na sublimação. Situada na ordem de um *gozo suplementar*, a sublimação transcende o *gozo fálico* e possibilita o desprendimento do sujeito do lugar de falo para o Outro. Um elemento também inovador na teoria lacaniana da sublimação é a preocupação de demarcar a sublimação em sua íntima articulação com o campo pulsional e, ainda mais, no centro da economia libidinal, remetendo o processo sublimatório a *das Ding, a Coisa* freudiana.

¹³ Os conceitos de ideal do eu (assim como a diferença deste para o conceito de eu ideal) e identificação secundária estão explicitados e desenvolvidos no referido capítulo 2, às p. 68 e seguintes. A noção de eu ideal foi introduzida por Freud em *Introdução ao narcisismo* de 1914 e designa o eu real que teria sido objeto das primeiras satisfações narcísicas, é a imagem do eu dotado de todas as perfeições (Chemama, 1995). Este mesmo artigo freudiano apresenta o conceito de ideal do eu, que se organiza pela tentativa de recuperação do narcisismo perdido da infância (eu ideal). O conceito de identificação secundária está referido ao final do Édipo e à identificação do eu ao objeto sexual, em substituição ao investimento libidinal do eu no mesmo objeto.

Atrelada aos primórdios da organização psíquica, *das Ding* é, para Freud, o objeto perdido, embora nunca realmente possuído salvo miticamente, e que deve ser reencontrado. *Das Ding* equivale a um centro, ou melhor, um furo, em torno do qual gravitam as representações de coisa. A questão do vazio torna-se central na concepção lacaniana do processo sublimatório, sendo explicitada e sintetizada na seguinte formulação apresentada por Lacan: “a sublimação eleva um objeto à dignidade da Coisa” (Lacan [1957-60], 1997, p. 140). Com o vínculo ao vazio da *Coisa*, Lacan situa a sublimação como anterior a todo recalque e independente dos ditames do eu e da vontade, primando por demonstrar a não assimilação deste conceito a ideais adaptativos e normativos, ou ao desejável socialmente. Ao mesmo tempo, a articulação da sublimação à pulsão, sua localização nos primórdios da organização e estruturação do psiquismo e, enfim, sua ligação com a *Coisa*, marcada pelo que está de fora do campo representacional, vinculam-na ao Real e à repetição. Situada, por Lacan, no âmbito da ética psicanalítica, da responsabilidade do analista e, portanto, no eixo da clínica psicanalítica, a sublimação apresenta uma proximidade com o tratamento psicanalítico. O fim de análise em Lacan aponta para o abandono do imaginário de totalidade e o reconhecimento do Real; por sua vez, a sublimação é de uma ordem que contempla o Real, viabilizando o seu reconhecimento com o suporte do imaginário.

Na seqüência, o terceiro capítulo é efeito de um desdobramento do conceito de sublimação e também um recorte sobre o tema da criação: aborda o ato criativo num desenho do seu contorno em Freud e em Lacan, sempre traçando suas amarras com o processo sublimatório. Para Freud a criação se dá pela sublimação enquanto um processo intermediado pelo eu no investimento libidinal, sob a égide do ideal do eu e da conformação fantasmática, possibilitando ao sujeito uma via, alternativa à sintomática, de satisfação pulsional. Escapando ao recalque, à Lei e à mediação simbólica, ainda assim, na teoria freudiana, o ato criativo comporta o desejo inconsciente, na medida em que nele se vislumbra a organização fantasmática do sujeito; a obra, fruto do ato criativo, estampa algo deste campo do desejo inconsciente do autor e convoca o público também a partir de seu desejo inconsciente.

Para Lacan, numa subversão da proposição freudiana da intermediação do eu no processo criativo, a criação se dá a partir do vazio, na medida em que a sublimação é definida em íntima relação com *das Ding*, a Coisa. Sublimação e criação não são comandadas pelo eu, não podem ser submetidas à vontade e se aproximam do funcionamento pulsional. Sendo a sublimação uma via de satisfação que prescinde do recalque, a passividade sintomática é suplantada pela atividade do movimento pulsional que pode ganhar forma no ato criativo, momento no qual o sujeito se presentifica como autor no ato de produção de sua obra. Mais uma vez, sublimação e criação não estão subjugadas ao aceitável ou ao socialmente adaptável, e sim amarradas ao sujeito naquilo que ele tem de mais íntimo e, ao mesmo tempo, inapreensível. O ato criativo pode ser traduzido como a possibilidade de o sujeito dispor do vazio, vazio que é condição fundamental de constituição deste sujeito. Este capítulo termina com a abertura da discussão, mais apropriadamente desenvolvida no capítulo final, sobre as nuances das possibilidades sublimatórias e criativas na contemporaneidade, assim como a indicação da necessidade de aprofundamento e clareza sobre os possíveis efeitos da sublimação/criação sobre a subjetividade hoje.

Finalmente, o quarto e último capítulo discute a relevância da temática sublimação/criação em relação às particularidades sofridas pelo sujeito da psicanálise na contemporaneidade e a importância clínica do conceito de sublimação. Esta última já fora sinalizada em Freud, assumindo em Lacan definidas e maiores proporções atreladas à noção de fim de análise. Entretanto, o mecanismo sublimatório não é uma panacéia para salvar o sujeito do adoecimento, mas sim uma via de expressão e satisfação com a qual o sujeito, eventualmente, pode contar. É sobre este caráter de eventualidade que a discussão deste capítulo é desenvolvida, ressaltando que em tempos de predomínio de apatia e depressão, de *redução de cabeças*, de solidão e carência do simbólico, não parece em nada descartável o resgate de um conceito como o de sublimação. Afinal, a essência deste conceito está atrelada à possibilidade de dar forma ao pulsional via criação, uma particular forma que se diferencia das saídas via *passagem ao ato*, *delírio* ou *sintoma*, produtora, ao menos em alguma medida, de

um caminho de afirmação do sujeito e de laço social ao invés de desvanecimento e ruptura.

Restam duas breves, mas imprescindíveis, observações a fazer neste preâmbulo. A primeira diz respeito à escolha em ter como edição de referência dos textos freudianos a coleção argentina da *Amorrortu editores* das *Obras Completas de Sigmund Freud* (EA, 2007) e não a nossa *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (ESB, 1997). Os problemas e distorções da tradução inglesa, que se refletiram na tradução brasileira da ESB, já foram exaustivamente assinalados e são do conhecimento de todos aqueles que transitam pelo campo psicanalítico. É verdade que algumas correções informais desta tradução já estão consagradas; por exemplo, é sabido que em lugar de *instinto* deve-se ler *pulsão*, termo de melhor correspondência ao *Trieb* do alemão. Também não faltam renomados comentadores para passagens importantes e de traduções conflituosas como é o caso da formulação freudiana encontrada na conferência XXXI, “*Wo es war, sooll ich werden*, Ali onde se estava, ali como sujeito devo vir a ser” (Garcia-Roza, 2001, p.209) e que na ESB aparece como “Onde o id estava, deve o ego advir”.

Mesmo assim, essa questão da tradução permanece um impasse, tanto é que temos em andamento, já com a publicação de alguns volumes, uma tradução brasileira para a obra freudiana diretamente do original em alemão. Por outro lado, a tradução argentina feita por José Luis Etcheverry pela *Amorrortu*, realizada a partir do texto de Freud em alemão, é tida em alta conta no meio psicanalítico em virtude de seu cuidado com a fidelidade ao original, exatamente na busca por combater as distorções produzidas pela edição inglesa e seguidas pela edição espanhola. Desta forma, para me servir do valor desta tradução, sendo fiel à mesma, as citações de Freud estão em espanhol, fato que talvez gere ao leitor algum desconforto, mas certamente em nada comparável àquele produzido pelos equívocos presentes na ESB. Caso haja necessidade, ou interesse, em consultar ou comparar o texto em espanhol com o em português, indiquei nas citações as referências da EA (2007) e da ESB (1997), – nas referências no final da tese, portanto, constam as duas edições. Todavia, havendo chamadas para os artigos freudianos no corpo do texto, indicando-os como fonte para os

comentários e argumentações que se seguem, traduzi os títulos do espanhol para o português, por julgar assim produzir um efeito mais aprazível e maior agilidade na leitura.

A segunda e última observação é sobre a exigência de algum grau de originalidade na produção de uma tese de doutoramento. Peculiar exigência no contexto de uma pesquisa que tem em seu cerne o tema da criação e aborda, em alguma medida, a questão da originalidade. Esta tese trabalha o conceito de novo ou original como fruto do ato criativo e das possibilidades sublimatórias de um sujeito, adquirindo, assim, um caráter de singularidade. Isto posto, evidencio esta questão da originalidade de uma tese e desenvolvo uma pequena argumentação sobre a mesma com o intuito de delimitá-la nesta pesquisa, buscando demarcar o que considero como original nesta tese.

Uma tese é “uma proposição para debate a ser defendida em público” (Ferreira, 2004, p. 774). Como é possível identificar, a definição no léxico não faz nenhuma alusão ao quesito originalidade, entretanto, este está explicitado no manual do aluno de doutorado do Programa de pós-graduação da UFSC. Parto, então, da seguinte premissa: uma pesquisa de doutorado é o caminho na direção da construção, sustentação, afirmação e defesa pública de uma tese que comporte originalidade. Resta definir qual é a idéia de originalidade aplicável e pertinente à produção de uma tese.

Recorrendo novamente ao *Aurélio* (Ferreira, 2004, p.597), dicionário de língua portuguesa, encontro as seguintes definições para o adjetivo *original*: “1.relativo a origem; 2.que provém da origem; inicial, originário; 3.que não ocorreu nem existiu antes, inédito; 4.feito pela primeira vez, ou que tem caráter próprio, que não imita nem segue nada, ninguém; novo”. Entendo ser inviável caracterizar um trabalho acadêmico ou a produção de conhecimento de forma geral com todos os itens atribuídos ao original nas duas últimas definições; afinal, o conhecimento se constrói sempre a partir do já existente, ainda que seja para questioná-lo ou, em parte, modificá-lo. Necessariamente, a pesquisa científica assume uma fundamentação e orientação teóricas e, assim, segue alguns autores e suas produções; e, com os dois primeiros sentidos encontrados no dicionário, é possível articular o trabalho de pesquisa, em relação à sua

originalidade, ao conhecimento anterior que lhe de base e em referência ao qual algo possa se desenvolver. Entretanto, considero a expressão “que tem caráter próprio”, presente na quarta definição, bastante adequada a esta questão de originalidade em uma pesquisa, pois toda produção certamente possui caráter próprio, particular, em virtude do crivo de leitura e dos caminhos definidos e percorridos pelo autor.

Eco (2005, p.2) afirma que uma tese de doutorado “constitui um trabalho *original* de pesquisa” que promova avanços na disciplina a que pertença, resultando em alguma *descoberta*. Esta argumentação prossegue com uma observação que recobre especialmente o campo das humanidades, indicando que a idéia de *descoberta* não está associada a invenções revolucionárias, mas a produções que considera bem mais “modestas” – como uma nova maneira de ler um texto ou a maturação e organização de idéias que se encontravam dispersas em um campo de saber.

Concluo, a partir das formulações tecidas acima, que uma tese deve produzir algo de novo sobre o assunto que pesquisa, estando esse novo atrelado a um conhecimento anterior e ao que é da ordem de “um caráter próprio” do autor (o recorte e a leitura que este faz do tema e os caminhos que percorre para desenvolvê-lo). Este é o sentido de originalidade proposto e presente nesta pesquisa, sentido em acordo com a maneira com a qual o tema do ato criativo é abordado ao longo da tese. O original se desenha pelo olhar do autor, é fruto do ato criativo e das possibilidades sublimatórias de um sujeito, não se refere ao inédito, mas sim ao singular por permitir ao sujeito dispor do vazio, sustentando-o; vazio que é, sublinho, marca essencial do estatuto ético do sujeito do desejo, marca do seu mais íntimo e, ao mesmo tempo, mais inapreensível.

Com este posicionamento, reafirmo o crédito não na exclusão da subjetividade do pesquisador em seu trabalho; ao contrário, proponho que ela está presente na produção daquilo que possa haver de original numa tese. Para concluir, quero dizer que antes de um ponto final, no sentido do término e do acabamento, considero que uma tese possa ser definida como mais uma produção ao longo deste infindável percurso de construção do conhecimento; busca interminável em torno de um vazio, tal qual ocorre nos liames da sublimação.

Sobre o método

“... é preciso, então, em dado momento, voltar-se contra o Método, ou pelo menos tratá-lo sem privilégio fundador, como uma das vozes no plural: como uma vista, em suma, um espetáculo encaixado no texto; o texto, que é, afinal de contas, o único resultado “verdadeiro” de qualquer pesquisa.”
Barthes, [1984], 2004, p. 397.

Embora alguns aspectos sobre o método já tenham sido indicados e abordados de forma fragmentária no item anterior e possam ser apreendidos através da leitura da tese – pois o método se presentifica nos textos referenciados, na forma de leitura e recorte dos mesmos, nas articulações e construções desenvolvidas... – proponho, neste tópico, a fundamentação e explicitação do processo metodológico que atravessou todo o percurso de pesquisa e construção da tese. Acredito que esta formalização do método, além de responder a uma exigência acadêmica, permite ao leitor maior clareza sobre os caminhos trilhados e contribui para o processo metodológico de outras pesquisas, ainda que pelo questionamento do método aqui exposto e desenvolvido.

1. Pesquisa teórica em psicanálise: o método da releitura.

Esta foi uma pesquisa de caráter teórico e, evidentemente, qualitativo, na qual o problema de pesquisa e a tese construída e afirmada foram delimitados e analisados pelo referencial psicanalítico freudo-laciano. Se a expressão *psicanálise freudiana* já foi apontada como redundante (v. p. 10), o termo composto *psicanálise freudo-laciana* sofreria, então, de dupla redundância: afinal, se não há outra psicanálise que não a freudiana, tampouco existe Lacan sem Freud. Entretanto, se opto mais uma vez pela manutenção da suposta redundância é por considerar a ausência de consenso absoluto sobre tais

afirmativas, pois, nem todos entendem não haver psicanálise ou Lacan sem Freud. Assim, em vez de sugerir a existência de mais de uma psicanálise, a expressão em causa torna-se aqui esclarecedora de um posicionamento e de uma filiação teórica: a pesquisa se desenvolveu orientada pelos ensinamentos freudianos e pela interpretação e produção lacanianas a partir destes mesmos ensinamentos.

A pesquisa teórica é proposta por Garcia-Roza (1994) como uma das possibilidades mais promissoras e eficazes de se desenvolver uma pesquisa em psicanálise no âmbito universitário. Esta afirmativa está fundamentada no fato de a pesquisa teórica se debruçar sobre os textos e não realizar uma mera transposição do trabalho dos consultórios particulares para o *campus* universitário. No contexto desta proposta de pesquisa teórica em psicanálise, a *releitura* seria o processo fundamental, talvez se possa dizer o método, pelo qual este tipo de trabalho deva se desenvolver.

A *releitura* apresenta a característica essencial de não temer o novo, elemento suficiente para distingui-la do puro comentário de um texto. Em vez de “um redobramento especular do texto, [...] produzir a partir dele um outro discurso, [...] a releitura se propõe não como reveladora, mas como transformadora” (Garcia-Roza, 1994, p.16). A proposta da *releitura* prima por um percurso onde a singularidade do conceito tratado seja preservada, através da busca das questões fundamentais que norteiam os textos sobre os quais se pesquisa, sem desconsiderar a história e o campo conceitual do tema de pesquisa. Ressalto haver uma aproximação importante entre o processo de *releitura* de um texto e a atitude do analista de “não impor ao texto as nossas próprias questões, mas tentar identificar as questões colocadas pelo texto” (Garcia-Roza, 1994, p.18). Evidentemente, há nesta aproximação uma referência ao método clínico psicanalítico, considerado por excelência o método de pesquisa em psicanálise.

O trabalho de Freud se caracterizou como uma terapia e um método de investigação e, portanto, “temos na origem e na história do desenvolvimento psicanalítico o modelo de pesquisa em psicanálise: o diálogo permanente entre a teoria e a clínica” (Safra, 1993, p. 120). Este diálogo entre teoria e prática circunscreve a investigação em psicanálise, ao contrário do que ocorre nas

ciências empírico-formais, como sendo a busca em “[...] interpretar a polissemia das situações observadas” (Rezende, 1993, p. 105).

Podemos ler em Chemama (1995, p. 166), no verbete *psicanalítica (técnica)*, a seguinte definição: “Método original, criado por S. Freud, para facilitar a verbalização daquilo que é inacessível para o sujeito, uma vez que recalcado”. A *livre associação* e a *atenção flutuante* são indicadas neste verbete como os aspectos fundamentais do referido método, circunscrevendo uma espécie de *regra fundamental* ao trabalho do analisante e do psicanalista respectivamente. O conceito de *atenção flutuante* refere-se à recomendação de Freud de que o psicanalista “permaneça com a maior receptividade, abertura e disponibilidade possíveis em relação ao que o paciente possa dizer” (Chemama, 1995, p. 167).

Apontada a articulação entre a *releitura* e o método clínico psicanalítico e lembradas as características deste último, é possível identificar o método da *releitura* como mantenedor dos aspectos fundamentais do método clínico psicanalítico: uma espécie de *atenção flutuante* na leitura dos textos, uma atenção à textualidade e não ao sentido, um caráter não impositivo das idéias do pesquisador e acima de tudo a abertura ao novo e a inexistência de um “já sabido” a alcançar. Além do mais, e em acordo com o que se espera da construção de uma tese, a proposta da *releitura* é a de um trabalho de transformação, de produção e, portanto, implica o novo, a criação, tal qual ocorre no método clínico psicanalítico de investigação e tratamento.

Aclarada a maneira através da qual os textos foram abordados e trabalhados ao longo da pesquisa, trato agora de indicar como se deu a seleção destes mesmos textos. Dado o referencial teórico norteador desta tese, os textos fundamentais deste percurso foram aqueles pertencentes à obra de Freud e de Lacan. Assim, no que diz respeito ao eixo central da tese – a sublimação e o ato criativo – o método da *releitura* foi aplicado aos principais escritos freudianos e lacanianos que contemplam esta temática. A identificação destes textos foi feita com o auxílio de obras de referência da teoria psicanalítica¹ e a partir de trabalhos

¹ *Dicionário de psicanálise* (Roudinesco e Plon, 1998); *Vocabulário de Psicanálise* (Laplanche e Pontalis, 2001); *Dicionário de psicanálise* (Chemama, 1995); *Dicionário enciclopédico de*

já publicados² que abordaram tema semelhante também sobre os textos de Freud e Lacan. Observo que a seleção dos textos não se deu absolutamente num *a priori*, ou seja, não houve uma total determinação dos mesmos no momento da confecção do projeto de pesquisa. Tal seleção, como todo o percurso da pesquisa, pode ser caracterizada como um processo: a própria leitura de um texto nos leva a novas referências, através de explícitas ou implícitas remissões às mesmas; ou os desdobramentos e as construções a partir daquela leitura impõem a busca de novos textos na direção da tese proposta a afirmar.

Também foram eleitas as publicações, que envolvem aspectos e conceitos trabalhados nesta pesquisa, de dois teóricos e comentadores de reconhecido valor no campo psicanalítico freudo-lacaniano: Luís Alfredo Garcia-Roza e Roberto Harari. Tal escolha foi feita em virtude do rigor teórico e conceitual destes dois autores que produziram várias obras de *releitura* dos textos de Freud e Lacan, o que, em muito, auxiliou na *releitura* pretendida por esta pesquisa. Ainda foram realizados freqüentes levantamentos bibliográficos junto ao site da Capes e Google Scholar, o que resultou em muitas leituras de teses e periódicos, dos quais foram selecionados aqueles que realmente abordavam aspectos enriquecedores para esta pesquisa.

Desejo ressaltar o caráter dinâmico, contínuo e singular do processo de pesquisa: a cada nova leitura existiu a possibilidade de avanços nas argumentações e construções realizadas ou de redirecionamento do encaminhamento iniciado. Considero impossível descrever para o leitor cada um destes momentos, que foram muitos nestes quatro anos de trabalho, mas gostaria de registrar que neste processo da interação de duas posições fundamentais de um pesquisador, a de leitor e a de autor, reside, em minha opinião, o verdadeiro método de pesquisa. Esta interação não é apenas pontual, vale dizer, não se refere apenas às leituras e ao texto produzido durante a pesquisa, mas está também

psicanálise: o legado de Freud e Lacan (Kaufmann, 1996); *Lacan e a filosofia* (Juranville, 1987) e *Lacan: a trajetória de seu ensino* (Marini, 1990).

² *A Paixão do negativo: Lacan e a dialética* (Saflate, 2006); *Freud e a Sublimação: arte, ciência, amor e política* (França Neto, 2007); *Sublimação: clínica e metapsicologia* (Castiel, 2007); *A sublimação depois de Freud* (Gellis, 2000: tese de doutorado defendida na USP); *Pulsão e inconsciente: a sublimação e o advento do sujeito* (Wine, 1992)

articulada ao percurso de formação e de trabalho e à subjetividade do pesquisador. Assim, num contínuo labor de leitura, reflexão e escrita, as idéias são construídas, revistas e reconstruídas até o momento, sempre provisório, de encerramento da pesquisa.

Capítulo 1

O sujeito em questão

O leitor atento estará de acordo com a presença de uma duplicidade de sentido no título deste capítulo inicial. Por um lado, é possível a interpretação de se tratar de saber qual é a noção de sujeito sobre e com a qual se trabalha nesta pesquisa ou, em outros termos, qual é o sujeito em pauta. Por outro, é viável o entendimento de um questionamento relativo à mesma noção de sujeito, numa alusão à admissão da existência de um abalo ou de uma rachadura no estatuto deste sujeito na contemporaneidade. A intenção desta proposital ambigüidade é exatamente indicar, através dos dois vieses sugeridos pelo título e agora explicitados, os objetivos deste capítulo: conceituar sujeito e subjetividade segundo a leitura psicanalítica e discutir, sempre com o mesmo enfoque teórico, as especificidades e particularidade presentes nas formas de subjetivação e seus efeitos sobre a existência humana, o adoecimento e o convívio social na atualidade.

No contexto desta pesquisa, a meta do presente capítulo é necessária para traçar os visados enlaces entre sublimação, ato criativo e subjetividade, em especial nos tempos atuais. Num trabalho de tese que pretende afirmar a presença do sujeito no advento do ato criativo pela via da sublimação e discutir a relevância, as possibilidades e os efeitos da sublimação sobre o sujeito no contemporâneo, é imprescindível a delimitação dos conceitos de sujeito e subjetividade conforme a fundamentação teórica psicanalítica, assim como a discussão sobre suas particularidades nos dias de hoje. Além do mais, e a leitura do texto comprovará esta afirmação, não há como situar o conceito de sublimação e também a noção de ato criativo sem levar em conta os pilares da concepção de sujeito para a psicanálise.

Uma vez definidos os objetivos e justificativas deste capítulo inicial – sem deixar de enfatizar que o tema, extenso e denso, será tratado na

medida e proporção do alcance destes objetivos –, o leitor poderá acompanhar nas páginas seguintes o desenvolvimento das duas vertentes acima explicitadas sobre o sujeito em questão.

1.1. Sujeito e subjetividade na psicanálise.

As noções de sujeito e de subjetividade constituem a própria essência do que se denomina *campo psicanalítico* composto por duas regiões que não admitem um desmembramento absoluto, a saber: o aparelho psíquico e o campo pulsional. (Garcia-Roza, 2001). A primeira das duas regiões, o psiquismo, formada pelos sistemas pré-consciente/consciência e inconsciente é, de hábito, compreendida como a própria subjetividade. Entretanto, como assinalado acima, não há como segmentar completamente uma região da outra e quando falamos do aparelho psíquico, logo há a referência aos representantes pulsionais que constituem este aparelho em sua articulação ao registro do simbólico¹ e, portanto, à linguagem. Assim, a segunda região, o campo das pulsões, está também implicada na constituição da primeira, o aparelho psíquico.

Se as concepções de sujeito e de subjetividade estão diretamente associadas ao psiquismo e às pulsões, então, as definições de inconsciente e pulsão são indispensáveis para o bom entendimento das enunciadas concepções e, logo, serão abordadas neste item. Enfatizo ser este posicionamento orientado por uma leitura da psicanálise freudiana (v. p. 10), acrescida da interpretação e dos avanços lacanianos, ou seja, o que se convencionou denominar de referencial freudo-laciano.

É pertinente lembrar que o surgimento da psicanálise se dá no seio da modernidade, momento em que o discurso da ciência substitui o discurso teológico e a noção de subjetividade passa a ser dominada pela razão e, portanto, conduzida pela consciência. O autocentramento do sujeito no eu e na consciência é o marco cartesiano, com a célebre formulação *penso, logo sou*, que atribui ao *eu* o seu reinado, subjugando o conceito de inconsciente, reduzido a uma espécie de

¹ Segundo Roudinesco e Plon (1998, p.714), o termo é usado por Lacan “para designar um sistema de representação baseado na linguagem, isto é, em signos e significações que determinam o sujeito a sua revelia.” Os autores também indicam que o conceito de simbólico tornou-se inseparável dos conceitos de *imaginário* – lugar do eu e de seus fenômenos de ilusão, captação e engodo (v. p.371) – e de *real* – associado ao conceito freudiano de realidade psíquica, designa uma realidade desejante inacessível ao pensamento subjetivo e à simbolização (v. p.645). Os três constituem, assim, uma tópica.

consciência desconhecida. A filosofia ocidental define o sujeito como sendo “o sujeito do conhecimento, do direito ou da consciência”, e que desde “René Descartes (1596-1650) e Immanuel Kant (1724-1804) até Edmund Husserl (1859-1938), o sujeito é definido como o próprio homem enquanto fundamento de seus próprios pensamentos e atos” (Roudinesco e Plon, 1998, p.742). Este tipo de posicionamento é indicativo de que “a individualidade é a categoria fundamental que define o ideário da modernidade” (Birman, 2006, p.39); o indivíduo, num encaminhamento claramente narcísico e liberal², delimita, a partir do eu, o seu espaço na relação com o outro. Tais aspectos caracterizavam uma subjetividade unificada e governada pela consciência, e reduziam o conceito de inconsciente a um estado de caráter temporário e adjetivado, uma espécie de adendo desconhecido da consciência.

Neste contexto, irrompem as figuras de Marx, Nietzsche e Freud, pensadores introdutores de uma série de quebras de ideais e de mitos a respeito dos valores, da ciência e do sujeito produzidos pela modernidade. A este respeito, Birman (2006) afirma que estes pensadores promoveram uma ruptura com o eixo central da modernidade³ e desencadearam questionamentos a respeito do reinado do eu e da razão. Com este prisma de análise, o autor assinala que, com Marx, o decentramento do eu se deu em relação à economia e à política, num reconhecimento das forças produtivas como ordenadoras da sociedade; com Nietzsche, se aclararam as relações de forças e de poder como centrais e reguladoras do humano, também derrubando a primazia do eu e da consciência; e, por sua vez, Freud realizou o abalo do estatuto de soberania do eu, da consciência e da razão com uma nova concepção sobre o inconsciente. Com esta concepção freudiana, na qual o inconsciente passa da condição de apêndice da consciência à estrutura particular e determinante da subjetividade, o sujeito se torna cindido em

² “Foi o liberalismo que se impôs como a doutrina por excelência dos tempos da modernidade, definindo em termos concretos os ganhos e as perdas das individualidades nas relações com os outros, nas simpatias e antipatias, na paz e na guerra. Enfim, o universo dos sentimentos centrados no eu, ao demarcar as fronteiras e os territórios entre o indivíduo e os outros, se desdobra em lucros, direitos e poder no espaço social.” (Birman, 2006, p.41)

³ O autor adota a expressão *modernismo* para caracterizar estas mudanças estruturais na modernidade que começaram a abalar a soberania do eu, da razão e da consciência.

duas formas de funcionamento, o inconsciente e a consciência, e subjugado à primazia do inconsciente.

Assim, um ponto fundamental e inaugural da teoria freudiana é a noção de clivagem da subjetividade, através da formulação do inconsciente enquanto um sistema psíquico regido por leis próprias, instaurando um afastamento e um decentramento de outro sistema, a consciência. Essa divisão em instâncias psíquicas diferenciadas e antagônicas, indicativa de uma subjetividade essencialmente clivada, refere-se a uma cisão de regimes, de dois modos diferentes de funcionamento do psiquismo (Garcia-Roza, 2001). Esta é a proposta de Freud sobre o inconsciente: caracterizá-lo como uma instância psíquica marcada por uma particular maneira de operar, regulado por leis diferentes daquelas ordenadoras da consciência.

Como indicado acima, além de ser caracterizado como um sistema com lógica própria e, via de regra, adversa à da consciência, o inconsciente em Freud é o que genuinamente constitui a subjetividade, e não apenas um indesejável detalhe da mesma. Neste caso, o decentramento do eu e da consciência e a quebra da apregoada unidade da subjetividade promovem um novo ordenamento: subjetividade cindida e primordialmente regida pelo inconsciente. É na *Interpretação dos Sonhos*, particularmente em seu sétimo capítulo, que Freud (2007, [1900]) apresenta claramente esta concepção do aparelho psíquico enquanto dividido em instâncias, pré-consciente/consciente e inconsciente, e elabora a sintaxe própria do inconsciente⁴.

Destaco que a concepção de um modo de operar característico do inconsciente leva à idéia de uma inexistência de arbitrariedade nos acontecimentos psíquicos, pois estes são determinados pela lógica do inconsciente. Isto implica dizer que o inconsciente não é o caos, o mistério, o ilógico, e que as formações do inconsciente – sonhos, chistes, lapsos, atos falhos, apontados na teoria freudiana como formas metafóricas de manifestação do

⁴ Refiro-me ao processo primário, mecanismo característico do funcionamento do inconsciente, em contraposição ao processo secundário, que define o funcionamento do pré-consciente e da consciência. No processo primário a energia escoia livremente de uma representação para a outra, segundo os mecanismos de condensação – uma única representação contempla o significado de várias outras que formam uma cadeia – e deslocamento – quando uma representação recebe todo o valor e significado de outra (Laplanche e Pontalis, 2001).

inconsciente – indicam, mais uma vez, a existência de um sujeito não unificado. Trata-se do sujeito do inconsciente, da cisão entre sujeito do enunciado e da enunciação⁵, noções desenvolvidas por Lacan a partir da obra freudiana.

Uma outra constatação a respeito do regime de funcionamento do inconsciente, também de particular importância, é apresentada por Garcia-Roza (2000) ao dizer que Freud situa a psicanálise, do início ao fim de seu percurso, no registro da linguagem, delimitando o que chamou de *parábola freudiana*, a saber, o surgimento do sujeito a partir da linguagem. Esta constatação seria evidenciada através do processo primário e seus mecanismos de condensação e deslocamento, das leis de associação dos traços mnêmicos descritos por Freud (2007, [1900]) para a formação dos sonhos; ou, ainda, pela afirmação freudiana de que o sonho importa pelo seu relato, é o discurso sobre o sonho, e não o sonho por si mesmo, que pode ser interpretado como da ordem da realização de um desejo. Dor (1991, p.11-2), ao fundamentar o “retorno a Freud” proposto por Lacan, sintetiza este aspecto da articulação freudiana ao campo da linguagem, afirmando que as descrições de Freud sobre os processos psíquicos inconscientes estão submetidas à linguagem e à sustentação desta na transferência: “é na palavra que o inconsciente encontra sua articulação essencial”.

Lacan fez uma leitura da teoria freudiana contemplando contribuições advindas da tradição filosófica alemã (em especial de Heidegger e Hegel), da lingüística estrutural de Ferdinand de Saussure e do estruturalismo de Lévi-Strauss⁶, para fundamentar seu resgate dos fundamentos freudianos, que julgava perdidos ou distorcidos, e para desenvolver suas próprias formulações teóricas, incluindo aí sua noção de inconsciente e de sujeito. Lacan substituiu a herança do crivo freudiano, calcado na biologia, na neurologia e na física, por um outro que denomina estrutural e organizado por três registros: Imaginário,

⁵ O sujeito do enunciado é aquele que se apresenta no discurso numa relação de exterioridade com o sujeito da enunciação, por sua vez, aquele não expressado no enunciado, no discurso manifesto (Vallejo e Magalhães, 1979).

⁶ Para um aprofundamento a respeito das contribuições destas três vertentes no trabalho lacaniano, remeto o leitor às seguintes obras de referência: *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como uma linguagem* (Dor, 1991), *Lacan e a filosofia* (Juranville, 1987), *Lacan: a trajetória de seu ensino* (Marini, 1990), *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento* (Roudinesco, 1994), *A paixão do negativo: Lacan e a dialética* (Saflate, 2006).

Simbólico e Real (v. p. 24). Esta concepção de estrutural é indicativa da “dependência do sujeito a uma ordem que o ultrapassa e que está na sua origem – o Simbólico” (Marini, 1990, p.59), e este posicionamento e a ordenação dos três registros da realidade humana derivam da influência e dos efeitos da teorização de Lévi-Strauss⁷.

Assim, quando Lacan (1988 [1964], p.25) postula, no Seminário 11, que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, e, ainda, que “o sujeito é efeito do significante”, ele segue os passos de Lévi-Strauss, indicando a existência de um sistema de relações pré-existentes ao sujeito e de uma ordem significante que o antecede, pois o Outro que lhe precede está já tomado pela linguagem. Ao nascer, o homem é inserido em uma ordem humana que lhe é anterior, uma ordem social na qual ele adentra através da linguagem e da família. Assim, a história do sujeito o antecede por um mito familiar que passa a recobri-lo a partir de seu nascimento e através da linguagem – linguagem que é, em essência, sempre equívoca e passível de múltiplas interpretações, facilitadora da construção de um mito individual em referência ao mito familiar. Além do mais, neste encaminhamento similar ao de Lévi-Strauss, que toma a estrutura da língua como modelo para suas explicações antropológicas dos fenômenos humanos, os aforismos lacanianos acima reproduzidos apontam para a relação e aproximação entre os mecanismos de funcionamento da linguagem e do inconsciente, indicando a existência de regras estruturais comuns entre ambos.

A lingüística estrutural introduz e ressalta a importância do eixo sincrônico para o estudo da língua, o que significa dizer que a significação das palavras depende do sistema da língua e que a dimensão diacrônica ou histórica

⁷ “Através das estruturas elementares de parentesco, consideradas como instituição fundamental de toda sociedade, a antropologia afirmava a primazia da Cultura, elemento terceiro entre Natureza e Sociedade, contra o pensamento marxista então dominante na França. E, apoiando-se na lingüística, ciência ainda ignorada entre nós à época, e da qual fazia uma ciência-piloto, ele tomava a estrutura da Língua como estrutura-modelo capaz, por transposição metodológica, de explicar todos os fenômenos humanos. Lacan tenta fazer o mesmo em seu próprio domínio, pois o encontro com as pesquisas de Lévi-Strauss lhe permite dar forma ao que ele busca desde o artigo de 1938 sobre *A Família*: uma reformulação do Édipo como entrada, graças à figura paterna, no universo da lei, da participação dos valores socioculturais e do reconhecimento como sujeito por inteiro, através do tributo do respeito aos interditos fundamentais” (Marini, 1990, p.59). Roudinesco (1994) também afirma que com o pensamento de Lévi-Strauss, Lacan encontra uma solução teórica para reelaborar a doutrina freudiana, escapando do biologismo e atrelando a psicanálise a uma estrutura de linguagem.

não é suficiente para tal estudo. É a este sistema da língua, à estrutura da língua, que Lacan propõe relacionar o funcionamento do inconsciente; e é pela linguagem, pelo discurso que este mesmo inconsciente pode advir. E desta noção de estrutura, do que, segundo a lingüística, se organiza como estrutura, como sistema operante na língua, Lacan se apropria, não sem importantes modificações, fundamentalmente, de dois aspectos: o valor do signo e, por conseguinte, a diferença entre significante e significado, e os dois cortes do sistema de linguagem, resultando nos eixos paradigmático e sintagmático que organizam o discurso⁸.

A partir desses fundamentos estruturalistas, e enfatizando as proposições freudianas, Lacan (1988 [1964]) formula as tese de que o inconsciente é pré-ôntico e pulsátil: o inconsciente não é objetivado, localizável, nem da ordem da realidade, é pura potência (representação de coisa) para o dizer (articulação entre representação de coisa e representação de palavra). É também através de sua particular tomada de elementos da lingüística estrutural, que Lacan retoma a descontinuidade – pois é, de acordo com Freud, através do disfarce nos sonhos, no tropeço na fala ou na memória e ainda na formação sintomática que teremos a emergência do inconsciente – como caráter inaugural na descoberta freudiana e avança para a indicação de que é na rachadura, no intervalo, na fenda que o inconsciente se manifesta, não apenas no tropeço e sim em toda cadeia discursiva, entre dois significantes ou na passagem de um significante a outro.

Neste ponto, uma questão se impõe na direção do que se faz relevante neste capítulo: como se dá a instalação deste potencial para o dizer? Em outros termos, como o inconsciente se estrutura e, portanto, como ocorre a constituição do sujeito, na acepção psicanalítica do termo, sujeito do inconsciente, sujeito do desejo?

⁸ A relação entre significado (conceito) e significante (imagem acústica) constitui o chamado signo lingüístico, ordenado por uma separação entre seus dois elementos. Esta separação é interpretada por Lacan pela via de uma autonomia do significante em relação ao significado, autonomia que leva à consideração de uma supremacia do primeiro em relação ao segundo, numa subversão da proposição inicial de Saussure. O eixo paradigmático é o responsável pelas seleções, pelas escolhas das palavras, onde se admitem substituições por semelhança: um termo leva a outro por similitude, equivalendo ao processo metafórico. O eixo sintagmático é onde ocorre o trabalho de combinação das palavras escolhidas, onde as substituições podem ocorrer por contigüidade, equivalendo ao processo metonímico. (Dor, 1991).

1.1.1. A constituição do sujeito: campo pulsional e psiquismo.

Já vimos, com as contribuições do estruturalismo de Lévi-Strauss, que para a psicanálise o processo de constituição subjetiva está intimamente relacionado com a concepção de que o campo do sujeito é efeito, em especial, da linguagem e de uma trama de relações pré-existentes ao nascimento, constituindo o que será o mito fundador de uma história singular. O sujeito para a psicanálise é aquele que se constitui na relação com o Outro através da linguagem, é em referência a essa ordem simbólica que se pode falar em sujeito e subjetividade a partir de Freud, e em especial após a produção teórica de Lacan.

Portanto, o sujeito não é agente, como ocorre na posição cartesiana, e sim determinado pela função simbólica, assim como a posição do sujeito em relação ao Outro é mediada pelas regras e convenções do registro simbólico (Vallejo e Magalhães, 1997). Para avançar na direção da compreensão de como este sujeito se constitui, ou seja, de que maneira esta relação com o Outro, intermediada pela linguagem, estrutura o inconsciente e promove a organização subjetiva, é necessária a retomada do conceito de pulsão, pois o inconsciente é formado pelos representantes psíquicos da pulsão, e é no processo de pulsionalização ou erogenização do corpo infantil que poderemos falar de um sujeito em constituição.

Como já observado, o campo pulsional caracteriza uma das duas entrelaçadas regiões – enfatizando que a outra é o aparelho psíquico, com destaque para o conceito de inconsciente – que compõem a subjetividade para a psicanálise. Acrescento agora, lembrando o leitor e fortalecendo os argumentos que sustentam as noções de sujeito e subjetividade em pauta, que é através do conceito de pulsão em sua segunda teorização que uma nova organização tópica e clínica começa a se organizar na obra freudiana. A pulsão, como pura potência dispersa, num mais além do princípio do prazer assume lugar de destaque na teoria freudiana através dos conceitos de pulsão de morte e de compulsão à repetição, deslocando o foco da ordem, do sentido e da representação – elementos marcantes da primeira tópica – para o que faz limite a esta ordem, para o caos, a desordem. Assim, há algo da subjetividade que se constitui como exterior ao

inconsciente, exterior à representação e ao psiquismo, caracterizando a chamada segunda região desta subjetividade, que é o campo pulsional.

O conceito de pulsão começa a ser construído em 1905, com a publicação dos *Três ensaios da teoria sexual* (Freud, 2007 [1905]), e sofre uma série de modificações e avanços ao longo da obra freudiana. Neste texto de 1905, mas já em acréscimos realizados em 1915, a pulsão é articulada à representação psíquica de estimulações somáticas que fluem continuamente, em oposição às estimulações esporádicas e externas. A pulsão é, então, formulada como um conceito de fronteira entre o psíquico e o somático⁹. Nesta mesma direção de fronteira, de limite e articulação entre psíquico e somático, Freud apresenta ainda em 1905 sua noção de *apoio*¹⁰, que enfatiza a origem somática da fonte pulsional e fundamenta o dualismo pulsional proposto neste momento, a saber, a oposição entre pulsões sexuais e pulsões de autoconservação ou pulsões do eu. Portanto, este texto estabelece que as pulsões sexuais se instalam a partir das necessidades e que a sexualidade se torna autônoma, secundariamente, quando o objeto exterior indicado para a autoconservação é abandonado e a satisfação sexual pode ser obtida de forma auto-erótica.

Novas construções sobre a teoria pulsional são apresentadas por Freud (2007 [1915a]) com o artigo *Pulsões e destinos da pulsão*. Este texto apresenta os quatro elementos que caracterizam as pulsões sexuais: a *fonte*, a *pressão*, o *alvo* e o *objeto*. A *fonte* é mesmo corporal e atrelada às zonas erógenas; a *pressão* é o fator motor, uma força constante que é a própria atividade da pulsão; o *alvo* da pulsão é sempre a satisfação, a redução da tensão provocada pela *pressão*, que é sempre parcial; e o *objeto* é um meio para um fim, a forma de atingir o *alvo*, é o que há de mais variável, pois a pulsão não tem objeto próprio.

⁹ “Por pulsión podemos entender al comienzo nada más que la agencia representante {*Reprasentanz*} psíquica de una fuente de estímulos intrasomática en continuo fluir; ello a diferencia del estímulo, que é producido por excitaciones singulares provenientes de fuera. Así, pulsión es uno de los conceptos del deslinde de lo anímico respecto de lo corporal.” (Freud, 2007 [1905], v.VII, p.153; Freud, 1996 [1905], v.VII, p.159). A este respeito, Roudinesco e Plon (1998, p. 628) indicam que a pulsão pode ser definida “como a carga energética que se encontra na origem da atividade motora do organismo e do funcionamento psíquico inconsciente do homem”

¹⁰ Segundo Laplanche e Pontalis (1991), o termo apoio é usado por Freud para indicar que as pulsões sexuais se apóiam inicialmente nas funções vitais. Os autores enfatizam que através da idéia de apoio há a indicação de uma relação primitiva entre as pulsões sexuais e as pulsões de autoconservação.

Com diferentes zonas erógenas disseminadas por todo o corpo, com uma satisfação sempre parcial, neste artigo as pulsões sexuais aparecem marcadas pelo caráter da parcialidade, cuja somatória constitui a sexualidade, num distanciamento da primazia e da totalização do sexual via genitalidade.

Mantendo a idéia de conceito de fronteira, limite entre psíquico e somático, a pulsão é afirmada neste texto de 1915 como sendo “[...] un representante {*Repräsentant*} psíquico de los estímulos que provienen del interior del cuerpo y alcanzan el alma” (Freud, 2007 [1915a], p. 117; Freud, 1996, [1915a’], p. 127). Esta formulação acaba por equivaler a pulsão e seus representantes-representação – o que é retificado no mesmo ano no texto intitulado *O Inconsciente*, onde se encontra a proposição freudiana de que “una pulsion nunca puede pasar a ser objeto de la conciencia; solo puede serlo la representación que es su representante” (Freud, 2007 [1915b], p.173; Freud, 1996 [1915b’], p. 182). Sendo assim, *Pulsões e destinos da pulsão* trata dos destinos dos representantes-representação da pulsão e indica que os afetos, a despeito de sofrerem os efeitos desses destinos, tem os seus próprios encaminhamentos, a saber: a *conversão*, o *deslocamento* e a *angústia*. Todavia, dos quatro destinos elencados neste texto como possíveis para os representantes-representação da pulsão, Freud desenvolveu apenas dois, a *reversão ao seu oposto* e o *retorno ao eu*, indicando que o recalque e a sublimação ganhariam um tratamento à parte em outros artigos. Isso de fato ocorreu com o recalque, mas não, infelizmente, com a sublimação, tema central desta pesquisa, que será tratada no capítulo subsequente.

Em 1920, com o artigo *Mais além do princípio do prazer* (Freud, 2007, [1920]), a segunda teoria das pulsões é apresentada por Freud, já constituindo também os pilares para a posterior organização da sua segunda tópica em 1923 e iniciando uma nova forma de pensar a subjetividade. Até então preocupado com o aparato psíquico e sua ordem, afirmando um predomínio do princípio do prazer, Freud agora se indaga a respeito do que faria obstáculo a esse princípio, e a resposta o leva à formulação do conceito de *pulsão de morte*, através do qual o caos e o acaso são introduzidos na teorização freudiana.

Este texto de 1920 propõe um novo dualismo entre pulsão de vida – que reagrupa as pulsões sexuais e as pulsões do eu – e pulsão de morte. A

concepção desta última enquanto retorno ao estado anterior à vida dá um caráter conservador à pulsão, em oposição ao apresentado anteriormente por Freud, quando a pulsão era identificada com a renovação e a promoção de mudanças. Ainda nestes termos de uma postura conservadora, por buscar manter o estado de coisas, repetir o mesmo, o conceito de *compulsão à repetição* ganha forma e aponta sua articulação à pulsão de morte como movimento de uma ordem mais primitiva, mais elementar, mais “pulsional” que o campo das pulsões de vida, estas últimas articuladas ao aparelho psíquico. Entretanto, Freud (2007 [1920]) formula não haver diferença qualitativa entre as pulsões, indicando que as pulsões de vida são numerosas e ruidosas, enquanto que a pulsão de morte é silenciosa, invisível e indizível.

Lacan (1988 [1964]), nos capítulos do Seminário 11, em que trabalha o conceito de pulsão, aborda esse ponto, evidenciando que o dualismo não se refere à natureza da pulsão, mas sim ao seu modo de apresentação. A pulsão é uma só, mas com duas formas de apresentação: uma delas, denominada por Freud de pulsão de vida, se refere ao campo pulsional que é capturado pelo aparato psíquico, que pode ser inscrito no inconsciente e inserido na ordem do Simbólico; a outra apresentação, denominada por Freud de pulsão de morte, caracteriza o campo pulsional que escapa à representação no psiquismo, estando, assim, de fora do Simbólico e inserido no registro do Real. Neste mesmo texto, Lacan enfatiza o caráter sempre parcial das pulsões e deixa muito claro que o mais importante para a pulsão é o seu circuito, no qual o contorno do objeto se produz. Tal circuito é fechado com o retorno à fonte e o conseqüente desprendimento e queda do objeto da sua posição temporária de produtor de satisfação pulsional.

Este aspecto – a não existência de um objeto específico para a pulsão – é de extrema relevância por favorecer a delimitação do campo humano em seu distanciamento da noção de necessidade aplicável ao mundo animal. Sobre este ponto de demarcação de uma diferença radical entre pulsão e instinto, Lacan aprofunda seus comentários e estabelece, na articulação entre os conceitos de inconsciente e pulsão, a concepção de desejo para a psicanálise. Assim, é a partir dos pilares freudianos que Lacan, no transcorrer de sua obra, articula ao

inconsciente as noções de sujeito do inconsciente/sujeito do desejo, e à consciência o eu/sujeito do enunciado.

Em Freud (2007, [1900]), o desejo é caracterizado por um impulso na busca da reprodução de uma satisfação original, mas de forma alucinatória; ou seja, faz referência a um objeto atrelado originariamente à satisfação e não mais encontrado, um objeto perdido e então representado na ordem do simbólico. Assim o desejo pode realizar-se, sem nunca se satisfazer – diferentemente do que acontece com a necessidade – e sempre de forma parcial, na medida em que o encontro com o objeto, tomado pelo desejo circunstancialmente, também produz remissão ao mítico objeto perdido para sempre, reabrindo a insatisfação e relançando o desejo em sua incansável circularidade. Então, no cerne do desejo está a falta, pois esta é o que continua presente em referência ao objeto perdido e, decididamente, dá ao desejo o estatuto de inconsciente e, portanto, estrangeiro ao eu. A esta idéia freudiana do desejo inconsciente e que tende à realização, Lacan articulou a proposição filosófica fenomenológica do desejo baseado no reconhecimento, onde o desejo humano é *desejo de desejo do outro*. Grosso modo, para a psicanálise, o que o homem deseja é ser reconhecido pelo desejo do outro, ser amado, desejado pelo outro, estando a noção de desejo atrelada a de um *vazio infundável*, para o qual não há objeto que lhe *dê cabo*.

Uma vez enunciada esta posição desejante do humano e percorridos os elementos fundamentais sobre as duas regiões que compõem a subjetividade, o inconsciente e o campo pulsional, volto à questão de como este sujeito do desejo, sujeito do inconsciente se constitui, sempre com o intuito de completar o percurso até aqui desenvolvido a respeito das noções de sujeito e subjetividade em pauta nesta tese. Enfatizo a meta do presente capítulo – de delimitar os conceitos de sujeito e subjetividade de acordo com a fundamentação teórica em questão e analisar suas particularidades nos dias de hoje – como essencial para esta pesquisa que pretende afirmar a presença do sujeito no advento do ato criativo via sublimação e discutir a relevância, as possibilidades e os efeitos da sublimação para o sujeito no contemporâneo. Sendo assim, é pertinente e necessário tecer alguns comentários sobre o caminhar da constituição subjetiva,

no qual se processam os conceitos teóricos abordados – inconsciente e pulsão – culminando nas chamadas estruturas clínicas, como veremos a seguir.

1.1.2. A constituição do sujeito: subjetivação e estrutura.

A leitura clínica estrutural se opõe ao diagnóstico meramente semiológico e nosográfico e propõe que a especificidade da estrutura de um sujeito é predeterminada pela economia de seu desejo. O diagnóstico estrutural busca compreender como se dá essa economia, como ela é administrada. Esta economia do desejo se refere ao Édipo, à relação que o sujeito mantém com a função fálica e com a castração. Portanto, quando falamos em *estruturas clínicas ou estruturas de personalidade* (neuroses, psicoses e perversão), falamos dos avatares transcorridos ao longo da constituição do sujeito, em especial ao longo dos três tempos do Édipo.

Pensar o Édipo em três tempos é uma proposta de Lacan que incluiu no Édipo como um todo os períodos antes denominados por Freud de pré-edípico e de saída edípica ou declínio do Édipo – os quais correspondem, respectivamente, ao primeiro e terceiro tempos do Édipo para Lacan.

O primeiro tempo edípico ocorre nos primórdios da interação mãe-criança, onde esta é tomada imaginariamente pela mãe como o seu objeto de completude; o segundo tempo do Édipo é marcado pela descolagem inicial da criança do lugar de falo para a mãe, momento da castração imaginária, onde a criança rivaliza com o pai o lugar de falo para a mãe; o terceiro e último tempo edípico se caracteriza inicialmente pela hipótese infantil de que o pai detém o falo, e, em seguida culmina na saída do Édipo com a conclusão de que ninguém é ou possui o falo, todos somos faltantes, castrados, e o que homens e mulheres desejam em seus pares é, exatamente, a falta. A neurose se dá com a passagem pelos três tempos do Édipo, momento no qual a castração simbólica está decididamente instalada e o recalque funda o sujeito barrado; no outro extremo, aprisionada ao primeiro tempo edípico, à condição de ser o objeto para o Outro, à

ausência da castração e sob os auspícios da forclusão do Nome do Pai¹¹, está a psicose; por sua vez, perversão caminha até o segundo tempo do Édipo, momento em que a castração é vislumbrada como possível na realidade corporal, tempo em que a diferença sexual é conhecida, mas no caso de uma estruturação perversa é negada concomitantemente, instaurando a renegação da castração.

Com esta concepção da clínica estrutural e por todas as considerações já tecidas sobre o sujeito ser efeito da relação com um Outro por intermédio da linguagem, está evidenciado que na leitura psicanalítica sobre a organização subjetiva, é fundamental o lugar em que se é tomado pelo desejo parental. A partir de um necessário e recíproco engodo amoroso – em que na díade mãe-criança impera o ser *tudo uma para a outra* – as demandas maternas são dirigidas à criança e estabelecem a erogenização do corpo infantil, processo de sexualização do campo pulsional, em função da criança ocupar, temporariamente, o lugar de objeto fálico a completar o desejo do Outro. Num aparente paradoxo, ao mesmo tempo em que é necessário ao sujeito ocupar tal lugar mítico de completude, ele deve também deixar de ocupá-lo, inicialmente em função da constante e infundável circularidade das demandas maternas – desde que no inconsciente da mãe já opere o Nome do Pai – e posteriormente pela efetivação da função paterna ao interditar o desejo da mãe em relação à criança. Cabe ao pai impedir o desejo materno devorador, estabelecendo limite para as demandas maternas, retirando a criança do subjugo ao código materno e inserindo-a no campo da lei da castração. Como já indicado algumas linhas acima, deste processo, sempre marcado por particularidades e jamais perfeito, no sentido de sempre contemplar falhas em sua efetivação, depende a organização estrutural e, portanto, a modalidade de funcionamento subjetivo.

Observo que este processo de pulsionalização do corpo infantil através das circulares demandas maternas ocorre em dois tempos de trabalho ou duas operações de causação do sujeito: a *alienação* e a *separação*. A *alienação* ou

¹¹ Segundo Roudinesco e Plon (1998) o termo foi criado por Lacan para designar o significante da função paterna, função de interdição do desejo materno e inscrição da lei da castração e da falta.

*vel da alienação*¹² corresponde à primeira volta do circuito pulsional em que a demanda materna toma a criança como seu objeto pulsional. Parafraseando Harari (1990, p.248), a *alienação* é a operação que determina a captura do sujeito pelo significante, é a ação do Outro que produz a primeira conflituosa e ambígua aparição do sujeito, pois este paga, para surgir, o preço da desapareição sob os significantes do Outro, correndo o risco de aí petrificar-se. Em seu Seminário 11, Lacan (1988 [1964]) propõe o conceito de *afânise*¹³ ou *fading*, para designar, o referido desaparecimento da condição de sujeito por sua aparição através de um primeiro significante que surge no campo do Outro, marcando assim o caráter de divisão do sujeito: “Quando o sujeito aparece em algum lugar como sentido, em outro lugar ele se manifesta como *fading*, como desaparecimento” (Lacan, 1988 [1964], p. 207). Assim, o sujeito sob o *efeito afânise* é de um lado sentido e, de outro, sem sentido, fato indicativo da inevitável perda que ocorre nesta primeira operação de constituição do sujeito, perda que se traduz naquilo que é inconsciente.

Lacan (1988 [1964], p. 203) assinala que a *separação*, segunda operação de causação do sujeito, é também a segunda e necessária volta do circuito pulsional na relação do sujeito ao Outro e “surge do recobrimento de duas faltas”. Considerando que o objeto da pulsão é sempre variável, que não é equivalente ao objeto da necessidade, que é apenas contornado, e, não, apreendido pela pulsão, o Outro se apresenta como faltante nos intervalos de seu discurso. Neste ponto, através dos intervalos, das faltas no discurso do Outro, o desejo do Outro é apreendido pela criança como um enigma: *o que o Outro quer de mim?* Lacan prossegue com a afirmativa de que para responder a este enigma, o sujeito

¹² Lacan (1998 [1964], p. 200) observa que *vel* significa “ou” em latim, partícula indicativa de disjunção e que no caso do *vel da alienação*, temos um tipo específico de disjunção, que na realidade perde o seu caráter disjuntivo e introduz uma falsa escolha, uma falta: “nem um, nem outro”. Lacan compara tal disjunção do *vel da alienação* à dialética hegeliana do senhor e do escravo, em que o segundo se propõe: a liberdade ou a vida. Se a escolha for a liberdade, o resultado é a perda das duas; escolhendo a vida, tem-se esta amputada da liberdade. Assim, toda escolha realizada no *vel da alienação* comporta o que Lacan chama de fator letal, envolvendo o conceito de *afânise* explicitado algumas linhas abaixo da introdução desta nota no corpo do texto.

¹³ Lacan se apropria deste termo usado por Ernest Jones, mas com diferente significação. A definição de Jones indicava o desvanecimento do desejo, enquanto para Lacan o conceito remete ao “desaparecimento da condição de sujeito, em função e em virtude daquilo que o constitui como tal” (Harari, 1990, p. 239)

põe em cena a sua própria falta referente ao seu desaparecimento, propondo a sua própria perda como objeto para o desejo do Outro: *pode ele me perder?* Assim, uma falta recobre a outra – a falta no Outro e a falta na criança de seu próprio desaparecimento – e deste recobrimento resulta o que Lacan (1988 [1964], p. 208) denomina de “função da liberdade”, função que permite o sujeito libertar-se do *efeito afânise*. A partir desta liberação promovida pela *separação*, temos, definitivamente, *a falta a ser* no sujeito, a inscrição do representante pulsional e a aparição do objeto *a*, objeto causa do desejo, estabelecendo a condição para que o sujeito possa desejar, possa eleger objetos para o seu desejo a partir da passagem pela condição de objeto pulsional para o Outro.

Por esta via entende-se a produção sintomática como uma maneira do sujeito resistir à posição de objeto fálico para o Outro, ou seja, resistir à alienação e a um desejo que não é o seu. Porém, ressalva seja feita, o sintoma sempre comporta, ambígua e imaginariamente, a satisfação da demanda que se supõe no Outro. Este movimento é radicalizado nas denominadas *neuroses de borda*¹⁴ ou sujeitos em *estado limite*¹⁵, inegáveis cânones da subjetividade contemporânea. O *fenômeno* (por exemplo: pânico, bulimia, anorexia, adições, melancolização, fenômenos psicossomáticos, o ato de cortar-se, a cleptomania) é marca da aparição direta em ato ou no corpo do campo pulsional, já que este não se encontra efetivamente simbolizado em virtude do parcial aprisionamento do sujeito na posição de objeto da demanda materna. Frente à insuportável angústia de ser tomado na posição de objeto que completa o Outro, o sujeito *aparece* através do *fenômeno*, num ato de recusa e repugnância ao desejo do Outro, ao mesmo tempo em que se confirma existente através da posição de alienação que

¹⁴ O termo, também conhecido como *montagens fenomênicas*, *neuroses de borda* ou *fenomenologias de borda*, faz referência à teorização nascida na Argentina há aproximadamente quinze anos em busca de explicações para as novas modalidades de adoecimento e funcionamento subjetivo que assolam a contemporaneidade. A despeito de uma estruturação neurótica, as neuroses de borda contemplam falhas na inscrição pulsional, na organização do narcisismo primário e, portanto, são marcadas pelo fracasso da simbolização. Assim, o fenômeno – em contraposição ao sintoma que é o retorno das inscrições pulsionais recalçadas – é a apresentação direta no vivido do sujeito deste campo pulsional mal simbolizado.

¹⁵ O *estado limite* corresponde à leitura francesa para as novas modalidades clínicas da atualidade, na qual é vislumbrada sua proximidade tanto do funcionamento perverso quanto do psicótico. As características centrais desta posição, que não se define como estrutural, são a somatória da angústia e da depressão, condutas sociais e sexuais perversas e danos à imagem do corpo e aos processos de pensamento.

lhe é tão conhecida. Em alguma medida, também é possível identificar uma função semelhante na recorrência ao delírio na paranóia, pois este se organiza numa tentativa de cura, buscando estabelecer significações onde elas faltam para o sujeito, constituindo, assim, uma barreira ao seu completo desaparecimento.

Sem o intuito de construir generalizações, é plausível afirmar algo em comum entre as formas de subjetivação acima referidas, a saber: a luta pelo advento do sujeito, pela sustentação, ainda que de maneira frágil e distorcida, do lugar de sujeito. Destaco tal elemento em comum, pois esta pesquisa se encaminha para a defesa da presença, da emergência do sujeito no ato criativo via sublimação, ou seja, a sublimação pode ser compreendida como mais uma maneira pela qual o sujeito busca a sua sustentação e, quiçá, com menos sofrimento.

Nesta direção, e à guisa de uma breve antecipação sobre o que ainda será tratado e discutido nesta tese, evoco a afirmação de Pommier (1990) de que o ato criativo via sublimação permite ao sujeito distanciar-se de sua identificação fálica. Utilizando-se dos mesmos campos pulsionais que o aprisionaram, mas agora num desvio da alienação, a obra ocupa o lugar do que se era para o Outro, lugar de falo, e assim tem-se a dessexualização, na medida em que o corpo se liberta de sua posição fálica. Portanto, a atividade do processo sublimatório se presentifica pela criação, pois ela se efetiva pelo *ato*, constitui um *produto* e é *assinada* – inversamente à passividade presente no sintoma que ao mesmo tempo constitui certo rechaço e mantém a erotização do corpo em nome do desejo do Outro.

Resumindo o que foi desenvolvido até o momento, torna-se central a identificação da subjetividade psicanalítica como aquela dividida em duas ordens de funcionamento e essencialmente constituída pela sintaxe inconsciente. O sujeito da psicanálise é o sujeito do desejo, estabelecido por Freud através da noção de inconsciente e, portanto, distinto do ser biológico e do sujeito da consciência filosófica. Para que tal sujeito possa emergir, entende-se que ele deva ser inserido em uma ordem simbólica que o antecede, atravessado pela linguagem e tomado pelo desejo de um Outro, mediado por um terceiro, processo através do

qual se abre a possibilidade de inscrição dos dois enigmas fundamentais para a existência humana: *Podes me perder?* e *O que o Outro quer de mim?* Caso a função paterna se efetive favoravelmente de forma a fazer contrapeso à mãe, a resposta para a primeira pergunta será afirmativa e para a segunda, sempre indefinida, resultando no sujeito neurótico freudiano, marcado pela falta e por ela movido em sua existência.

Ainda um último comentário faz-se pertinente a título de fechamento da primeira parte deste capítulo: não parece difícil depreender da exposição até então realizada, a importância, também para a psicanálise, do plano social para a constituição subjetiva. Pensar o laço social como sempre atrelado à linguagem é essencial para a compreensão psicanalítica da noção de sujeito, por isso as formas de subjetivação e de adoecimento são estudadas tendo como referência o contexto sócio-cultural, a historicidade, a ordem e o discurso social. Esta pequena nota visa apenas demarcar o campo psicanalítico como inserido e mesmo atravessado pela cultura e, obviamente, detentor de uma particular leitura a respeito da ótica social e de seus efeitos sobre o sujeito.

Um desdobramento, talvez não estrondoso, mas relevante desta proposição é que, sendo o sujeito constituído através da linguagem e do enlace social, certamente não é possível pensá-lo com características rigidamente fixas. Isto não significa dizer que o mesmo é volátil, mas sim aberto a mudanças e produtor das mesmas. Tal esclarecimento enfatiza a importância e a escolha do próximo tópico deste capítulo que tratará das particularidades da subjetividade na contemporaneidade – através das lentes da psicanálise –, fundamento para a posterior análise das possibilidades sublimatórias via ato criativo e sua relação com a subjetividade no discurso contemporâneo.

1.2. Notas sobre o sujeito e a subjetividade na contemporaneidade

"A humanidade instala-se na monocultura; prepara-se para produzir civilização em massa, como a beterraba. Seu trivial só incluirá esse prato."
Lévi-Strauss, 2004 [1955], p.105.

1.2.1. Uma nova ordem discursiva.

A vida é feita de poucas certezas – talvez de uma só, como diz a sabedoria popular – e assim, também, o campo das humanidades entende a atividade de pesquisa e a produção de saber: nada de garantias ou de busca de verdades absolutas e definitivas, o que permite a existência de diferentes e, mesmo, contraditórias leituras e interpretações sobre uma mesma questão. É o que tem acontecido, quando o tema é a modernidade ou a pós-modernidade e as condições e questões relativas ao sujeito e à subjetividade em nosso tempo, seja ele moderno ou pós-moderno. As diferenças a respeito desta temática, parecem apontar, fundamentalmente, duas formas opostas de interpretação: uma delas, com predomínio norte-americano, aposta numa ruptura com a essência da modernidade e indica o fim da mesma e a construção de uma pós-modernidade; a outra, primordialmente européia, avalia a existência de uma radicalização dos pressupostos organizadores da modernidade e, portanto, a continuidade desta e de seu projeto (Birman, 2006).

Certamente existem exceções nos pensamentos americano e europeu a respeito da contemporaneidade, mas a referida ordenação de focos de interpretação se deveria ao fato de a modernidade ter sido um projeto europeu. Portanto, ela marcaria a identidade européia, sendo mais aceitável a idéia de um desdobramento da modernidade e da manutenção de seu projeto estrutural. Por sua vez, a proposição norte-americana de uma ruptura radical com a modernidade e do nascimento de um novo modelo denominado de pós-moderno estaria calcada no ideário de uma hegemonia da cultura americana como fundadora de um novo tempo histórico (Birman, 2006).

Todos devem estar lembrados que Freud já se ocupava dos aspectos concernentes ao enlace entre o sujeito e a cultura¹⁶, e que indicou e preconizou as dificuldades relativas à organização social no artigo *O mal-estar na cultura* (Freud, 2007 [1929]). Neste texto, ele afirma que a cultura tem como uma de suas funções regular as relações dos homens entre si, mas que sua instauração depende exatamente da renúncia à satisfação pulsional, especialmente a renúncia à agressividade. Assim a insatisfação é colocada como uma condição prévia para a cultura e denominada de *frustração cultural*. No mesmo artigo, enuncia que a perda da felicidade, através do sentimento de culpabilidade engendrado pela cultura, é o preço pago pela evolução cultural.

Freud (2007 [1929]) considera a vida *muito pesada*, e que o sofrimento nos ameaça por três vias: a decadência do próprio corpo, o mundo exterior e as relações com os outros. Ao destaque para o sofrimento advindo dos relacionamentos humanos, soma-se a constatação de que a finalidade de evitar o sofrimento se sobressai àquela da busca pelo prazer, a despeito de considerar que a procura de uma satisfação ilimitada é uma norma de conduta tentadora. Freud elege três formas principais de diminuição deste sofrimento: distrações que fazem parecer pequena a nossa miséria, satisfações substitutivas que a reduzem e os narcóticos que nos tornam insensíveis a ela. Refere-se também, no decorrer do trabalho, ao isolamento social como uma maneira de evitar o sofrimento advindo do relacionamento humano.

Entretanto, Lebrun (2004) alerta para a leitura que a seu tempo Lacan faz do mal-estar na civilização. Observa que Freud, ao menos de certa forma, compartilhava do movimento cientificista de sua época, enquanto Lacan – já espectador dos efeitos maléficos do tecnocientificismo – concebeu o discurso da ciência como responsável pelo fadado mal-estar. É necessário considerar que a mudança de um discurso teológico, antes organizador da Antiguidade, para um discurso científico é essencial para a estruturação da modernidade, e é a partir desta premissa que Lebrun (2004) formula a hipótese de que o discurso da ciência

¹⁶ É necessário considerar ao menos cinco textos freudianos articulados diretamente à temática em causa: *Psicologia das massas e análise do eu* (2007 [1921]), *O mal-estar na cultura* (2007 [1929]), *Totem e Tabu* (2007 [1913 (1912-13)]), *Moisés e a religião monoteísta* (2007 [1939 (1934-38)]) e *O futuro de uma ilusão* (2007 [1927]).

é o responsável pelas dificuldades presentes na modernidade e, sobretudo, na atualidade para o exercício e eficácia da função paterna e da lei da castração. Uma nova forma de funcionamento do laço social se estabeleceu com o nascimento da ciência moderna: a autoridade de Deus é abalada e em seu lugar se estabelece o saber, um saber que se pretende totalizador e capaz de dominar a realidade e transpor os limites humanos.

Em outras palavras, a ciência moderna desbanca a autoridade religiosa, a tradição e o lugar do Mestre em sua relação com a transmissão do saber. Neste novo laço social, o saber é norteador – mas agora de forma acéfala, pois não mais enunciado por um Mestre – e encaminha a busca, imaginariamente, de um domínio pleno da realidade. Ao discurso da ciência nada escapa e este não comporta o efeito atrelado à função paterna de fazer corte, limite, instituir a falta, a não-completude. Assim temos as conseqüências nefastas da falência, da queda do Outro e conseqüentemente da Lei¹⁷ em nossa cultura. Privados da alteridade radical do Outro, os homens são arrancados do domínio da Lei, arremessados em relações de horizontalidade permeadas por um ideário de pretensa igualdade, mas que na realidade traz certa permissividade para que supostas leis¹⁸ sejam estabelecidas entre os pares.

Legislando em causa própria, o homem de hoje aposta todas as suas cartas na máxima de que *todo o gozo é possível e deve ser alcançado*. Esta mensagem, ou talvez seja melhor dizer *ordem*, é veiculada na cultura pelas mais diversas vias e está em alto grau acoplada aos progressos técnico-científicos. Cada vez mais a tecnologia em nome da ciência, ou ainda, a ciência em nome do avanço tecnológico, trabalha no sentido da manipulação, do controle, da racionalização e, portanto, da exclusão do sujeito. Assim, numa assepsia subjetiva, a vida e muitos dos aspectos relativos a ela tornam-se *bens*, propagados como necessários para o acesso ao gozo. Este movimento elide a condição *sine qua non* da subjetividade humana, que se refere à inexistência de um objeto que satisfaça o desejo humano

¹⁷ Lembro o leitor que a palavra iniciada com letra maiúscula é uma referência à lei simbólica da castração, conforme consta na p.13.

¹⁸ Refiro-me às transgressões das leis sociais tão em voga hoje em dia, em que as leis civis se encontram destituídas de eficácia simbólica e por isso são, muitas vezes desconsideradas, ainda que tentem afirmá-las por um aumento de sua quantidade ou por um enrijecimento de suas proposições.

e, logo, a uma subjetividade constituída por um vazio insuperável. Como diz Lacan (1997 [1959-60], p. 280) no livro 7, “a dimensão do bem levanta uma muralha poderosa na via do nosso desejo”, identificando assim a necessidade de “um repúdio radical a um certo ideal do bem”. Neste sentido, é apropriada a consideração de que propor um gozo impossível como ideal a ser atingido produz mais angústia do que gozo, mais violência do que fruição (Kehl, 2002). Afinal é a interdição do incesto, da satisfação pulsional direta e, portanto, do gozo, que possibilita a ascensão ao prazer. Para a psicanálise, esta instauração da lei da castração constitui os sujeitos, que marcados pela falta se tornam sujeitos do desejo.

Em conjunto com este novo ordenador social, o discurso da ciência, temos a instalação do eixo central da modernidade que é a categoria do indivíduo e a regulação do espaço social em torno desta mesma categoria e, cada vez mais, na direção liberal da anulação da falta, do limite e da diferença. Em direção a um ideal perverso de recusa da castração e de desconhecimento da alteridade? Ou em direção à loucura, em que a Lei já elidida não tem mesmo como operar? Infelizmente, as duas opções têm-se apresentado como possíveis perante o declínio da lei simbólica da castração e a ascensão do saber ao lugar da verdade, encaminhamentos representados pelas barbáries presentes em nosso cotidiano nos níveis social, político e individual.

1.2.2. O sujeito no contemporâneo.

Mesmo que sob diferentes e contraditórias interpretações ou denominações, as descrições da contemporaneidade reconhecem a existência de modificações importantes que afetam o sujeito, indicativas de uma fase de transição, ainda que seja por uma radicalização dos pressupostos modernos, nos quais, em alguma medida, uma nova etapa de pensamento, logo, da organização do conhecimento está se desenvolvendo. Certamente, tais transformações englobam toda a existência humana e tornam-se, cada vez mais, perceptíveis em nosso cotidiano:

Ninguém contestará que nosso social está, atualmente, profundamente modificado: ademais, sua evolução se dá de modo tão rápido que com frequência nos sentimos impotentes quanto a identificar as articulações de onde procedem todas as mudanças a que assistimos. Citemos, sem impor ordem, a mundialização da economia, a desafetação do político, o crescimento do individualismo, a crise do Estado providência, os excessos da tecnologia, o aumento da violência ao mesmo tempo que a evitação da conflitualidade, a escalada do juridismo... (Lebrun, 2004, p.13)

O autor também referencia as novas formas de adoecimento¹⁹, evocando o que denomina uma clínica do social, no sentido de que estas respostas de subjetivação correspondem diretamente às transformações no funcionamento familiar, às torções dos papéis feminino e masculino e à derrocada da instância paterna.²⁰

Neste contexto de transformações, a leitura de Dufour (2005) propõe o fim do que identifica como o duplo sujeito da modernidade, a saber, o sujeito crítico kantiano e o sujeito neurótico freudiano. O encaminhamento do capitalismo em sua faceta neoliberal seria produtor de extrema dessimbolização em virtude do imperativo das trocas mercadológicas fundamentadas exclusivamente no valor monetário das mercadorias, numa recusa de qualquer valor simbólico que pudesse estar aí associado, seja de ordem moral, tradicional ou transcendental. Desta forma, haveria o predomínio de um “sujeito precário, acrítico e psicotizante” (Dufour, 2005, p.21) em nossos dias, uma vez que não há mais lugar para o sujeito crítico e conduzido por um imperativo moral de liberdade e nem para a culpabilidade neurótica. Isto não significa que todos rumamos para a estruturação psicótica, e sim que os sujeitos estariam demasiadamente abertos às mudanças e flutuações identitárias e desgarrados do

¹⁹ Alusão às toxicomanias, estados depressivos ou melancólicos, pânico, fenômenos psicossomáticos, delinqüência e atuações perversas... entre outras formas de adoecimento tão comuns em nossos tempos e que ganham, como já referido no tópico anterior neste mesmo capítulo, diferentes leituras e denominações: *fenomenologias de borda, estados-limite* ou, ainda, de forma mais genérica, *doenças da alma*.

²⁰ “A partir dos séculos XVIII-XIX, no entanto, e de um modo que desde então não pára de se intensificar, a família se organiza como visivelmente destacada deste trabalho de articulação com o social, como se fechando sobre si mesma e só se estruturando em torno dos atores que a compõem [...]. Uma família igualitária em que a hierarquia desapareceu no casal e se esfuma entre gerações [...]. Para dizer em uma palavra, uma família que pretende poupar qualquer terceiro significativo. Nesse movimento, o que, então, haveria de mais lógico senão assistir ao declínio tanto da autoridade quanto da legitimidade daquele que precisamente tinha o encargo de manter uma posição de terceiro, isto é, o pai?”(Lebrun, 2004, p.14-5).

simbólico, favorecendo os já aqui referenciados *estados-limite*. É ainda necessário assinalar, em conjunto com o autor, a existência de resistências, pois os sujeitos não se entregam sem combate às mudanças impostas pela nova ordem social.

Como dito anteriormente, as formas contemporâneas de subjetivação impulsionaram a psicanálise freudo-lacanianiana a traçar novos contornos teóricos, resultando nas intituladas *neuroses de borda*, *fenomenologias de borda* ou *estados-limite*. Nesta teorização, o modelo e parâmetro fundamental para a compreensão da subjetividade e das manifestações clínicas na atualidade é tomado de Freud, com sua proposição sobre as neuroses atuais²¹. Conforme este modelo, nas neuroses atuais não há intermediação psíquica da excitação sexual e, portanto, esta última afeta o corpo de forma direta. Cancina (2004) propõe que a neurastenia²² pode ser, dentre as neuroses atuais freudianas, considerada como uma espécie de paradigma da subjetividade contemporânea, pois, além da sua descrição clínica corresponder quase que completamente com os estados atuais de sofrimento, do ponto de vista metapsicológico encontra-se a semelhança no que se refere à manifestação direta, sem mediação simbólica, de um campo pulsional carente de representação.

Haveria nestes quadros, atualmente denominados pela psiquiatria de fadiga crônica, uma “derrota das estratégias operatórias significantes, espécie de falha da simbolização, assim como das formações inconscientes clássicas” (Cancina, 2004, p.252). Em outras palavras, as formações puramente sintomáticas falham, abrindo espaço para os fenômenos, em virtude do fracasso de algumas

²¹ Segundo Laplanche e Pontalis (2001), Freud distingue as neuroses atuais das psiconeuroses pelo fato de as primeiras encontrarem sua origem no presente e não em conflitos infantis; e também por resultarem diretamente da ausência ou da inadequação da satisfação sexual, sem uma expressão simbólica. Destaco, nesta concepção, que a noção de atual é associada à ausência de mediação psíquica ou simbólica, mediação característica da formação sintomática nas psiconeuroses. Observo, ainda, a presença da problemática sexual na definição freudiana das neuroses atuais.

²² Segundo Laplanche e Pontalis (2001), o termo se refere a uma afecção descrita pelo médico George Beard (189-83), caracterizada por fadiga física, cefaléia, dispepsia, prisão de ventre, parestesias espinhais e empobrecimento da atividade sexual. Freud se apropriou desta descrição, não sem apresentar pontos de discordância com Beard, alocando-a no campo das neuroses atuais ao lado da neurose de angústia. Cancina (2004) afirma a questão etiológica como essencial para a organização nosográfica freudiana, indicando que, em relação à neurastenia, Freud sustenta uma etiologia atual e sexual. A autora também localiza na segunda tópica uma nova abordagem freudiana da neurastenia: “Em *Inibição, sintoma e angústia* (1926), vai diferenciar as neuroses atuais das psiconeuroses, segundo se trate de *processos que ocorrem no eu ou que ocorrem no isso*. Hoje diríamos: acontecimento pulsional *sem a mediação do inconsciente*” (Cancina, 2004, p.64).

inscrições pulsionais, no sentido destas não estarem habilitadas para o jogo combinatório dos processos de condensação e deslocamento e para a posterior articulação com os representantes de palavra. Tal fracasso se estabelece a partir de uma posição materna pouco marcada pela castração simbólica, que resulta em investimentos sobre a criança de demandas pulsionais não eficazes. Nestes casos, os processos de *alienação* – ser tomado como objeto da demanda pulsional – e *separação* – momento da queda deste lugar de objeto para a demanda pulsional, com a conseqüente inscrição do representante pulsional – são falhos. Tais falhas se devem a intervalos não muito bem estabelecidos entre estes dois momentos, ao excesso na fase da *alienação* e, portanto, uma fraca *separação* ou à carência na operação da *alienação*.

Também a respeito dos novos posicionamentos subjetivos produzidos na contemporaneidade, vale comentar a recente formulação de Melman (2008) sobre o favorecimento na atualidade do que denomina de *paranóia social* ou *paranóia da vida cotidiana*. Os dispositivos sociais atuais colaborariam para os sujeitos agirem de forma delirante, de acordo com o modelo estrutural paranóico. A paranóia é definida como “a certeza para um sujeito de ter o saber da verdade, da verdade absoluta” (Melman, 2008, p.13), e esta verdade é salvadora, capaz de reparar tudo o que não vai bem nas instâncias familiares, sociais e políticas. Todos seríamos tentados por esta possibilidade de um saber sobre a verdade que o paranóico possui. Aí se encontraria a nossa vulnerabilidade à paranóia, em muito favorecida hoje em dia pelo discurso da ciência que apregoa o acesso a um saber ilimitado. Um saber capaz de promover o domínio pleno da realidade e em que a categoria do impossível é elidida. Além do mais, ao primar pela exclusão do sujeito e da subjetividade, a ciência tornar-se-ia perseguidora e ameaçadora para este sujeito.

Melman (2008) ainda salienta o fato de tendermos a defender, a proteger a nossa subjetividade, a nossa identidade – que se encontra fortemente abalada neste contemporâneo marcado pela indiferenciação e pela globalização – e assim nos sentimos ameaçados pela diferença e pelo o que possa estar além das nossas fronteiras. Este posicionamento é aplicado à fragilidade e, mesmo,

dificuldade dos laços sociais na atualidade, assim como às condutas de violência extremada e gratuita manifestadas no cotidiano.

Na atualidade, os laços sociais tornam-se cada vez mais frágeis, com a intensificação de ao menos dois mecanismos já considerados importantes em 1929 por Freud (2007 [1929]) para a busca humana de diminuição do sofrimento: o isolamento e a intoxicação. A intoxicação, tanto pelas drogadicções quanto pela “medicalização do espírito” (Roudinesco, 2000, p.21), parece se destacar, nesta dita *era da individualidade*, exatamente com o sentido que Freud lhe atribui, isto é, tornar-nos insensíveis à nossa miséria. Entretanto, como já comentado, a miséria contemporânea tem suas particularidades e a via da intoxicação busca promover a dessubjetivação e o desaparecimento do sujeito, ao mesmo tempo em que permite que ele se afirme, num afastamento da angustiante posição de objeto na qual sente-se convocado em virtude da presença de um Outro pouco interdito e passível de uma falta imaginária e não simbólica.

Talvez também o incremento do misticismo, que hoje se constata, tenha um efeito similar ao caráter delirante e impositivo atribuído por Freud (2007 [1927]) à religião no início do século XX. Ele considerava que a religião impedia o livre jogo de cada um a respeito dos percursos a serem traçados na busca da felicidade, definindo igualmente para todos um caminho único para alcançar a felicidade e evitar o sofrimento. Neste sentido é particularmente interessante que este texto de 1927, *O futuro de uma ilusão*, seja encerrado com uma explícita referência à dualidade Eros e pulsão de morte, e com a aspiração de que o primeiro se sobreponha à segunda. Aspiração reafirmadora do posicionamento freudiano de Eros a serviço da cultura, capaz de reunir os indivíduos e de constituir a humanidade, em oposição à agressividade destrutiva da pulsão de morte.

Mais do que nunca, a busca de uma suposta felicidade plena e ideal se faz presente no discurso social em contraposição aos intensos sofrimentos que fazem parte da miséria humana contemporânea. Entretanto, parafraseando Garcia-Roza (1990, p.134), é necessário considerar a relativização de Lacan sobre a idéia da pulsão de morte como não mais identificada à agressividade, mas sim à criação. Com este enfoque, a tendência totalitária e unificadora de Eros levaria a

um distanciamento da singularidade, com o aumento da indiferenciação. Com a eliminação da diferença extingue-se o sujeito e aplaca-se o desejo, que *é pura diferença*, ao passo que a pulsão de morte, como *potência destrutiva*, impede esse movimento totalitário (e mortífero) de Eros, através de sua característica disjuntiva, criadora e renovadora.

A partir desta perspectiva de análise, é possível pensar, a título interpretativo dos fenômenos contemporâneos, que o predomínio de Eros preconizado por Freud é constatado no mundo de hoje, mas, em vez da promoção de laços que construam a cultura, este predomínio resulta na busca da individualidade como vã tentativa de diferenciação, singularidade e subjetivação. A ideologia da igualdade e a busca do *gozo todo*²³ (também enunciado como um direito), ambos pertencentes ao registro do imaginário, parecem ir ao encontro do projeto de Eros, enquanto propiciam a derrocada do sujeito.

Como assinalado no início, este capítulo objetivou delimitar os conceitos psicanalíticos de sujeito e subjetividade presentes nesta tese e circunscrever, sempre com o mesmo enfoque teórico, as especificidades e particularidade das formas de subjetivação e do sujeito em sua existência, suas modalidades de adoecimento e de convívio social na atualidade. Relembro que no contexto da pesquisa em curso a meta deste capítulo é necessária para traçar os visados enlases entre sublimação, ato criativo e subjetividade, em especial nos tempos atuais. Em relação à subjetividade para a psicanálise, foi indicado que esta é definida como dividida em duas ordens de funcionamento, relativas à consciência e ao inconsciente, e essencialmente constituída pela sintaxe inconsciente. O sujeito da psicanálise é o sujeito do desejo, estabelecido por Freud através da noção de inconsciente, marcado e movido pela falta, distinto do ser biológico e do sujeito da consciência filosófica. Este sujeito se constitui por sua

²³ Como já indicado, a expressão se refere à mítica possibilidade de um gozo pleno, sem perdas, sem limites, que teria sido vivenciado por nós nos primórdios de nossa existência. Na ordenação do campo dos gozos proposta por Lacan, este é gozo pleno é denominado de *gozo do Outro* e também equivalente ao posicionamento perverso de satisfação. O leitor encontrará um desenvolvimento mais detalhado desta questão no capítulo 2, especificamente na p.84 e seguintes.

inserção em uma ordem simbólica que o antecede, atravessado pela linguagem, tomado pelo desejo de um Outro e mediado por um terceiro.

Por sua vez, as observações deste segundo item do capítulo em curso evidenciam um abalo, introduzido na atualidade, desta noção de sujeito de desejo proposta pela psicanálise. Abalo, no sentido de identificarmos hoje um sujeito à mercê de um Outro pouco interdito, pouco marcado por uma falta simbólica e, portanto, imaginariamente passível de completude, o que torna o sujeito suscetível à objetualização. Apatia, alienação e angústia são marcas comuns onde a falta não se instala de maneira efetiva, pondo em questão o estatuto do sujeito do desejo. Imerso num discurso da apologia de uma suposta felicidade plena proporcionada pelo saber científico, saber que pretende superar todo e qualquer limite e suprir toda e qualquer falta, o declínio da lei da castração se torna evidente e produtor de condutas e atuações delirantes e transgressoras.

Essas nefastas perspectivas contemporâneas aqui apontadas sobre o enlace social, a subjetividade e a noção de sujeito, convocam o que se chama *responsabilidade social do psicanalista*²⁴, indicativo da necessidade de nos interrogarmos a respeito da utilização do saber produzido através da clínica cotidiana também para uma leitura do campo social. Atravessada por tal posicionamento, esta pesquisa propõe uma retomada do destino pulsional sublimatório, como aquele que escapa ao recalque e permite a emergência do sujeito através do ato criativo, no qual a passividade sintomática é suplantada pela atividade sublimatória, e o sujeito pode dispor do vazio, reconhecer e comportar esse vazio atrelado ao Real, à pulsão em seu modo de apresentação apartado do psiquismo e do campo representacional. Em tempos de apatia, dessubjetivação e de ideologia de superação da falta e dos limites humanos, há uma relevância ética em evidenciar a sublimação e o ato criativo como potencialmente capazes de pôr em cena o sujeito que vem sofrendo tão intenso apagamento. Quem sabe seja possível vislumbrar na sublimação e no ato criativo, uma pequena rachadura no estatuto do sujeito no contemporâneo, uma fenda pela qual se possa reintroduzir –

²⁴ O termo é usado pelo próprio Lebrun (2004), já referenciado neste texto, indicando a importância do discurso psicanalítico para uma análise da cultura e do funcionamento social, com o intuito de que este discurso possa contribuir para movimentar, para circular os saberes já instituídos e predominantes na cultura.

ainda que minimamente – algo da ordem do não-todo, da falta, do vazio que habita e constitui o humano.

Passo então ao capítulo seguinte, visando destacar os elementos fundamentais – para a sustentação desta tese – da construção do conceito de sublimação ao longo da obra freudiana e do resgate e modificações do mesmo na produção lacaniana.

Capítulo 2

A Sublimação da construção ao resgate do conceito

Na abordagem do conceito psicanalítico da sublimação, é comum nos depararmos com observações que contrapõem à relevância do tema sua insuficiente sistematização, mesmo elaboração na pena freudiana. É verdade que tal conceito não ganhou desenvolvimento em um artigo específico¹, tendo sido trabalhado por Freud em textos destinados a outras temáticas e em momentos muito distintos de sua obra², portanto, carecendo da organização desses fragmentos dispersos e da lapidação das ambigüidades e contradições possíveis de serem identificadas neste material.

Nesta direção, encontramos em Laplanche & Pontalis (2001) e Chemama (1995), em seus respectivos verbetes sobre a sublimação, que o conceito foi pouco elaborado na teoria freudiana. Pode-se inclusive ler em Chemama (1995, p. 207) que “os elementos de teorização são fragmentários; não há, em Freud, teoria constituída da sublimação”. Tecendo, a princípio, um breve e

¹ A este respeito há uma observação do Editor Inglês na introdução aos Artigos sobre Metapsicologia (2007 [1915c], v. XIV; 1996 [1915c’], v.XIV), sobre o fato de Ernest Jones afirmar que Freud teria escrito mais sete artigos que integrariam a sua metapsicologia, sendo um deles um ensaio específico sobre a sublimação, o qual, conjuntamente com os outros seis, teria sido perdido ou, mesmo, destruído pelo próprio Freud.

² Como o leitor verá mais adiante, o conceito de *Coisa (das Ding)*, introduzido por Freud (2007 [1950 (1895)]) no texto *Projeto de psicologia* (escrito em de 1895, mas publicado, *post-mortem*, em 1950), já o torna uma referência, ainda que indireta e suscitada pelo trabalho de Lacan, ao conceito da sublimação. Em *Três ensaios de teoria sexual* (Freud, 2007 [1905]), inicia-se propriamente uma concepção sobre a sublimação, acrescida e modificada em vários textos, sendo os principais: *Moral sexual “cultural” e doença nervosa moderna* (Freud, 2007 [1908]), *Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci* (Freud, 2007 [1910]), *Pulsões e destinos da pulsão* (Freud, 2007 [1915a]), *Introdução ao narcisismo* (Freud, 2007 [1914]), *Mais além do princípio do prazer* (Freud, 2007 [1920]), *O eu e o isso* (Freud, 2007 [1923]), *O mal estar na cultura* (Freud, 2007 [1929]), *Angústia e vida pulsional –Novas conferências introdutórias à psicanálise* (Freud, 2007 [1932]), *Esboço da psicanálise* (Freud, 2007 [1940]).

genérico panorama a partir do levantamento bibliográfico³ sobre o tema, é possível dizer que a existência desta lacuna continua provocando os interlocutores da teoria freudiana, que, em algum ponto de seus percursos, se interrogam a respeito da problemática da sublimação. Desta feita, temos a produção de trabalhos a partir de uma releitura do conceito na obra freudiana, contemplando sua discussão, o caminho desenvolvido pelo fundador, os impasses detectados, assim como a indicação de uma possível síntese a ser abstraída em Freud.

A delimitação teórica desta pesquisa torna evidente ao leitor a inclusão da contribuição de Lacan, que certamente foi muito além de uma síntese da produção freudiana sobre o tema. Parafraseando Harari (1997, p.142), o labor lacaniano sobre o texto de Freud concebe o resgate do conceito de sublimação, em especial a partir do *Seminário 7: A ética da psicanálise*. Fundamentalmente, esse resgate promove o distanciamento do reducionismo, propagado pelos “pós-freudianos”⁴, pelo qual a sublimação, na condição de facilitadora da adaptação social, é tomada como um conceito normativo. Ainda neste capítulo me ocuparei deste resgate, que é também produtor de acréscimos e mesmo diferenças em relação ao trabalho freudiano sobre a sublimação e a criação.

As incursões realizadas através das pesquisas bibliográficas também permitiram encontrar publicações recentes sobre o tema em Lacan agora não mais por lacunas ou fragmentações teóricas, mas talvez pela inegável complexidade do discurso lacaniano, e ainda por seu efeito de nos instigar ao trabalho. É preciso acrescentar que alguns desses textos⁵ fazem referências à importância e atualidade do conceito de sublimação em sua conexão ao tema da criação e às questões clínicas e sociais contemporâneas, fato precioso e mesmo

³ Realizado em vários momentos da pesquisa, em especial junto ao site da Capes e Google Scholar, mas não de forma exaustiva, já que tais textos não são aqui abordados de maneira sistemática. Afinal, a pesquisa não teve por objetivo identificar o *estado da arte* do conceito psicanalítico de sublimação, mas sim produzir uma leitura deste tema em articulação com a criação e a subjetividade contemporânea, em especial a partir dos textos freudianos e lacanianos e de alguns renomados comentadores destes dois autores.

⁴ O termo é usado por Lacan e por seus seguidores para indicar os demais grupos de psicanalistas que, do ponto de vista da própria leitura lacaniana, apresentam orientações divergentes do pensamento freudiano.

⁵ Cito aqui os mais recentes e relevantes para as discussões e construções feitas nesta tese: A Paixão do negativo: Lacan e a dialética (Saflate, 2006); Freud e a Sublimação: arte, ciência, amor e política (França Neto, 2007); Sublimação: clínica e metapsicologia (Castiel, 2007); A sublimação depois de Freud (Gellis, 2000: tese de doutorado defendida na USP).

oportuno para este percurso de discussão e produção a respeito dos enlaces entre sublimação, ato criativo e subjetividade.

Com o intuito de tecer mais uma parte da trama necessária para a construção desta tese, trato neste momento da delimitação do conceito de sublimação, revisitando sua construção e modificações em Freud e acompanhando com Lacan um particular resgate do mesmo. Não sendo o presente exercício fato inédito, dialogo também com outros autores que, em alguma medida, desenvolveram trabalho semelhante.

2.1. Com Freud: da construção do conceito

2.1.1. O esboço conceitual.

Numa tomada cronológica dos textos freudianos, a primeira alusão à sublimação aparece no período considerado como pré-psicanalítico, sendo encontrada em 1897 numa das cartas dirigidas a Fliess (*Carta 61 – Rascunho L*) onde o termo é empregado em associação a construções fantasiosas, mas ainda sem propriamente uma elaboração conceitual, e como defesa em relação à sexualidade. Assim, a sublimação neste momento, sem ser claramente diferenciada do recalque, tem a função de promover esquecimento de lembranças dolorosas⁶. Esta conotação de defesa em relação ao sexual associada à sublimação é fruto da concepção de Freud sobre a sexualidade, o conflito psíquico e o adoecimento neurótico no início de sua obra (Castiel, 2007). Este período foi marcado pela produção de conflito em função da dicotomia, presente na chamada primeira teoria das pulsões, entre satisfação sexual e conservação do eu, com a necessidade da renúncia ao sexual levando à psiconeurose.

Assim, mesmo tardando um pouco a apresentar a primeira definição da sublimação – feita em 1905, nos *Três ensaios de teoria sexual*, portanto, oito anos após a referência inicial ao termo – esta definição traz igualmente a marca da defesa contra o sexual, e, mais especificamente, a marca da dessexualização. Neste momento inicial da teorização freudiana, a dessexualização das moções pulsionais é tida como um processo essencial para as realizações culturais e para a normalidade individual, sendo a sublimação claramente atrelada a tal processo e formulada no sentido de um desvio das metas

⁶ “Por la identificación com estas personas de moral inferior, que como um material femenino carente de valor tan a menudo son recordadas em relaciones sexuales com el padre o el hermano, se vuelve posible um sinnúmero de cargos com reproches (hurto, aborto); y, a consecuencia de la sublimación de estas muchachas em las fantasías, se incluyen luego em estas fantasías acusaciones muy inverosímiles contra otras personas.” (Freud, 2007 [1897], v. I, p. 289-90; 1996, v.1, p.297-8).

sexuais para novas metas de orientação distinta⁷. Apesar da indicação de que a sublimação é uma das fontes para a atividade artística, este texto traz também a articulação do processo sublimatório à construção de “caráter” do homem. Freud chega mesmo a não diferenciar tal processo da *formação reativa*⁸. O processo de formação reativa, que se manifesta através de comportamentos, atitudes ou hábitos psicológicos peculiares, e que na clínica adquire valor sintomático, seria uma “sub-variedade” da sublimação.

El tercer desenlace de una disposición constitucional anormal es posibilitado por el proceso de la “*sublimación*”. En ella, a las excitaciones hiperintensas que vienen de las diversas fuentes de la sexualidad se les procura drenaje y empleo en otros campos, de suerte que el resultado de la disposición en si peligrosa es un incremento no desdeñable de la capacidad de rendimiento psíquico. [...] Una subvariedad de la sublimación es tal vez la sufocación por *formación reactiva*, que, según hemos descubierto, empieza ya en el período de latencia del niño, y en los casos favorables continúa toda la vida. Lo que llamamos el “carácter” de un hombre está construido en buena parte con el material de las excitaciones sexuales, y se compone de pulsiones fijadas desde la infancia, de otras adquiridas por sublimación y se de construcciones destinadas a sofrenar unas mociones perversas, reconocidas como inaplicables. (Freud, 2007 [1905], v. VII, p. 218; Freud, 1996 [1905], v.VII, p.225)

A citação acima aclara que, neste momento, a transformação reativa das moções pulsionais sexuais em sentimentos como asco, vergonha ou moral é compreendida como um processo sublimatório, o que permite – além da não especificidade do conceito de sublimação em relação ao da formação reativa – uma associação direta da sublimação ao mecanismo do recalque, pois é por meio

⁷ “Los historiadores de la cultura parecen contestes en suponer que mediante esa desviación de las fuerzas pulsionales sexuales de sus metas y su orientación hacia metas nuevas (un proceso que merece el nombre de *sublimación*), se adquieren poderosos componentes para todos los logros culturales. Agregaríamos, entonces, que un proceso igual tiene lugar en el desarrollo del individuo, y situaríamos su comienzo en el período de latencia sexual de la infancia.” (Freud, 2007 [1905], v. VII, p.161-2; 1996 [1905], v. VII, p.167-8)

⁸Segundo Chemama (1995, p.185), o termo designa um “comportamento ou processo psíquico de defesa, com valor de sintoma, mobilizado pelo sujeito em reação contra determinados conteúdos ou desejos inconscientes”. Por exemplo, a “atitude ou hábito psicológico” do pudor se oporia a tendências exibicionistas (Laplanche e Pontalis, 2001, p. 200).

do recalçamento da sexualidade que a formação reativa pode se processar. Além do mais, é possível evidenciar nesta primeira formulação freudiana do conceito de sublimação a presença marcante do que se pode denominar de uma *moral*, perceptível por certa idealização da sublimação em contraposição ao sexual, em conjunto com a idéia de normatização, exemplificadas por expressões como “refreamento de moções perversas” ou “rendimento psíquico” em oposição à sexualidade como uma “disposição perigosa”, e pela leitura da sublimação como uma saída frente à “disposição constitucional anormal”. Além de seu caráter francamente patológico, em virtude da predominância do processo defensivo na formação reativa, este mecanismo é também entendido por Freud como participante do desenvolvimento de qualquer indivíduo, exercendo, ao lado da sublimação, um importante papel “na edificação dos caracteres e das virtudes humanas” (Laplanche e Pontalis, 2001, p.202). Portanto, em sua primeira apresentação, a sublimação mais se aproxima da defesa do que da busca de satisfação, encontrando-se enlaçada ao recalque e à norma social.

Já com um intervalo de tempo menor, o texto de 1908, *Moral sexual “cultural” e doença nervosa moderna*, traz novamente uma definição do conceito, ainda na mesma direção da anterior: “a esta facultad de permutar la meta sexual originaria por otra, y no sexual, pero psíquicamente emparentada con ella, se le llama la facultad para la *sublimación* (Freud, 2007 [1908], v.IX, p.168; Freud, 1996 [1908], v.IX, p.174). Também neste trabalho Freud aponta as restrições à vida sexual, impostas pela cultura moderna, como causadoras das psiconeuroses e assinala a capacidade de uma pequena parte das pessoas sublimarem ao invés de adoecerem. A despeito de termos ainda a sublimação em consonância com o recalque, por promover algum tipo de renúncia ao sexual através do “domínio da pulsão sexual” pela dessexualização, há ao mesmo tempo uma indicação de que o processo sublimatório promove uma saída diferente daquela sintomática produzida pelo recalque, pois o direcionamento das forças pulsionais para fins culturais se contrapõe ao adoecimento neurótico⁹.

⁹ “Sólo una minoría consigue el dominio por sublimación, por desvío de las fuerzas pulsionales sexuales desde sus metas específicas hasta metas culturales más elevadas; y aun esa minoría, sólo temporalmente, y con máxima dificultad en la época de su ardoroso vigor juvenil. Los más se

2.1.2. A delimitação da sublimação.

Seguindo a ordem temporal, o próximo texto freudiano a tratar do conceito de sublimação, talvez um dos mais reconhecidamente associados ao tema, é *Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci*, de 1910. Mesmo sem o objetivo específico de desenvolver uma teoria sobre o processo sublimatório, este texto apresenta efetivamente uma diferenciação entre sublimação e recalque – já esboçada em 1908 – e indica que a primeira se dá através do escape da libido em relação ao recalque, delineando melhor a presença de satisfação pulsional através da sublimação de uma forma distinta daquela que se dá pelo sintoma via retorno do recalçado:

El tercer tipo, más raro y perfecto, en virtud de una particular disposición escapa tanto a la inhibición del pensar como a la compulsión neurótica del pensamiento. Sin duda que también aquí interviene la represión de lo sexual, pero no consigue arrojar a lo inconciente una pulsión parcial del placer sexual, sino que la libido escapa al destino de la represión sublimándose desde el comienzo mismo en un apetito de saber y sumándose como refuerzo a la vigorosa pulsión de investigar. También aquí el investigar deviene en cierta medida da compulsión y sustituto del quehacer sexual, pero le falta el carácter de la neurosis por ser enteramente diversos los procesos psíquicos que están en su base (sublimación en lugar de irrupción desde lo inconciente); de él está ausente la atadura a los originarios complejos de la investigación sexual infantil, y la pulsión puede desplegar libremente su quehacer al servicio del interés intelectual. (Freud, 2007 [1910], v.XI, p.74-5; Freud, 1996 [1910], v.XI, p.88)

A teorização proposta por Freud neste estudo sobre as inibições na vida sexual e na atividade artística de Leonardo da Vinci fundamenta-se na hipótese de que a curiosidade infantil sobre a sexualidade é transformada em busca pelo conhecimento, em pulsão de saber. Assim a pulsão sexual é sublimada em Leonardo para suas pesquisas que inicialmente serviam para arte e que depois se tornaram primazia em sua vida, chegando a afastá-lo da pintura. Leonardo foi eleito por Freud como um *modelo* do processo sublimatório: assim é possível

vuelven neuróticos o reciben algún otro daño. ” (Freud, 2007 [1908], v.IX, p.173; Freud, 1996 [1908], v.IX, p.178)

dizer que este texto retrata a posição freudiana, ao menos até a data do artigo, quanto à essência deste conceito.

Neste momento, Freud considera que a libido permanece sendo a energia em questão, “sublimada desde o começo”, ou seja, independente do recalque e livre das substituições sintomáticas passíveis de serem realizadas a partir do mesmo. Dito de outra maneira, a satisfação da pulsão pela sublimação dá-se sem conexão com o recalque: recalque e sublimação são mecanismos distintos. A sublimação funciona como “substituto para a atividade sexual”, mas mantém a libido como a energia em questão. Assim, a sublimação promove a satisfação pulsional do sexual através de alvo e objeto não-sexuais. Considerando estes argumentos, a sublimação, além de defesa contra o sexual, também é via de satisfação pulsional tal qual está postulado em *Pulsões e destinos da pulsão*, momento em que Freud (2007 [1915a]) elege a sublimação como um dos destinos possíveis para a *pulsão sexual*. Esses destinos sinalizam, ao mesmo tempo, satisfação pulsional e defesa contra o pulsional.

Apesar de dela discordar em alguns aspectos, parece-me digna de nota a leitura de Castiel (2007) do percurso freudiano sobre a sublimação, ao delimitar três momentos na teorização deste conceito, dos quais o primeiro teria sido encerrado em 1910, com o estudo sobre Leonardo da Vinci; o segundo se iniciaria em 1914-15, com *Introdução ao narcisismo* e *Pulsões e destinos da pulsão*; e o terceiro seria marcado pela nova teorização pulsional em 1920 com *Mais além do princípio do prazer*. Escreve a autora:

Há momentos distintos da teorização do processo sublimatório em Freud; um primeiro momento no qual dizia que a sublimação se caracterizava pela dessexualização pulsional, no qual haveria uma modificação da meta da pulsão, de tal modo que os objetivos passariam de sexuais a não sexuais. Em um segundo momento, Freud define a sublimação como um dos quatro destinos pulsionais, sendo este o mais evoluído e, mais tarde, afirma que paralelamente a mudança de meta na sublimação haveria, também, uma mudança nos objetos. (Castiel, 2007, p. 12)

Conforme sua proposição, o texto freudiano sobre Leonardo da Vinci coroa um período inicial da conceituação da sublimação, no qual a

sexualidade está imbricada no processo sublimatório, mas de forma que a sublimação explica as produções culturais como algo possível frente à recusa do sexual: “a sublimação terá essa marca do que resta ao sujeito diante da renúncia ao sexual” (Castiel, 2007, p.23). Entretanto, como já assinalado, neste artigo Freud também expõe a satisfação do sexual via sublimação e não apenas a defesa do sexual. Ainda considero que a diferenciação entre recalque e sublimação – apresentada em *Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci* e já esboçada em *Moral sexual “cultural” e doença nervosa moderna* – é um elemento importante para a saída desta que é denominada, por Castiel, primeira fase conceitual da sublimação.

Esta diferenciação entre recalque e sublimação, já delineada nos dois textos freudianos supracitados, torna possível o encadeamento com o artigo metapsicológico sobre a teoria pulsional de 1915 (*Pulsões e destinos da pulsão*), no qual a sublimação é definida como um dos destinos para os representantes-representação da pulsão e, portanto, um mecanismo distinto do recalque, este indicado como outra vicissitude pulsional possível. Como já abordado no início deste capítulo, *Pulsões e destinos da pulsão* apenas distingue a sublimação como um destino pulsional, sendo que Freud menciona a futura construção de um artigo específico, jamais publicado (v. p. 57), para desenvolver tal conceito. No entanto, é sabido que a capacidade pulsional de mudança de objeto, dentre muitos elementos a respeito da caracterização das pulsões apresentados neste texto de 1915 (*Pulsões e destinos da pulsão*), é de extrema relevância na teorização sobre as pulsões (v. p. 37 e seguintes); e, numa passagem onde apresenta uma caracterização geral das pulsões sexuais, Freud¹⁰ associa a sublimação a esta capacidade de plasticidade das pulsões. Tal associação, em meu entendimento, também é fonte para uma leitura diversa da proposta por Castiel (2007), que vislumbra, em Freud, o aspecto da mudança de objeto na sublimação apenas a partir de 1920.

¹⁰ “Se singularizan por el hecho de que en gran medida hacen un papel vicario unas respecto de las otras y pueden intercambiar con facilidad sus objetos (cambio de vía). A consecuencia de las propiedades mencionadas en último término, se habilitan para operaciones muy alejadas de sus acciones-meta originarias (*sublimación*).” (Freud, 2007 [1914a], v.XIV, p.121; Freud, 1996 [1914a’], v.XIV, p.131)

Ainda no mesmo período de produção dos artigos metapsicológicos, temos em *Introdução ao narcisismo* (1914) importantes formulações contemplando o processo sublimatório, a começar pela diferenciação entre sublimação e idealização. De uma forma direta e clara, Freud postula que a sublimação se refere à pulsão em seu processo de “deflexão” em relação à sexualidade, consistindo na capacidade da pulsão de afastar-se da satisfação sexual. Por outro lado, afirma que a idealização se refere ao objeto:

La sublimación es un proceso que atañe a la libido de objeto y consiste en que la pulsión se lanza a outra meta, distante de la satisfacción sexual; el acento recae entonces en la desviación respecto de lo sexual. La idealización es un proceso que envuelve al objeto; sin variar de naturaleza, este es engrandecido y realizado psíquicamente. La idealización es posible tanto en el campo de la libido yoica cuanto en el de la libido de objeto. Por ejemplo, la sobrestimación sexual del objeto es una idealización de este. Y entonces, puesto que la sublimación describe algo que sucede con la pulsión, y la idealización algo que sucede con el objeto, es preciso distinguirlas en el plano conceptual. (Freud, 2007 [1914], v.XIV, p.91; Freud, 1996 [1914], v. XIV, p. 101)

Na seqüência deste texto, e ainda em relação às diferenças entre um e outro processo, Freud aponta o quanto os mesmos se relacionam distintamente em relação à causação da neurose, pois a formação de um ideal aumenta as exigências do eu e assim favorece o recalque, enquanto a sublimação permite atender tais exigências independentemente do recalque.

Além da nítida distinção entre estes dois processos, o estudo sobre o narcisismo permite a apreensão de uma das condições necessárias para que se dê a sublimação: a saber, a retirada do investimento libidinal do objeto sexual pelo eu, retornando tal investimento sobre si mesmo e, posteriormente, reorientando-o para novas metas e objeto não sexuais (Chemama, 1995). É possível vislumbrar em tal formulação, ao menos quatro significativos desdobramentos: a mudança de objeto no processo sublimatório, a presença da libido e da satisfação sexual na sublimação, a intermediação do eu na efetivação da sublimação e o reconhecimento do ideal do eu como favorecedor do processo sublimatório. Vejamos cada um destes desdobramentos mais detidamente.

O *primeiro* refere-se à não exclusão da mudança também de objeto no processo sublimatório, ainda que a definição da sublimação esteja diretamente atrelada à mudança em relação ao alvo de satisfação sexual. Na verdade, faz-se necessária a troca de objeto para que haja o desvio em relação à satisfação e, ainda mais, é preciso que o novo objeto seja socialmente valorizado. Embora não explicitada de forma tão clara anteriormente, a mudança de objeto na sublimação já se fazia perceber no texto freudiano, tanto em *Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci*, quanto em *Pulsões e destinos da pulsão*: afinal, tal troca fica evidente nas produções artísticas e é uma das características da plasticidade das pulsões.

O *segundo* desdobramento, extraído a partir das idéias de libido do eu e libido do objeto presentes nas formulações sobre o narcisismo, é exatamente a confirmação – sim, confirmação, por já identificarmos esta idéia nos mesmos dois textos freudianos supracitados – da manutenção da libido no processo sublimatório e, portanto, a não exclusão do sexual nesta nova modalidade de satisfação. Paradoxalmente, encontra-se neste momento a idéia de uma “deflexão” da sexualidade e a manutenção da libido no processo sublimatório. Dessexualização e manutenção da libido; logo, a guisa de uma pequena síntese do exposto, parece pertinente o seguinte enunciado: *o sexual está na origem e se mantém presente na sublimação, a dessexualização se dá em relação ao objeto*.

Agregando elementos mais inovadores do que os dois pontos anteriores, temos a necessária intervenção do eu narcísico para que a sublimação possa se efetivar – para que o não-sexual possa satisfazer o sexual – como *terceiro* desdobramento da condição de redirecionamento libidinal essencial à sublimação. É a possibilidade da satisfação narcísica que favorece a criação e dá lugar à satisfação sublimada:

A sublimação será bem-sucedida apenas se houver a intervenção do eu narcísico, isto é, se obtiver sucesso em retirar a libido do objeto sexual e fazê-la retornar sobre si mesmo. Este é o primeiro momento do processo de sublimação. O segundo momento consiste em dirigir essa libido retirada do objeto sexual para um outro não sexual. É o que acontece, por exemplo, na atividade artística onde, através da satisfação narcísica obtida pelo artista, há um favorecimento da atividade criadora dando lugar a uma satisfação sublimada. Entre a satisfação erótica infantil e a satisfação sublimada há, portanto, a mediação necessária do narcisismo. O eu narcísico constituiu-se como objeto intermediário através do qual dá-se o deslocamento do objeto sexual para o objeto não sexual (Garcia-Roza, 2000, p.143)

Aclarada a mediação do eu narcísico no processo sublimatório, e sabendo que o estudo sobre o narcisismo traz uma importante inovação conceitual através da introdução do ideal do eu distinguido do eu ideal, o *quarto* elemento surge como relevante desdobramento em nossa análise do texto freudiano em questão, e diz respeito à participação do ideal do eu como um desencadeador ou favorecedor da sublimação, o que não significa que ele seja responsável pela efetivação da mesma. Uma pequena digressão se faz necessária neste momento em função da ainda não superada polêmica (ao menos para alguns) ao redor da formulação ou não por Freud desta diferenciação conceitual entre eu ideal e ideal do eu.

De acordo com Garcia-Roza (2000, p.51), o texto original de Freud apresenta claramente dois conceitos, e não apenas um, ao se referir a “*Ich ideal* (ideal do eu) e *Ideal Ich* (eu ideal)”. A confusão seria de responsabilidade de alguns tradutores – o que não ocorre na edição argentina da Amorrortu, mas, infelizmente, é o caso da Edição Standard Brasileira em sua tradução da versão inglesa das Obras Completas de Sigmund Freud – que interpretaram a diferença terminológica introduzida por Freud como mero equívoco ortográfico. Já por si mesma questionável, a hipótese de um erro não se sustenta em virtude do emprego do termo *Ich ideal* (ideal do eu) em uma série de outros textos¹¹. Roudinesco e Plon (1998) também são partidários da identificação em Freud de dois conceitos

¹¹ A saber: *Conferências introdutórias sobre psicanálise*, 1917; *Psicologia das massas e análise do eu*, 1921; *O eu e o isso*, 1923 e *Novas Conferência introdutória sobre a psicanálise*, 1933 (Roudinesco e Plon, 1998).

com diferentes funções, traçados a partir de *Introdução ao narcisismo* (1914). Por outro lado, Laplanche e Pontalis (2001, p.139) afirmam não se encontrar em Freud “qualquer distinção conceitual entre *Idealich* (ego ideal) e *Ichideal* (ideal do ego)”, considerando-a fruto de teorizações posteriores.

Mesmo não havendo unanimidade sobre a questão, parece-me bem sustentada a hipótese da existência de uma elaboração em Freud dos dois conceitos, em especial pelo emprego de termos distintos em vários textos, e vou tomá-la como premissa para retornar à discussão a respeito da articulação entre ideal do eu e sublimação. Antes, porém, reproduzo o polêmico parágrafo alocado, não por acaso, imediatamente antes daquele citado acima em que Freud distingue a sublimação da idealização:

Y sobre este yo ideal recae ahora el amor de sí mismo de que en la infancia gozó el yo real. El narcisismo aparece desplazado a este nuevo yo ideal que, como el infantil, se encuentra en posesión de todas las perfecciones valiosas. Aquí, como siempre ocurre en el ámbito de la libido, el hombre se ha mostrado incapaz de renunciar a la satisfacción de que gozó una vez. No quiere privarse de la perfección narcisista de su infancia, y si no pudo mantenerla por estorbárselo las admoniciones que recibió en la época de su desarrollo y por el despertar de su juicio propio, procura recobrarla en la nueva forma del ideal del yo. Lo que él proyecta frente a sí como su ideal es sustituto del narcisismo perdido de su infancia, en la que él fue su propio ideal.” (Freud, 2007 [1914] v,XIV, p.91; Freud, 1996 [1914] v. XIV, p. 100-1)

Sucintamente, relembro ao leitor a essência de cada um dos dois conceitos em questão. O eu ideal pode ser considerado como a imagem do eu dotado de todas as perfeições, é a imagem idealizada do eu fruto do narcisismo dos pais, então projetado na criança de forma acrítica. Em seu tempo, o ideal do eu se organiza pela tentativa de recuperação do narcisismo perdido da infância (eu ideal), a partir das exigências externas também introduzidas pelos pais e seus substitutos sociais. Portanto, o ideal do eu se organiza em referência a questões externas ao sujeito, externas ao puro campo imaginário do eu ideal e em articulação com as leis, com o lugar do simbólico. Assim, através do estabelecimento de ideais simbólicos, é o ideal do eu quem direciona o

investimento em novos objetos não sexuais e socialmente valorizados no processo sublimatório (Garcia-Roza, 2000).

Os avanços advindos destes dois textos metapsicológicos, *Introdução ao narcisismo* e *Pulsões e destinos da pulsão*, permitem efetivar na teoria freudiana sobre o processo sublimatório alguns pontos que já vinham sendo fragmentariamente esboçados. Definitivamente, no destino pulsional sublimatório há satisfação pulsional e de forma diversa daquela existente no recalque – a sublimação é considerada por Freud como “mais evoluída” exatamente por prescindir ao recalque. Havendo tal satisfação, o sexual não se ausenta da sublimação e a libido é redirecionada através do ideal de eu para novos objetos socialmente valorizados. Com esta formulação, é inevitável a constatação da necessária passagem do narcisismo primário do eu ideal para a organização do ideal do eu para que a sublimação possa se efetivar, restringindo o processo sublimatório ao campo neurótico¹².

2.1.3. Acréscimos.

Continuando o percurso de construção do conceito de sublimação ao longo da obra freudiana, chegamos a 1923, com o artigo *O eu e o isso*, marco de uma nova hipótese de funcionamento para o aparelho psíquico, em uníssono com os efeitos da segunda teoria das pulsões elaborada três anos antes em *Mais além do princípio do prazer* (Freud, 2007 [1920]). No que concerne à sublimação, o artigo sobre uma nova tópica para o psiquismo avança na mesma direção indicada no estudo sobre o narcisismo, postulando o eu como mediador necessário para o processo sublimatório, e agora envolvendo também o conceito de identificação.

Em função do objetivo de delimitação conceitual da sublimação que norteia este capítulo, tomo pontualmente, em *O eu e o isso*, a noção de

¹² A definição do ideal do eu, tecida no parágrafo anterior ao que comporta esta nota, expressa a articulação deste à entrada na lei simbólica da castração e, conseqüentemente, demarca sua pertença ao campo neurótico. Então, se o ideal do eu é, para Freud, o desencadeador da sublimação, esta última só será possível na neurose.

identificação, a despeito dos outros momentos em que a mesma é formulada em Freud¹³. Partindo do modelo da identificação ao objeto perdido na melancolia, Freud¹⁴ o amplia para conceituar a denominada identificação secundária, estabelecida pela finalização do Édipo quando a identificação do eu ao objeto sexual substitui seu investimento libidinal no mesmo objeto. Neste processo, não mais aplicável apenas ao adoecimento melancólico, mas também à formação do eu, Freud visualiza *uma espécie de sublimação* efetivada pelo eu ao abandonar o alvo primordialmente sexual e transformar a libido objetual em libido narcísica, identificando-se com o objeto do qual retira o investimento libidinal.

A partir deste raciocínio, ele propõe que possa ser este o caminho de toda sublimação, avaliando que neste mecanismo sempre haverá a intermediação do eu. O eu retira a libido do objeto transformando-a em libido narcísica, e posteriormente pode – “talvez”¹⁵ possa, como diz Freud – redirecionar, de acordo com os ditames do ideal do eu, tal investimento para outros objetos socialmente valorizados na vertente sublimatória¹⁶. Assim, está afirmado que o trabalho sublimatório só pode se efetivar na dependência da passagem ao narcisismo secundário, posteriormente à organização do ideal do eu e com o término do Édipo, circunscrevendo-se, portanto, ao âmbito da neurose.

Apenas mais um pequeno comentário sobre o trecho acima referenciado e reproduzido em nota de rodapé: o emprego do advérbio “talvez” é mesmo intrigante, pois além de remeter à formulação freudiana segundo a qual a sublimação é o destino pulsional “mais raro e mais perfeito” (Freud, 2007 [1910], v.XI, p.74; Freud, 1996 [1910], v.XI, p.88), também conduz à indagação a

¹³ Laplanche e Pontalis (2001) consideram que a exposição mais completa sobre a identificação feita por Freud, está no capítulo VII de *Psicologia de massas e análise do eu* (1921), com a distinção de três modalidades de identificação: a identificação primária pelo laço afetivo com o objeto; a identificação substitutiva pela escolha de objeto abandonado; a identificação histórica, produzida pela existência de um elemento em comum entre o sujeito e o objeto.

¹⁴ Freud, 2007 [1923], v.XIX, p. 30; Freud, 1996 [1923], v.XIX, p.41.

¹⁵ Este é originariamente o termo empregado na ESB, correspondendo ao “acaso” da EA, como se pode constatar na citação logo abaixo.

¹⁶ “La transposición así cumplida de libido de objeto en libido narcisista conlleva, manifiestamente, una resignación de las metas sexuales, una desexualización y, por tanto, una suerte de sublimación. Más aún; aquí se plantea una cuestión que merece ser tratada a fondo: ¿No es este el camino universal hacia la sublimación? ¿No se cumplirá toda sublimación por la mediación del yo, que primero muda la libido de objeto en libido narcisista, para después, acaso, ponerle {*setzen*} otra meta? (Freud, 2007 [1923], v.XIX, p. 32; Freud, 1996 [1923], v.XIX, p.43)

respeito de quais os mecanismos reguladores deste “talvez” – ou seja, o que permite, ou não, que a sublimação ocorra. Questionamento não trabalhado por Freud, por ora deixado também aqui em aberto, mas essencial a esta pesquisa, ele virá à baila com toda legitimidade no último capítulo, em que serão tecidas as articulações finais entre sublimação, ato criativo e o sujeito.

Ainda não esgotados os pontos em que *O eu e o isso* convoca a trabalhar sobre o conceito de sublimação, aponto a clara associação feita pelo autor entre Eros e sublimação¹⁷. Ao desenvolver tal formulação, Freud, além de enfatizar a intermediação do eu e o envolvimento do ideal do eu e da identificação secundária no mecanismo sublimatório, sublinha a ligação deste último à *pulsão sexual*. Ao ser associada a Eros, ao campo pulsional capturado pelo psiquismo, a sublimação é reafirmada como um destino para o pulsional inscrito no psiquismo; ou seja, um destino para os representantes das denominadas *pulsões sexuais*. Esta caracterização, evidentemente, mantém na satisfação sublimada o caráter sexual e distancia o processo sublimatório do campo da pulsão de morte. Além do mais, vislumbramos novamente o processo sublimatório ser atrelado por Freud a aspectos morais, através da vinculação da sublimação às tendências adaptativas e integradoras de Eros.

Com um pequeno salto temporal, encontramos em *O mal-estar na cultura* (Freud, 2007 [1929]) algumas poucas notas sobre a sublimação, mas que valem ser assinaladas. Numa primeira passagem¹⁸, ao tratar das maneiras pelas quais o homem busca contornar a intensa gama de sofrimentos que a vida lhe impõe, Freud deixa clara a importância da sublimação como um destino pulsional para a promoção de satisfação por vias alternativas à satisfação sexual direta. Contudo, avalia que a intensidade da satisfação sublimada é tênue por “não comover nossa corporeidade”¹⁹, e indica a dependência deste mecanismo de

¹⁷ “Si esta energía de desplazamiento es libido desexualizada, es lícito llamarla también *sublimada*, pues seguiría perseverando en el propósito principal del Eros, el de unir y ligar, en la medida en que sirve a la producción de aquella unicidad por la cual – o por la pugna hacia a cual – el yo se distingue.” (Freud, 2007 [1923], v.XIX, p.46; Freud, 1996 [1923], v.XIX, p.58.)

¹⁸ Tratando-se de uma passagem extensa, remeto o leitor ao texto em questão: Freud, 2007 [1929], v.XXI, p.77-9; Freud, 1996 [1929], v.XXI, p.86-7.

¹⁹ “Por ahora sólo podemos decir, figuralmente, que nos aparecen “más finas y superiores”, pero su intensidad está amortiguada por comparación a la que produce saciar mociones pulsionales más

algumas particularidades, tornando-o não acessível a todas as pessoas. Entretanto, em nota de rodapé nesta mesma página, são tecidos comentários que ampliam as possibilidades da sublimação, ao articulá-la não apenas à produção artística ou científica, mas também ao trabalho profissional de forma geral. Na seqüência da referida passagem, Freud avalia seu pouco conhecimento a respeito do funcionamento do processo sublimatório e considera a necessidade de caracterizá-lo em termos metapsicológicos, observações que denotam a já comentada frágil elaboração conceitual da sublimação em Freud, a despeito de passados quase trinta anos desde sua formulação inicial.

É necessário observar como polêmica esta passagem freudiana que assinala haver na sublimação uma perda de satisfação quando comparada com aquela obtida diretamente pelo ato sexual, por ser este último capaz de “comover nossa corporeidade”. Mais uma vez, parece que nos deparamos no texto freudiano com um elemento que remete a uma possível dessexualização no processo sublimatório, mesmo a despeito da identificação em *Introdução ao narcisismo* da manutenção da libido na sublimação. Novamente o paradoxo: como pensar em libido dessexualizada? Haveria em Freud, nesse momento, uma alusão a uma mítica satisfação plena, sem perdas, no ato sexual? Sendo assim, que corpo é este ao qual ele se refere? Sabemos que o corpo para a psicanálise é da ordem do pulsional, um corpo erógeno equivalente a um desvio da biologia pelo atravessamento do orgânico pela linguagem²⁰. Isto posto, uma perda de gozo é característica do humano em seu distanciamento do instinto, a pulsão comporta, em sua definição, desvio e perda. Acreditar nesta suposta menor satisfação pulsional na sublimação seria desprezar o aforismo lacaniano de que “não há relação sexual”, idealizando uma satisfação sexual inigualável e máxima, sem nenhuma perda de gozo no ato sexual:

groseras, primarias; no conmueven nuestra corporeidad” (Freud, 2007 [1929], v.XXI, p.79). Na ESB a expressão é traduzida por: “não convulsiona o nosso ser físico” (Freud, 1996 [1929], p.87)

²⁰ Esta concepção do corpo na psicanálise está presente no primeiro capítulo desta tese, à p. 32 e seguintes.

Tal aforismo tantas vezes desprezado, quer dizer que *sempre há uma perda de gozo*, dado que o encaixe entre os sexos não é preciso nem feliz, devido – em termos gerais – ao “desvio” imposto aos falantes pelos efeitos da linguagem. Portanto, *da mesma forma em que esse gozo resulta perdido em virtude do não ato sexual, falamos de gozo perdido na sublimação*; ao mesmo tempo, *aquilo que se procura restituir como mais-de-gozo no ato sexual*, é o que também se tenta restituir como mais-de-gozo na sublimação. (Harari, 2001, p.276, grifos do autor)

Esta discussão será ampliada no próximo tópico deste capítulo, pois a leitura acima introduzida é fruto das formulações lacanianas, já estando neste momento indicado o posicionamento de Lacan sobre uma não-inibição da pulsão e, portanto, do sexual na sublimação.

Numa outra ressalva do artigo *O mal-estar na cultura*, Freud (2007 [1929]) enfatiza ainda mais a sublimação como um processo particular e importante para a sociedade, no sentido de ser responsável pelas produções culturais, indicando seu desenvolvimento como fruto da civilização, como evidencia a citação a seguir:

La sublimación de las pulsiones es un rasgo particularmente destacado del desarrollo cultural; posibilita que actividades psíquicas superiores – científicas, artísticas, ideológicas – desempeñen un papel tan sustantivo en la vida cultural. Si uno cede a la primera impresión, está tentado de decir que la sublimación es, en general, un destino de pulsión forzosamente impuesto por la cultura. Pero será mejor meditarlo más. (Freud, 2007 [1929], v.XXI, p.95-6; Freud, 1996 [1929], v. XXI, p.103)

Elejo este pequeno trecho do texto freudiano em questão como exemplificativo deste momento da obra em que Freud destaca na sublimação o seu caráter de favorecedora do laço social. Como indicado acima, o artigo de 1929 traz apenas algumas poucas notas sobre a sublimação, mas elas têm considerável valor para esta pesquisa em virtude da associação proposta por Freud entre sublimação e cultura: afinal, esta tese aponta para a importância de um resgate do conceito de sublimação em tempos de dessubjetivação e fragilidade dos laços sociais. Não há em *O mal-estar na cultura* acréscimos conceituais ao mecanismo da sublimação; aliás, em termos de desenvolvimento teórico parece ser possível

afirmar que os avanços ocorreram até os esclarecimentos advindos dos textos metapsicológicos sobre a pulsão (1915a) e sobre o narcisismo (1914), encadeados com o novo modelo da teoria pulsional (1920) e com a organização da segunda tópica freudiana (1923). Findada a peregrinação proposta pelos principais textos freudianos nos quais a sublimação é abordada, tracemos em linhas gerais uma síntese do exposto, numa leitura esquemática do conceito em Freud.

Elaborado, em 1905, sob a égide da teorização inicial sobre a sexualidade, o conceito de sublimação se confunde com o recalque em virtude de sua associação a uma espécie de recusa ao sexual, recusa que necessariamente implica a sua presença na fonte da criação advinda do processo sublimatório. Tal confusão, que começa a ser desfeita em 1908, é dissipada dois anos mais tarde no estudo sobre Leonardo da Vinci. A sublimação é um mecanismo distinto do recalque, é a possibilidade de satisfação do sexual por vias que se distanciam do adoecimento neurótico e, por isso, Freud lhe atribui uma áurea de superioridade. Em termos metapsicológicos, a sublimação é caracterizada como um possível destino para a pulsão sexual, e estabelecida como um processo que diz respeito à libido objetual, na medida em que está em cena o redirecionamento da mesma para alvo e objeto não sexuais.

Freud também aclara ser este redirecionamento somente possível através da mediação do eu narcísico e sob os auspícios do ideal do eu e do mecanismo da identificação secundária; após a identificação do eu ao objeto, num retorno narcísico da libido ao eu, é possível a efetivação da sublimação através do investimento libidinal em objetos socialmente valorizados. Com esta caracterização, a sublimação em Freud adquire importância nos âmbitos individual e social – afinal, ela é postulada como uma via de satisfação que se contrapõe ao adoecimento neurótico e se apresenta como colaboradora do desenvolvimento cultural. Tal importância acena para um aspecto da sublimação concernente à clínica, na medida em que ela possibilita satisfação pulsional sem as formulações sintomáticas. Mais: se ela é uma via para dar forma ao pulsional via criação e, portanto, põe em cena o desejo e não a recusa do mesmo, é possível dizer que os efeitos produzidos pelo processo sublimatório se aproximam dos

caminhos visados pelo tratamento analítico. Entretanto, Freud assinala quão rara é a possibilidade de o mecanismo sublimatório se efetivar; e ainda observa que não se trata de levar o paciente à sublimação, pois é necessário que um *quantum* de satisfação se dê diretamente associada à sexualidade.

Diante dessas observações, algumas questões se impõem: por que Freud dizia ser a sublimação difícil de se efetivar? Do que dependia, para ele, a possibilidade sublimatória? Como foi assinalado, Freud não fornece as respostas para tais questões e reconhece a necessidade de avanços na caracterização metapsicológica da sublimação. Sendo assim, o que podemos dizer a respeito destas questões nos dias de hoje? Seria a sublimação ainda mais rara na atualidade, dadas as condições de apatia e dessubjetivação que caracterizam o homem contemporâneo? E por outro lado, poderíamos pensar em efeitos da sublimação sobre a subjetividade, no sentido de que a primeira seja uma via de subjetivação?

Esboçar respostas para essas indagações demandam a continuidade do trabalho proposto para este capítulo de delimitação teórica da sublimação, agora abordando o conceito ao longo da obra lacaniana.

2.2. Com Lacan: do resgate do conceito

No transcorrer de seu trabalho de uma releitura da obra freudiana, Lacan aborda o conceito de sublimação numa proposta de resgatá-lo do que considera distorções estabelecidas pelos denominados pós-freudianos. Esta tomada da sublimação se dá fundamentalmente no *Seminário 7: A ética da psicanálise*, no qual Lacan (1997 [1959-60]) propõe definir os “verdadeiros fundamentos éticos da psicanálise e construir – graças às descobertas da psicanálise – uma ética para o nosso tempo, à altura da tragédia do homem moderno e do mal-estar na civilização” (Marini, 1990. p. 204). Obviamente, não é à toa que o trabalho lacaniano sobre o processo sublimatório se dê em meio a uma intensa discussão sobre a ética, pois nele um dos pontos centrais abordados é a não pertença da sublimação a uma moral adaptativa: a sublimação não se reduz a um processo em busca de uma boa adaptação social. O conceito de sublimação foi desfigurado pelos pós-freudianos a ponto de ser igualado ao desempenho correto de um ofício ou à possibilidade de ganhar dinheiro, numa identificação da sublimação a uma espécie de “felicidade comportamental”, adaptada ao socialmente desejável e elogiável (Harari, 1997, p. 142).

Distante deste tipo de formulação de cunho moral e normatizador, a definição fornecida por Lacan aponta para o centro da economia libidinal ao referir como fundamental a noção freudiana de *das Ding, a Coisa*, afirmando que a sublimação “eleva um objeto à dignidade da Coisa” (Lacan, 1997 [1959-60], p. 140). Para bem compreender tal definição, inclusive no sentido de extrair da mesma seus possíveis desdobramentos, convido o leitor a me acompanhar no tracejar de algumas linhas a respeito da leitura lacaniana de *das Ding, a Coisa*.

2.2.1. A Coisa.

A apresentação de *das Ding* é feita por Freud no *Projeto de psicologia* (Freud, 2007 [1950 (1895)])²¹ através da formulação de um primeiro complexo perceptivo organizado em duas partes, sendo a primeira caracterizada pela estabilidade e imutabilidade, e a segunda, marcada pela instabilidade e flexibilidade. Neste modelo perceptivo, *a Coisa* é localizada em sua parte inalterável e está atrelada aos primórdios da organização psíquica; *das Ding* é, para Freud, o objeto perdido, embora nunca realmente possuído a não ser miticamente, e que deve ser reencontrado. Um reencontro, portanto, impossível de se dar, mas é em função desta infundável busca pela *Coisa*, comandada pelo princípio do prazer, que se forma a rede das representações através dos caminhos da memória. Assim, “ficamos interminavelmente girando em torno de um centro que nunca é atingido e que Freud chama de *das Ding*” (Garcia-Roza, 1990, p.84). Um centro, ou melhor, um furo, em torno do qual gravitam as representações de coisa, o que significa dizer que, para Freud, *das Ding* não pertence ao campo das representações, mas, paradoxalmente, está presente no psiquismo ainda que por sua ausência, como evidenciam as palavras de Lacan reproduzidas a seguir:

Das Ding é o que – no ponto inicial, logicamente e, da mesma feita, cronologicamente, da organização do mundo no psiquismo – se apresenta, e se isola, como o termo de estranho em torno do qual gira todo o movimento da *Vorstellung*, que Freud nos mostra governado por um princípio regulador, do dito princípio do prazer, vinculado ao funcionamento do aparelho neurônico, é em torno desse *das Ding* que roda todo esse processo adaptativo, tão particular no homem visto que o processo simbólico mostra-se aí inextricavelmente tramado (Lacan, 1997 [1959-60], p.76).

Se *das Ding* está no início, a mãe na qualidade de Outro primordial pode ocupar o lugar de *das Ding*, ressaltando que isso não significa equivaler *a Coisa* à mãe concreta ou empiricamente falando, mas referenciar a incessante busca por *das Ding* na direção de um bem absoluto (de uma plenitude originária,

²¹ Vale assinalar que este texto, como já antes referido, foi publicado apenas após a morte de Freud, e que o termo *das Ding* não é retomado no trabalho posterior de Freud. Assim, *das Ding* ganha o estatuto de conceito com a releitura lacaniana.

de um Outro absoluto) miticamente atrelado à mãe. Nesta direção, Gellis (2000, p. 92) afirma que para Lacan “o sujeito não busca propriamente o objeto perdido, mas suas coordenadas de prazer”, ou seja, a busca é por um estado de satisfação e não por um objeto em si. Este argumento é central na leitura lacaniana que propõe uma noção de objeto calcada na falta e não na articulação a algo efetivamente existente e perdido.

Pensando nesta condição de falta radical, falta não de algo, mas de nada, parece possível atrelar a *Coisa* lacaniana com a falta originária que marca a nossa condição como seres humanos sexuados e mortais. A diferença dos sexos e a impossibilidade de nos perpetuarmos com a reprodução de idênticos, marca inauguralmente o humano com uma dupla perda de elementos jamais possuídos: a completude e a imortalidade. Esta perda originária, falta inaugural não definida por um anterior já não mais possuído, falta de nada, é a *Coisa* lacaniana.

Juranville (1987) enfatiza a presença de um caráter ambíguo na noção de *das Ding*, pois se por um lado ela se associa à idéia de uma mítica plenitude absoluta, por outro contempla em sua origem a falta desta plenitude. O interessante é que nesta ambigüidade, de qualquer forma, estão presentes as condições de possibilidade do desejo, afinal, não há desejo sem mito da plenitude e, tão pouco, sem falta. Sobre a articulação da *Coisa* como possibilitadora do desejo, Juranville (1987) evoca uma formulação de Lacan que associa a *Coisa* ao sujeito do desejo:

[...] o sujeito verdadeiro, para não dizer o bom sujeito, o sujeito do desejo, tanto no esclarecimento da fantasia quanto em seu refúgio fora do discernimento, não é nada além da Coisa, que é dele o que há de mais próximo, embora mais lhe escape. (Lacan, 1998 [1966], p. 662)

Nestes termos, vislumbramos a *Coisa* como causa do desejo.

Voltando à associação de *das Ding* ao lugar da mãe como Outro absoluto, Harari (1997, p. 73-4) afirma que *das Ding* “configura o primeiro exterior hostil com que se defronta o *sapiens*”, evidenciando o quão devorador é o desejo materno de reintegração, de reabsorção de seu produto (a criança). É neste ponto marcado pela possibilidade de um gozo pleno que a mãe se apresentaria para a criança como *das Ding*, configurando, assim, este “primeiro exterior

hostil”. Sabemos que o movimento das representações regido pelo princípio do prazer na direção de *das Ding* leva o sujeito, inevitavelmente, ao encontro apenas das coisas no sentido dos objetos, caracterizando sempre maus encontros, pois não há o bom objeto que leve à ausência de toda e qualquer demanda e, portanto, à extinção do desejo. A este respeito, Lacan (1997 [1959-60], p.93) indica que “*das Ding* apresenta-se ao nível da experiência inconsciente como aquilo que desde logo constitui a lei”, lei que se distingue daquela regida pelo princípio do prazer, governante do inconsciente; lei da *Coisa* através da qual a insuportabilidade do bom objeto é evitada.

Foi dito que, já em Freud, *das Ding* não pertence ao campo das representações e que se configura como um furo, em torno do qual gravitam as representações de coisa. Lacan (1997 [1959-60]) desenvolve a idéia da *Coisa* não pertencer ao âmbito da linguagem, partindo da diferença estabelecida por Freud entre *das Ding* e *die Sache*. Estes dois termos podem ser traduzidos do alemão como “coisa”, sendo que as representações de coisa são *Sachevorstellungen*, e apenas estas podem se associar às representações de palavra (*Wortvorstellungen*). Assim, mesmo constituindo uma espécie de núcleo do psiquismo em torno do qual gravitam as representações de coisa em articulação com o universo da linguagem (representações de palavra), *das Ding* é estrangeira, exterior ao funcionamento e às leis que regem o inconsciente e também exterior ao campo da linguagem; mas, paradoxalmente, trata-se do exterior mais íntimo do qual se pode ter notícia. Reporto-me, mais uma vez, às palavras de Lacan:

A *Sache* é justamente a coisa, produto da indústria ou da ação humana enquanto governada pela linguagem. Por mais implícitas que estejam inicialmente na gênese dessa ação, as coisas estão sempre na superfície, estão sempre ao alcance de serem explicitadas. [...] A palavra encontra-se aí em posição recíproca, visto que se articula, que vem aqui explicar-se com a coisa, visto que uma ação, ela mesma dominada pela linguagem, até mesmo pelo mandamento, o terá, este objeto, destacado e feito nascer. *Sache* e *Wort* estão, portanto, estreitamente ligados, formam um par. *Das Ding* situa-se em outro lugar. (Lacan, 1997 [1959-60], p. 61)

Situada em outro lugar, a *Coisa* freudiana é identificada por Lacan, ainda no mesmo texto e sempre em referência ao *Projeto de psicologia*, como

“fora do significado” e “anterior a todo o recalque” (Lacan, 1997 [1959-60], p.71), elementos que atestam a relação de *das Ding* com a pulsão num além do princípio do prazer. Lacan enfatiza, como sempre, o valor do texto freudiano, considerando as formulações de 1895 nada caducas, ao contrário, elas comportam certo caráter visionário ao posicionar *a Coisa* em referência a elementos da teorização pulsional que só seriam elaborados formalmente a partir de 1920.

Ainda um assinalamento importante e bem trabalhado na leitura lacaniana de *das Ding* é a distinção entre os objetos e *a Coisa*. Tal distinção, assim como a própria noção de *das Ding*, remonta às origens filosóficas do termo, e Lacan elege Kant e, especialmente, Heidegger como interlocutores a respeito de *das Ding*. A essência da proposta metafísica é “a idéia da existência de objetos absolutos, inacessíveis ao conhecimento, mas concebidos como reais em si mesmo” (Garcia-Roza, 1990, p. 74): o problema é como chegar ao conhecimento desta *coisa-em-si*, tida como *verdadeira realidade*. Temos então uma cisão entre os objetos dados pela experiência, os chamados *fenômenos*, e os objetos absolutos, ou *coisa-em-si* – trata-se da origem da nossa visada, a diferença entre os objetos e *a Coisa*.

É possível dizer que em Kant o termo *Ding-an-sich*, *coisa-em-si*, é o que está para além do mundo organizado por nossa experiência, o que transcende as possibilidades do conhecimento, mas pode ser pensado; “a rigor, *coisa-em-si* é o nome que recebe um pensamento completamente indeterminado de algo em geral” (Ferrater-Mora, 1994, Tomo I, p. 493). Por sua vez, Heidegger formula claramente a distinção entre objeto e coisa. O objeto não possui existência em si mesmo, ele é o que se coloca diante do homem como percepção, pensamento, lembrança ou imaginação; a coisa independe das vias de representação às quais estão submetidos os objetos, ela se mantém como coisa por si mesma. O exemplo de coisa dado por Heidegger, e citado por Lacan, é o de um vaso que se caracteriza como tal por sua condição de continente; é o vazio, e não o seu material, que faz o jarro ser jarro. Apesar de ser possível vislumbrar fundamentos da *Coisa* freudiana na *coisa-em-si* kantiana como o que está para além do campo das representações e, ainda, da coisa em Heidegger como vazio de determinações, Garcia-Roza (1990) alerta que em Lacan, e acrescento que

primeiramente em Freud, *a Coisa* permanece mítica enquanto para os filósofos citados ela possui alguma aproximação com o mundo.

2.2.2. A definição da sublimação.

Estabelecido o fundamental a respeito da *Coisa*, retorno à formulação de Lacan como síntese de sua teorização a respeito da sublimação: “a sublimação eleva um objeto à dignidade da *Coisa*” (Lacan, 1997 [1959-60], p.140). Da definição lacaniana proponho a interpretação de que o processo sublimatório reproduz, em alguma medida, o engano que existe ao redor da *Coisa* enquanto o objeto mítico da completude e, ao mesmo tempo, atesta a importância deste objeto não por sua existência concreta, mas sim pela presença da mais pura falta. Tal engodo é favorecido pela cultura em conjunto com o tecido do registro imaginário, atribuindo ao objeto em questão a dignidade da *Coisa*. Friso que o fundamental não é a associação da *Coisa* a uma completude imaginária, mas sim a articulação deste conceito ao vazio e à presença do Real. Assim, a dignidade advinda da sublimação está no fato desta não elidir o vazio, mas sim sustentá-lo, permitindo que o Real ganhe forma no ato criativo.

É oportuno lembrar um assinalamento realizado no capítulo anterior, a respeito de a sublimação permitir ao sujeito distanciar-se de sua identificação fálica na medida em que a obra ocupa o lugar do que se era para o Outro (Pommier, 1990); assim, quando um objeto pode elevar-se à *Coisa*, o sujeito se liberta, mesmo que temporariamente, das vias de oferenda de seu corpo ao desejo do Outro. Nesta libertação e pela dignidade da presença do vazio na *Coisa* o sujeito se sustenta na sublimação. A sublimação segue em direção contrária ao encontro do Bem, sustenta a falta – condições por excelência da subjetividade e do apaziguamento da angústia frente à possibilidade de encarnar a completude – e promove o encontro com o social na criação de formas e valores socialmente valorizados: tal é o princípio, e o efeito, da sublimação.

Nos capítulos do *Seminário sobre a ética* dedicados diretamente à sublimação, Lacan (1997 [1959-60], p. 111) começa sinalizando o quão essencial

é este conceito em relação à “nossa responsabilidade de analista”. *Essencial e também problemático*, tanto no sentido da existência de interpretações teóricas, que, na leitura lacaniana, se distanciam de Freud e da ética psicanalítica, por produzirem um encaminhamento moral e normatizador, quanto em relação às dificuldades inerentes ao tema em seu inacabamento na teoria freudiana. Esta proposição a respeito da íntima relação entre ética psicanalítica e sublimação, grafada pela responsabilidade do analista, permite vislumbrar em Lacan a localização da temática da sublimação no âmago da clínica psicanalítica – tanto no que se refere à condução da cura quanto ao âmbito de uma clínica do social – caracterizando um elemento de sustentação desta pesquisa em seu viés sobre a importância da sublimação para a leitura psicanalítica da subjetividade no contemporâneo.

Dando ênfase à relação da sublimação com o campo pulsional, Lacan (1997 [1959-60]) relembra o caráter de plasticidade das pulsões e sustenta o posicionamento freudiano de a sublimação ser um processo relativo à libido objetal em sua capacidade de satisfação mesmo com a mudança de alvo e de objeto. Lacan (1997 [1959-60], p.112) considera que em 1905, nos *Três ensaios de teoria sexual*, Freud ainda não havia desenvolvido os elementos necessários (particularmente em relação à teorização pulsional) para uma verdadeira elaboração do que nomeia de “problema da sublimação”. Ele avalia que tal formulação tenha de fato ocorrido na obra freudiana no momento da teorização sobre o narcisismo (*Introdução ao narcisismo*, 1914), com a distinção entre idealização e sublimação. Não é excessivo lembrar que tal diferenciação aclara o enredamento da sublimação à pulsão, pois o processo sublimatório é associado à libido objetal, enquanto a formação de um ideal diz respeito, exclusivamente, ao objeto em seu processo de engrandecimento.

Lacan sublinha o fato de que em Freud a sublimação é uma forma particular de satisfação da pulsão, forma desviada de seu alvo, numa economia distinta daquela estabelecida pelo recalque, em que a satisfação se dá por vias de substituição significativa na formação sintomática. Aí, neste desvio de alvo, e nem tanto na mudança de objeto, reside o enigmático no processo sublimatório, afinal, dada a plasticidade das pulsões, o objeto é sempre o mais variável, não

consistindo sua mudança uma particularidade do processo sublimatório. A este respeito, a tônica lacaniana avança sobre a idéia de um alvo não mais sexual e para o questionamento de uma dessexualização da pulsão – concepção, como foi delineado anteriormente, presente no pensamento freudiano, ainda que de forma ambígua.

Para Lacan o paradoxo relativo ao referido desvio de alvo, em que uma satisfação pulsional se dá por um alvo que já não é mais o seu, está longe de ser solucionado por tal formulação de uma dessexualização da pulsão, que ele considera incoerente e vazia de sentido. Ao contrário, propõe encaminhar esta questão assinalando a possibilidade sublimatória como reveladora da essência das pulsões, que, por serem sempre parciais e não se reduzirem ao caráter instintivo, não mantêm uma relação direta com alvo e objeto sexuais no sentido da genitalidade ou da corporeidade, mas são atreladas à *das Ding*.

A teoria lacaniana estabelece uma classificação do campo dos gozos²², onde localiza a sublimação na ordem do *gozo suplementar*, aquele que transcende o *gozo fálico*. Em psicanálise o termo gozo “permite falar simplesmente da meta da libido”, seja no sexo, na fala, na estética ou na gula (Pommier, 1992, p. 209). No campo psicanalítico, desde os seus primórdios, a sexualidade foi associada ao símbolo fálico e, numa generalização, passou-se a falar em gozo fálico para abarcar os prazeres humanos em geral. No entanto, Freud se deparou com o limite desta exclusividade do falo nos últimos dez anos de seu trabalho, a propósito de seus estudos sobre a sexualidade feminina. Reconhecendo as particularidades da sexualidade feminina, Freud “evocou um gozo próprio da mulher, que não mais podia ser concebido em termos de amputação em relação à sexualidade masculina” (Pommier, 1992, p.210).

²²Podemos ler em Chemama (1995, p. 90) que o termo *gozo* designa “diferentes relações com a satisfação que um sujeito desejante e falante pode esperar e experimentar, no uso de um objeto desejado”, e se refere ao desejo inconsciente, ultrapassando os afetos, emoções ou sentimentos. Roudinesco e Plon (1998) historicizam o termo, indicando seu raro emprego por Freud e sua condição de conceito na obra de Lacan. Inicialmente, o conceito estaria ligado ao prazer sexual, implicando a idéia de transgressão e participando da perversão enquanto um dos componentes estruturais do psiquismo, e que posteriormente teria sido “repensado por Lacan no âmbito de uma teoria da identidade sexual, que levou a distinguir o gozo fálico do gozo feminino (ou gozo dito suplementar)” (Roudinesco e Plon, 1998, p.299).

A classificação do campo dos gozos acima referida é organizada em três instâncias: *gozo do Outro*, *gozo fálico* e *gozo suplementar* ou *gozo Outro*. Uma vez que o sujeito pode escapar ao aprisionamento do *gozo do Outro* – aquele que se refere ao momento mítico de completude narcísica – que o acondicionava ao lugar de objeto, ele se inscreve no circuito do *gozo fálico*, que inclui o gozo sexual, o gozo do sintoma e o gozo da fala. Entretanto, num além do falicismo, é necessário reconhecer uma outra modalidade de gozo, a qual só é possível na medida em que o *gozo fálico* se estabeleceu: trata-se do *gozo suplementar* ou *gozo Outro*, onde se localizam o gozo feminino, a sublimação e o gozo místico.

Em condição de acréscimo, a sublimação é suplementar, especificamente, ao gozo do sintoma pois está além da substituição e simbolização fálicas. A sublimação é um destino pulsional que permite ao sujeito ausentar-se da erotização do amor materno através do ato criativo, ultrapassando a paralisia do sintoma que o aprisionava em posição de falo e, portanto, localizando-se num para além do *gozo fálico*. Esta formulação esclarece a idéia, a princípio paradoxal, de haver na sublimação uma satisfação pulsional desviada de seu alvo: trata-se de uma satisfação que não se encontra no campo do *gozo fálico*, o que significa um apartamento do sexual estritamente em sua alusão ao falo. Dito de outra forma, o erótico se mantém na obra e não mais no corpo, a pulsão é dessexualizada no sentido de não mais representar o incesto, desgarrando-se do falicismo. Em uma palavra, a sublimação não se encontra no circuito das substituições fálicas e neste fato reside o desvio de alvo e a idéia da dessexualização.

Esse direcionamento lacaniano, enfatizando o desvio de alvo na sublimação, desemboca em sua definição do conceito como sendo um processo que “eleva um objeto à dignidade da Coisa” (Lacan, 1997 [1959-60], p.140), sublinhando que o objeto em Freud emerge numa relação narcísica e, portanto, imaginária, no estabelecimento de uma permuta com o amor que se tem pela própria imagem. Esta referência freudiana é tomada por Lacan para distinguir o objeto, este que surge a partir da imagem idealizada atrelada ao eu ideal e, depois, ao ideal do eu, de *das Ding*, indicando que é exatamente na diferença entre ambos que se situa a sublimação. Nas palavras de Lacan:

É nessa relação de miragem que a noção de objeto é introduzida. Mas esse objeto não é a mesma coisa que aquele visado no horizonte da tendência. Entre o objeto, tal como é estruturado pela relação narcísica, e *das Ding* há uma diferença, e é justamente na vertente dessa diferença que se situa, para nós, o problema da sublimação. (Lacan, 1997 [1959-60], p.124)

Mais uma vez, temos a sublimação como aquela que permite ao objeto elevar-se à dignidade de *das Ding*, movimento capaz de promover a sustentação do vazio, ao invés da anulação da falta. Esta proposição evidencia o processo sublimatório como capaz de aproximar o sujeito de seu desejo, encaminhamento que nos faz retornar a Freud (2007 [1910]) quando define a sublimação como o destino pulsional “mais perfeito”, por escapar ao recalçamento e, assim, evitar o afastamento do desejo.

É também em referência a essa diferença entre o objeto e *das Ding*, assim como em relação à localização desta última – parafraseando Lacan, no início, lógica e cronologicamente, da organização do psiquismo – que se encontra uma das maiores divergências lacanianas a respeito da teorização em Freud sobre a sublimação. No desenrolar do item anterior deste mesmo capítulo, o leitor pode acompanhar a construção do conceito de sublimação em Freud e, portanto, constatar que para ele a sublimação só pode consagrar-se pela intermediação do eu, na medida em que após um retorno narcísico da libido, o eu pode redirecioná-la para novos objetos e finalidade não-sexuais. Por sua vez, Lacan propõe o problema da sublimação como anterior à organização do eu e, logo, independente de seu comando, como é postulado no trecho citado a seguir:

O problema da sublimação se coloca muito mais cedo do que no momento em que a divisão entre as metas da libido e as metas do eu se torna clara, patente, acessível, no nível da consciência. Se me é permitido frisar aqui algo do que lhes comunico, direi que esse termo do qual me sirvo com vocês para tentar dar, enfim, à sublimação uma articulação conforme àquilo com que lidamos, *das Ding*, o que chamo de *a Coisa*, é um lugar decisivo em torno do qual se deve articular a definição da sublimação, antes de [eu] ter nascido e, por uma razão mais forte, antes de os *Ichziele*, as metas do [eu], aparecerem. (Lacan, 1997 [1959-60], p.195)

A absoluta importância de *das Ding* na concepção lacaniana da sublimação é evidenciada na citação acima, e, com ela, o distanciamento de qualquer tipo de comando do eu para o processo sublimatório. A organização do eu é posterior à instalação da possibilidade sublimatória, esta última, como já apontado, está no centro da economia libidinal, numa relação direta com *a Coisa*. Se *das Ding*, que ocupa um lugar decisivo para a sublimação, encontra-se de fora do campo representacional e das leis que regem o funcionamento inconsciente, se ela (*das Ding*) está num para além do princípio do prazer, então, enfatizo, a sublimação se aproxima do movimento pulsional, aquele em circuito ao redor do objeto, apartada dos ditames do eu e do mecanismo do recalque.

Este posicionamento lacaniano se desdobra para o campo da criação – temática também central na abordagem lacaniana da sublimação – circunscrevendo-a a partir do vazio, do nada (*ex nihilo*²³), vazio representado por *das Ding* como centro, furo em torno do qual se articulam as representações inconscientes sob a égide do princípio do prazer. A criação se dá a partir do nada, do vazio, e não por intermédio do eu ou de qualquer manifestação de voluntarismo, forte argumento para a sustentação da leitura lacaniana da não identificação da sublimação a um encaminhamento normativo e adaptativo. Esta relação entre sublimação, criação e vazio será retomada no próximo capítulo, destinado à construção de uma leitura psicanalítica sobre o ato criativo.

²³ A expressão latina, traduzida como *do nada* (criação *ex nihilo*: criação do nada), e usada por Lacan de forma correlacionada ao vazio original que constitui o humano, pois nada há no vazio.

2.2.3. Desdobramentos do conceito.

Se a sublimação está associada a *das Ding* num para além do princípio do prazer ou numa aproximação do movimento pulsional, acrescento ser possível identificar em Lacan a articulação do conceito em questão ao Real e à noção de repetição. Abro, na seqüência, um oportuno e necessário parêntese sobre o conceito de repetição na teoria lacaniana.

A repetição ganha em Lacan (1988 [1964]) estatuto de conceito fundamental, ao lado do inconsciente, da pulsão e da transferência. Sua definição da repetição parte da re-elaboração das proposições freudianas de 1920, numa recentralização em torno da repetição de forma indissociável da pulsão de morte. Para Lacan “o que se repete é o que separa a ausência da presença, o *Fort* e o *Da*, isto é, o corte” (Lachaud, 1997, p.237), explícita referência ao momento inaugural da constituição subjetiva no *vel da alienação*²⁴ e à instalação do traço unário no inconsciente. O corte, momento da separação, cessa a identificação alienante, instaura a falta e permite o desejo. Respondendo ao mecanismo fundamental de busca pelo reencontro do objeto perdido, de “fazer ressurgir este unário primitivo” (Lachaud, 1997, p.238), a repetição repete um fracasso que atesta, reafirma o impossível do gozo da *Coisa*.

Para Lacan a repetição não é mera reprodução, ao contrário, ela é movimento, “pulsão que subjaz à busca de um objeto, de uma coisa (*das Ding*) sempre situada além desta ou daquela coisa particular e, por isso mesmo, impossível de atingir” (Roudinesco e Plon, 1998, p. 658). Desta forma, Lacan – no primeiro aspecto indicado a seguir, tanto quanto Freud – postula a repetição como fundadora do pulsional e avalia a presença do novo, do não-idêntico na mesma. Este caráter de não redução à reprodução, ao mesmo, está articulado à proposição lacaniana de pensar a repetição em duas vertentes: a do simbólico,

²⁴ A expressão, já trabalhada no primeiro capítulo desta tese à p.42, é usada na teoria lacaniana em referência à relação entre a mãe e a criança, relação através da qual se processa o trabalho de causação do sujeito, trabalho composto por duas operações: a *alienação* e a *separação*. Recordo ao leitor que o momento da *alienação* é aquele em que a criança é tomada na demanda pulsional materna como objeto, momento que deve ser temporário e seguido pelo tempo da *separação*, tempo onde a criança já não mais ocupa o lugar de objeto para a demanda materna. Com o advento da separação, da queda da criança do lugar de objeto, há a inscrição no inconsciente do representante psíquico da pulsão, inscrição da *falta em ser* o objeto ou inscrição do traço unário.

automaton, da insistência dos signos na cadeia discursiva, e a do real, *tiquê*, considerada a verdadeira repetição no sentido de ser aquela que origina o repetir, desencadeando, então, a insistência dos signos.

No que se refere aos desdobramentos desta abordagem lacaniana da repetição para o tratamento analítico, é possível dizer que o já referido estatuto de conceito fundamental ganha no manejo transferencial toda a sua potência. Para Freud, após 1920, a repetição passa de mero obstáculo ou erro no tratamento para a condição de fracasso fundamental, fracasso que julga intransponível e, portanto, limitador do tratamento (Lachaud, 1997). Por sua vez, Lacan vislumbra no *fim freudiano*²⁵ a própria essência do tratamento analítico, uma vez que a clínica psicanalítica é para ele uma clínica do Real. Ou seja, se o trabalho analítico se reduzir ao simbólico ele estará fadado ao sentido, à imaginarização, elementos já abundantes e promotores de sofrimento na neurose. Assim, o terminável de uma análise para Lacan está exatamente na possibilidade do reconhecimento do Real, do impossível, findando, ainda que temporariamente, a busca neurótica de desconhecimento ou superação do mesmo. Comportar o Real na clínica também equivale a considerar o movimento da repetição como fundamental no relançamento e atualização do campo pulsional na transferência; afinal, é a repetição que possibilita a insistência da cadeia significante e, portanto, viabiliza o encaminhamento discursivo na transferência.

Portanto, temos a repetição como fundadora do pulsional e associada ao próprio movimento da pulsão, engendrando o novo nesta busca pela *Coisa*. Sendo assim, a repetição, tanto quanto a *Coisa*, situa-se num “fora do significado” e é “anterior a todo o recalque”; e mais: em sua própria essência está a possibilidade de satisfação pulsional. Esta caracterização da repetição em Lacan, inevitavelmente, remete ao conceito de sublimação no mesmo autor, no qual a satisfação sublimada se dá a despeito do recalque, numa suspensão do mesmo e na busca pela *Coisa*. Como já assinalado, ao circunscrever a sublimação no centro da economia libidinal e numa direta relação com a *Coisa*, Lacan estabelece uma articulação deste conceito com o “fora do significado”, e

²⁵ Alusão ao texto freudiano *Análise terminável e interminável* de 1937 (Freud, 2007 [1937]), onde o fim de análise está atrelado ao insuperável da castração e ao fracasso da repetição.

interpreta o “sublimando-se desde o começo” da formulação freudiana de 1910²⁶ como indicativo da associação da sublimação aos primórdios da organização psíquica – portanto, conclui-se, também atrelada à repetição como fundadora do pulsional.

A respeito desta localização da sublimação no início da organização psíquica e enlaçada à repetição, é necessária a remissão ao texto de Jean Hyppolite (1998)²⁷, sobre o artigo freudiano *A negação*²⁸ de 1925, no qual enuncia identificar em Freud a possibilidade de associar a sublimação à gênese do pensamento através do movimento denegatório²⁹. Antes de passar ao desenvolvimento de Hyppolite sobre o artigo freudiano em questão, evoco os elementos deste último que se aplicam à discussão aqui estabelecida.

Neste trabalho de 1925, *A negação*, Freud formula que uma afirmação construída negativamente na transferência é expressão do inconsciente em sua forma invertida; assim, quando o paciente nega uma idéia ou lembrança, devemos considerá-la como verdadeira, pois tal negação comporta uma afirmação velada. A explicação deste processo é estabelecida por Freud nos seguintes termos: o conteúdo recalçado pode tornar-se consciente desde que seja negado, pois esta negação gera uma espécie de suspensão, de cancelamento do recalque, mas sem a aceitação consciente do recalçado, produzindo uma separação entre o intelectual e o afetivo³⁰.

Na seqüência do texto, Freud rastreia as origens deste mecanismo, associando-as à formação do juízo e do pensamento, no estabelecimento das realidades psíquica e exterior. Para ele, as afirmações primeiras do psiquismo são

²⁶A referência é ao texto *Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci* e está explicitada e comentada neste mesmo capítulo, à p.63

²⁷ Este texto intitulado *Comentário falado sobre a Verneinung de Freud* está incluído como *Apêndice* nos *Escritos* de Lacan (1998, p.893 – 902), dada a relevância atribuída por ele à contribuição de Hyppolite neste artigo. É a propósito das colocações de Hyppolite que Lacan se compromete a trabalhar posteriormente sobre o conceito de sublimação.

²⁸ Freud (2007 [1925]), v.XIX, *La negación*; na ESB (1996 [1925]), v.XIX, *A negativa*

²⁹ Hyppolite diz preferir traduzir *verneinung* como denegação por não se tratar “da negação de alguma coisa no juízo, mas de uma espécie de julgar ao contrário” (Hyppolite, 1988, p. 894).

³⁰“Por tanto, un contenido de representación e de pensamiento reprimido puede irrumpir en la conciencia a condición de que se deje *negar*. La negación es un modo de tomar noticia de lo reprimido; en verdad, es ya una cancelación de la represión, aunque no, claro está, una aceptación de lo reprimido. Se ve cómo la función intelectual se separa aquí del proceso afectivo.” (Freud, 2007 [1925], v.XIX, p.253-4; Freud, 1996 [1925], v.XIX, p.265-6)

estabelecidas através do que é introjetado como bom, constituindo os representantes de coisa, no fugaz momento em que a vivência de ser objeto para a demanda alheia pode ser significada como boa. Não estando mais o encontro entre demanda pulsional e objeto na ordem de uma valência positiva – caracterizando um mau encontro no qual este objeto já não mais satisfaz tal demanda – a negação destas afirmações primeiras produzem o que fica de fora, o que é excluído do campo representacional, o que cai como resto e escapa à simbolização, validando os representantes de coisa como sendo da ordem do simbólico. Em seguida, o eu-realidade definitivo (*Real-Ich*) pode iniciar sua infindável busca pelo reencontro do objeto miticamente perdido, viabilizando o investimento em objetos da realidade que possam representar, sempre temporariamente, o objeto primordial.

Freud ainda associa Eros, *pulsão de vida* em seu potencial unificador, ao movimento inicial das afirmações e introjeção do bom, e a pulsão de destruição, *pulsão de morte*, ao excluído, ao ruim que fica de fora da representação no psiquismo. Se o mau encontro não se instala, se não há negação, exclusão, se a pulsão não se fecha em seu circuito, haverá prevalência do sujeito no lugar de objeto, equivalendo à devoração e apagamento subjetivos. Desta forma, a *pulsão de morte* está postulada como criadora, promotora de movimento para a organização do psiquismo, e não como sinônimo de destruição.

Por sua vez e a pedido de Lacan, Hyppolite (1998, p.895) faz uma leitura do referido texto freudiano à luz da dialética hegeliana³¹, enfatizando que o termo *Aufhebung*³², empregado por Freud, comporta, ao mesmo tempo, a idéia de negar, suprimir e conservar e, “no fundo, suspender”. Trata-se de uma suspensão do recalque sem que este seja suprimido, sem que haja aceitação do recalcado; aliás, o recalque subsiste através da não aceitação. Esta formulação indicaria uma apresentação do ser pela maneira de não sê-lo: *apresento o que eu não sou*, afirmação sustentada pela negatividade. Como observado acima, no

³¹ A dialética hegeliana é fundamentada na negatividade, a qual é responsável pelo devir criativo do homem e por seu acesso à sabedoria (Wine, 1992). Para Ferrater-Mora (2000), a dialética em Hegel significa o momento negativo de toda realidade e é a dialética que torna possível o desenvolvimento, o amadurecimento e a realização da realidade.

³² O termo é familiar para Hyppolite a partir da filosofia de Hegel, na qual era um grande especialista. Wine (1992) destaca este termo como fundamental em Hegel para relativizar a negação, em virtude de ele apontar para a manutenção do negado enquanto negado, para a transformação sem a aniquilação completa.

texto freudiano a negatividade e a pulsão de morte assumem um caráter de movimento que permite a gênese do psiquismo. Em termos lacanianos, este movimento instaura, concomitantemente, o real como o impossível de inscrição e, portanto, como o que fica de fora do aparelho psíquico, e o simbólico como o traço, marca do registro pulsional no inconsciente.

Quanto à já indicada associação, feita por Hyppolite, entre a sublimação, a denegação e o nascimento do pensamento, é possível afirmá-la como fundamentada na premissa freudiana sobre o intelectual originar-se de uma separação do afetivo, ou melhor, o intelectual ser efeito da suspensão do conteúdo afetivo por meio do processo denegatório. A este caráter de suspensão presente na denegação e na gênese do intelectual, estaria enlaçada a sublimação, sendo esta última identificada à própria suspensão que gera o intelectual³³. Desta forma, temos a sublimação vinculada aos primórdios da organização psíquica – portanto, à fundação do pulsional – do aparelho psíquico e, conseqüentemente, do sujeito. Sobretudo, temos a sublimação associada à produção do intelectual e, portanto, à criação. Nesta direção, Wine (1992) propõe que a sublimação seja compreendida como responsável pela estruturação e expansão do psiquismo na medida em que ela viabiliza o uso da pulsão dentro do mesmo. Assim, a satisfação sublimada se daria pela redução da tensão não pelo escoamento da energia pulsional para fora do aparelho psíquico, mas pelo uso da mesma na estruturação e ampliação deste aparelho³⁴. Este pensamento segue na direção de articular a sublimação com a singularidade do sujeito.

³³ Entendo que Hyppolite faz esta formulação a partir do texto freudiano de 1910, *Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci*, onde a sublimação é “desde o começo” atrelada à pulsão de saber e, portanto, à gênese do pensamento. Na p.63 deste mesmo capítulo o leitor pode recuperar a citação freudiana em questão, assim como os comentários tecidos sobre a mesma.

³⁴ “Neste ponto do percurso, esperamos poder sustentar que a essência da sublimação é a capacidade cada vez maior que o psiquismo tem de utilizar a energia que o invade para se expandir e se estruturar. Ao deter partes desta energia, ao invés de escoá-las para fora, o psiquismo se estrutura e se amplia. O aparato complexifica-se cada vez mais e, ampliando-se suas redes, aumenta sua tolerabilidade e suportabilidade em relação à tensão que a energia pulsional causa. A satisfação sentida na sublimação não se dá por conta da descarga da energia pulsional para fora do aparato psíquico e da conseqüente diminuição da tensão; a satisfação “outra” que a sublimação ocasiona é sentida por redução da tensão e da pressão dentro do aparato psíquico. Essa redução ocorre porque a energia, em parte, é convertida em energia que estrutura e amplia o próprio aparato e o que resta é mais bem distribuído nas redes mais complexas, perdendo sua intensidade.” (Wine, 1992, p.97-8).

No meu entendimento, estas formulações permitem pensar numa sempre possível expansão do psiquismo, uma vez que não é viável reduzirmos a sublimação apenas aos primórdios da existência humana. Esta idéia é reafirmada pela articulação da sublimação com um sujeito singular, sempre diferente, e abre as portas para os caminhos que venho delineando desde o início desta tese sobre a presença do sujeito no ato criativo via sublimação. Expansão e ampliação podem ser interpretadas como movimento na direção do novo, movimento pulsional associado à repetição que não reproduz, mas produz. Produz, sempre, uma nova possibilidade de existência para o sujeito através da reafirmação do gozo impossível da *Coisa*. A sublimação é também, e por excelência, uma via de produção onde o sujeito pode advir através do ato criativo.

E ainda proponho, formalmente, como questão: seria a sublimação uma espécie de alternativa à repetição, na medida em que esta última põe em ato o Real enquanto que a primeira pode comportá-lo com o suporte do imaginário no ato criativo? Em outros termos, *a sublimação eleva à dignidade da Coisa e a repetição expõe – pondo em ato – a face de horror da Coisa*.

2.2.4. Reafirmações

Dando continuidade aos comentários sobre o texto lacaniano em questão, destaco um trecho onde, a título de complemento, como uma “curiosidade sobre a sublimação” (Lacan, 1997 [1959-60], p.198), Lacan aponta um paradoxo da sublimação ao afirmar que a mudança de objeto não necessariamente faz desaparecer o objeto sexual no processo sublimatório. Para tanto, faz referência aos textos literários que apresentam alusões explícitas ao sexual, nos quais o objeto sexual emerge e se destaca, sem por isso deixarem de caracterizar uma via de sublimação, mesmo que distante do sublime no sentido do nobre e afastado do sexual.

A dimensão deste comentário, feito como que de passagem, vai muito além de uma simples curiosidade. Em primeiro lugar, é possível nele identificar mais um argumento a respeito da discussão, desenvolvida algumas

linhas atrás, sobre o destaque atribuído por Lacan à mudança de alvo na sublimação: a satisfação é desviada em seu alvo, mesmo não desaparecendo o caráter sexual do objeto. Por outro lado, é incontestável que com este apontamento Lacan leva às últimas conseqüências o posicionamento de que na sublimação a satisfação permanece na ordem do sexual, mas num campo do *gozo suplementar*, e não do *gozo fálico*. Assim, está soterrada a problemática em torno de uma suposta dessexualização da pulsão a partir do acréscimo de que nem mesmo em relação ao objeto exista uma necessária dessexualização na visada sublimatória.

Isto posto, é preciso esboçar um questionamento a respeito da segunda parte do enunciado, já formulado neste texto à guisa de síntese, a respeito da temática da dessexualização da pulsão na teorização freudiana da sublimação, a saber: *o sexual está na origem e se mantém presente na sublimação, a dessexualização se dá em relação ao objeto*. De qualquer forma há uma mudança em relação ao objeto, pois, obviamente, a presença do sexual no texto ou em qualquer outro tipo de obra não equivale ao objeto sexual propriamente dito, mas sim consiste numa representação ou alusão ao mesmo. Ressalta-se que a possibilidade de tal presença estar explicitada também pelo objeto na via sublimatória é marca confirmadora do sexual em sua origem e processo. Também é viável identificar neste breve comentário o elemento central em torno do qual Lacan desenvolve o resgate do conceito de sublimação a partir de Freud, pois, não havendo necessariamente neste processo a presença do sublime no sentido do afastamento do sexual, delimita-se o distanciamento da sublimação em relação aos ditames de uma moral normatizadora e ainda a não-submissão do processo sublimatório ao adaptável e elogiável socialmente.

Localizo ainda alguns elementos importantes a respeito da sublimação apontados no *Seminário sobre a ética*, mas, por sua direta relação com as questões da criação, faço a escolha de abordá-los no capítulo a seguir, dedicado a desdobrar o tema da sublimação no que concerne ao ato criativo. Refiro-me ao tratamento dado por Lacan ao amor cortês, e sua relação com a arte como forma de sublimação, e, ainda à indicação da religião e da ciência também como vias sublimatórias, sendo exatamente a concepção da criação a partir do

vazio (*ex nihilo*) o traço comum a estes elementos. O leitor ainda vai se deparar nos dois capítulos subseqüentes com referências sobre a sublimação, oriundas dos seminários *A lógica do fantasma e O ato psicanalítico*, alocadas nestes capítulos também em virtude da articulação ao tema do ato criativo e da relação entre sublimação e final de análise.

Antes, porém, do terceiro capítulo, esboço uma síntese deste item, tal qual foi realizado a respeito do conceito de sublimação em Freud, com o intuito de produzir uma leitura esquemática da sublimação em Lacan, no afã de viabilizar integração e fluência do texto. De acordo com a essência da produção teórica em Freud, Lacan também situa a sublimação como uma particular forma de satisfação pulsional pelo fato de esta prescindir do recalque e ser desviada de seu alvo e de seu objeto sexuais. Entretanto, Lacan enfatiza o desvio em relação ao alvo, reafirmando o caráter de plasticidade do objeto pulsional e sublinhando a presença do sexual, do erótico na sublimação. Situada na ordem de um *gozo suplementar*, a sublimação transcende o *gozo fálico* e possibilita o desprendimento do sujeito do lugar de falo para o Outro.

Com a preocupação de demarcar a sublimação em sua íntima articulação com o campo pulsional e, ainda mais, no centro da economia libidinal, Lacan remete o processo sublimatório à *das Ding, a Coisa*, através da fórmula de elevação do objeto, pelas vias do imaginário, ao estatuto da *Coisa*. Desta feita, com o vínculo ao vazio da *Coisa*, ele situa a sublimação como anterior a todo recalque e independente dos ditames do eu e da vontade, primando por demonstrar a relevância deste conceito e sua não-assimilação a ideais adaptativos e normativos, ou ao desejável socialmente. Ao mesmo tempo, a articulação da sublimação à pulsão, sua localização nos primórdios da organização e estruturação do psiquismo e a ligação com a *Coisa*, que é marcada pelo que está de fora do campo representacional, vinculam-na ao Real e à repetição.

Indissociável da noção de pulsão de morte, a repetição é situada por Lacan como um dos pilares da psicanálise e definida, como vimos anteriormente (p. 88), em dois eixos: *automaton*, que marca a insistência dos signos na cadeia discursiva, e *tiqué*, relativa à instalação pulsional, produzida no

momento do corte, da separação, quando o Real se faz como impossível e valida o traço como representante psíquico da pulsão. Em Lacan, *tiqué*, a verdadeira repetição ou repetição diferencial, repete o impossível do gozo da *Coisa*, o corte, o reencontro sempre faltoso. E não é a sublimação exatamente a comprovação do vazio e do impossível da *Coisa*?

A sublimação é circunscrita por Lacan ao âmbito da ética psicanalítica, da responsabilidade do analista e, portanto, no eixo da clínica psicanalítica; aliás, tal qual acontece com o conceito de repetição no mesmo autor. Mais uma vez, e agora com maior evidência, as vias sublimatórias estão na direção pretendida pelo tratamento analítico, numa aproximação do sujeito ao seu desejo e na produção de laço social, através da possibilidade de satisfação pulsional de forma independente das distorções sintomáticas e do adoecimento neurótico. Se o fim de análise em Lacan aponta para o reconhecimento do Real, para o abandono do imaginário de totalidade e se a sublimação é de uma ordem que comporta o Real, que o viabiliza com o suporte do imaginário, tem-se uma aproximação entre fim de análise e sublimação.

Esta aproximação será discutida no capítulo conclusivo desta tese (capítulo 4), mas já adianto que não se trata de forçar o sujeito para a sublimação e, muito menos, de postular a sublimação como um ideal; aliás, espero ter sido clara a respeito da visada lacaniana de retirar da sublimação qualquer nuance de ideal normatizador e adaptativo. Feita esta oportuna e necessária ressalva, e destacadas as contribuições lacanianas para o conceito de sublimação, retorno às questões formuladas a partir da teorização em Freud na tentativa de respondê-las.

Parece possível relacionar a postulada “escassez” freudiana da sublimação com o fato de este autor considerar o limite do tratamento analítico associado ao intransponível da castração e ao fracasso imposto pela repetição. Afinal, se Freud entendia a sublimação como uma via de satisfação pulsional independente do recalque e num desvio de alvo e objeto sexuais, apontava já na direção de um para além do princípio do prazer e num para além do circuito fálico, e foram estes os caminhos trilhados por Lacan em sua concepção da sublimação. Mas o horizonte freudiano não incluía este além na categoria de um impossível a ser tomado como tal e assim considerado para efeito de fim de

análise – ao contrário, vislumbrava ali o limite da clínica psicanalítica e, talvez, fossem também estes os limitadores do processo sublimatório para Freud.

A partir deste raciocínio, é possível considerar que a idéia freudiana de uma espécie de escassez da possibilidade sublimatória teria em Lacan vias de ampliação pelo tratamento analítico? Enfatizo não se tratar de afirmar a sublimação como um equivalente à cura, as pessoas não deixam de fazer sintoma porque sublimam, não há uma troca de sofrimento por sublimação, não há ideal a atingir. Entretanto, a enunciada aproximação entre sublimação e o que concerne ao fim de análise em Lacan, indica que a sublimação pode ser alcançada pela análise; pode ser, formulação que assume conotação similar ao “talvez” freudiano, comentado neste mesmo capítulo, presente no texto *O eu e o isso*, de 1923, e indicativo da dependência para a ocorrência da sublimação de elementos não esclarecidos por Freud. Pergunto, por ora, se tais elementos não estão diretamente associados ao que de mais particular possa haver para um sujeito: a sua organização fantasmática, fruto de uma história singular.

Com este último comentário, mantenho a questão elaborada no final do item anterior sobre haver um outro tipo de escassez da sublimação nos dias de hoje, aquela atrelada ao perfil apático, de “cabeça reduzida”, do sujeito no contemporâneo. Contenho neste ponto os adiantamentos e grifo o retorno a estes aspectos aqui esboçados no capítulo final da tese. Proponho agora a continuidade do texto com a abordagem psicanalítica do tema da criação a partir de um recorte enfocando o ato criativo. Este próximo capítulo certamente agregará elementos muito relevantes à discussão da sublimação, para em seguida tecer o acabamento das amarras entre sublimação, ato criativo e sujeito.

Capítulo 3

Ato criativo o sujeito na sublimação

3.1. Ato criativo

Este capítulo é efeito de um desdobramento do conceito de sublimação e, ao mesmo tempo, de um recorte sobre o tema da criação¹, circunscrevendo neste momento a questão do ato criativo² como foco: trata-se, não me parece redundância enfatizar, de uma leitura psicanalítica, sempre de fundamentação freudo-lacanianana, sobre a questão em pauta. Havendo, explícita e intencionalmente, este caráter de desdobramento em relação ao capítulo precedente, devo alertar o leitor para a possibilidade de se deparar com elementos já esboçados antes. Entretanto, os mesmos ganharão neste momento um tratamento particular visando a delimitar a noção de ato criativo conforme as proposições psicanalíticas, sempre com o intuito de gradualmente tecer e enriquecer a discussão e os enlaces almejados para o capítulo final entre

¹ Segundo Ferrater-Mora (2000, Tomo I, p.608) o termo *criação* pode ser entendido, filosoficamente, em quatro sentidos: “1. produção humana de algo a partir de uma realidade preexistente, mas de forma que o produzido não se encontre necessariamente nessa realidade; 2. produção natural de algo a partir de algo preexistente, mas sem que o efeito esteja incluído na causa ou sem que haja uma estrita necessidade desse efeito; 3. produção divina de algo a partir de uma realidade preexistente, resultando então, de um caos anterior, uma ordem ou um cosmo; 4. produção divina de algo a partir do nada”. O primeiro sentido é o que usualmente se dá à produção humana de bens culturais, mas o mesmo esteve frequentemente ligado, ao menos na história da filosofia ocidental, ao terceiro e quarto sentidos, numa relação dialética entre criação a partir do preexistente e a partir do nada.

² A expressão é usada por Pommier (1990) com o intuito de demarcar o caráter de atividade presente na sublimação – e manifesto no ato de criar, na autoria de uma obra – em contraposição à passividade da produção sintomática. Esta argumentação será apresentada e discutida mais adiante, neste mesmo capítulo.

sublimação, ato criativo e sujeito – em especial no que tange às particularidades deste último na contemporaneidade

Este objetivo também sustenta a condição estabelecida de um recorte sobre o tema da criação, destacando do mesmo o que é de estrito interesse desta pesquisa, em acordo com sua orientação teórica e suas metas. A propósito, tanto pelo caráter de desdobramento, quanto pelo de recorte, a escolha da expressão *ato criativo*, tomada na acepção de atividade e presença de um sujeito no processo sublimatório, não se reduz a uma mera questão de estilo. Ao contrário, constitui uma referência ao âmbito desta pesquisa, demarcando o foco na singularidade, no que é da ordem do sujeito da psicanálise, sujeito que também se faz presente no e pelo ato criativo em virtude de seu caráter de não-alienação e viabilização de satisfação pulsional sublimada, pondo em cena o desejo inconsciente numa suspensão do recalque

Além do mais, o ato comporta o humano, não existe ato que exceda o humano e, portanto, este implica o sujeito, ainda que, paradoxalmente, por aparentes maneiras de não sê-lo, como ocorre, mesmo que de diferentes formas, nos atos falhos, nos atos sintomáticos, nas atuações, nos *acting out* e nas passagens ao ato³. Os atos falhos e sintomáticos, por definição, são a expressão metafórica de um desejo inconsciente à revelia do querer consciente; são *atos psíquicos*⁴, por serem fruto de uma intenção do sujeito do inconsciente.

Por sua vez, os termos *acting-out*, atuação e passagem ao ato, comportam semelhanças e especificidades em suas definições que merecem ser apontadas. O termo *acting out* foi adotado por psicanalistas ingleses para traduzir o que Freud denominou de *Agieren* – e não mais de *Akt* –, para designar a colocação em prática, e não em palavras, de pulsões, fantasias e desejos. Lacan faz uma distinção entre estas três possíveis modalidades em que o sujeito coloca algo em prática de forma impulsiva: a *atuação* é entendida como significativa, permitindo que o sujeito aí se identifique e se transforme. O *acting out* é uma

³ A partir do vocábulo freudiano *Akt*, propõe-se a existência de “uma *família conceitual* integrativa do campo semântico psicanalítico, a saber: *o ato falho em geral, o ato sintomático e causal, o acting-out, a passagem ao ato, a colocação em ato, o horror ao e do ato, a intervenção em ato e – last, but not least – o ato analítico.*” (Harari, 2001, p.45). Mais à frente retorno às idéias deste autor a respeito da noção de ato e, em especial, de ato analítico.

⁴ A expressão é usada por Freud em *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* de 1916-17.

demanda de simbolização, de interpretação, é assumida por um sujeito e dirigida a um outro sujeito. A *passagem ao ato* indica o não simbolizável, é um agir verdadeiramente impulsivo no qual o sujeito se vê confrontado e identificado com aquilo que ele é como objeto para o Outro; é ao mesmo tempo demanda de amor, de reconhecimento simbólico (Roudinesco e Plon, 1998 e Chemama, 1995). De qualquer forma, em graus e condições diferentes, temos a presença, ou a tentativa desesperada da presença, de um sujeito do inconsciente tanto nos atos falhos e sintomáticos, quanto em cada uma destas três modalidades de *Agieren*; ou seja, de alguma forma, o ato implica o sujeito, e assim também o é no ato criativo em seus enlaces com a sublimação.

Acrescento a este raciocínio que o termo *criativo* deve ser compreendido em uníssono com a presente idéia de ato, ou seja, no sentido daquilo que pode ser produzido, criado, de forma ativa por um sujeito nos trâmites da sublimação. Não há em tal concepção nenhuma necessária amarra com o campo da criação artística, das normas estéticas ou com o compromisso de gerar o diferente ou o inovador. Este posicionamento está contido na célebre formulação lacaniana, trabalhada no capítulo anterior, sobre a sublimação ser um mecanismo que “eleva um objeto à dignidade da Coisa” (Lacan, 1997 [1959-60], p. 140), pois sabemos tratar-se de *qualquer objeto* que possa adquirir a qualidade de representante da Coisa através da sublimação no ato de criar.

Para exemplificar este ponto, Lacan evoca uma lembrança que elege como representativa do que é “inventar um objeto numa função especial, que a sociedade pode estimar, valorizar e aprovar” (Lacan, 1997 [1959-60], p.142). O exemplo tem origem em visita à casa de um amigo, ao se deparar, numa época marcada por forte restrição econômica na França, com um arranjo feito com caixas de fósforos vazias encaixadas umas nas outras e assim dispostas no entorno da lareira. Lacan enfatiza que tal arranjo fez com que a caixa de fósforos deixasse de ser simplesmente um objeto e, em virtude da forma em que estava proposta, passasse a ser uma Coisa. É a revelação da Coisa para além do objeto numa promoção de satisfação que, nas palavras de Lacan (1997 [1959-60], p.144), “não pede nada a ninguém”.

Desprovido de qualquer compromisso com normas estéticas, com o grandioso e com qualquer tipo de utilitarismo, o criativo está na possibilidade da revelação ou da apresentação da Coisa a partir de um objeto. Com este enfoque, o original articula-se ao singular, às especificidades advindas da organização pulsional e da constituição subjetiva de cada um de nós, que, com o ato criativo, podem ganhar particular apresentação através da sublimação. Enfim, o que aqui se denomina ato criativo importa mais por seus efeitos de subjetivação sobre aquele que o produz do que pelas qualidades ou *status* do que é produzido. Dito de outra maneira, ainda que seja possível identificar aí um laço com o social e uma possibilidade de aprovação do social, tais elementos não são os definidores do criativo aqui em causa.

Ao mesmo tempo, tal concepção de criativo permite uma alusão à clínica psicanalítica, na qual, da parte do analista, o ato analítico comporta criatividade e, do lado do analisando, impulsiona o trabalho de elaboração. Esta elaboração, por sua vez, talvez possa encaminhar-se para o ato criativo, num entrelaçamento entre labor analítico e sublimação e, ainda, entre sublimação, ato criativo e subjetividade. A este respeito, Harari (2001, p.278) retorna sobre uma formulação de Lacan em *A lógica do fantasma* [1966-67], “segundo a qual *um fruto típico da situação analítica é a sublimação*”, enfatizando que a palavra “típico” se diferencia de exclusivo ou de ineludível. Haveria certo modismo, equivocadamente, que tenderia à idéia de a análise encaminhar o analisando para “uma aptidão nebulosa destacada como ‘criatividade’” (Harari, 2001, p.276). Podemos desdobrar estas afirmativas na direção dos parâmetros aqui indicados para a noção de ato criativo, enfatizando não se tratar do desenvolvimento de dons artísticos na sublimação ou no transcorrer analítico: não há na sublimação um compromisso com a criação artística.

Assim, antecipo e indico que a discussão mais abrangente deste ponto será ainda desenvolvida no próximo e último capítulo deste trabalho de tese: a condição de “fruto típico” não postula a sublimação como o equivalente ao fim de análise e, mesmo sendo possível traçar aproximações entre uma e outra, há necessárias ressalvas a serem feitas a este respeito, afim de que a sublimação não

seja tomada como um ideal a ser atingido pelo tratamento analítico ou por qualquer outro caminho.

A noção de ato analítico ganha destaque na teorização lacaniana⁵, e pode ser definida como “a intervenção do analista no tratamento, enquanto ela constitui o enquadramento do trabalho psíquico e possui um efeito de travessia” (Chemama, 1995, p.18). Tal definição está ancorada na compreensão de que o tratamento analítico deve ir além da deposição sintomática e viabilizar que o sujeito possa reposicionar-se subjetivamente, rompendo, verdadeiramente, com a estagnação e as amarras fantasiosas do gozo sintomático. Esta ruptura com uma modalidade de gozo sintomático, e sua conseqüente ascensão a formas de satisfação menos sofridas e distorcidas, é possibilitada, então, pelo trabalho analítico na medida em que ele favoreça uma retomada significativa tanto dos atos psíquicos quanto daquilo que é posto em ato. Desta forma o sujeito pode traçar seu percurso de atravessamento de sua organização fantasiosa e reposicionar-se, mais efetivamente, na qualidade de sujeito do desejo. Nas palavras de Lacan:

Si tenemos que introducir y muy necesariamente a nivel de psicoanálisis la función del acto, es en tanto que ese hacer psicoanalítico implica profundamente al sujeto. Que a decir verdad, y gracias a esta dimensión del sujeto que renueva para nosotros completamente lo que pude ser enunciado del sujeto como tal y que se llama el inconsciente, este sujeto en el psicoanálisis, es, como ya lo he formulado, puesto en acto. (Lacan, s.d [1967-68], p. 3)

No conceito de ato analítico estariam envolvidos os parâmetros definidores e norteadores da teoria e da clínica psicanalíticas, assim como a maneira como se processa o seu ensino. Não seria mais suficiente para abarcar as mudanças impostas à subjetivação em nossa época – e acrescento, também não ser mais possível após as contribuições de Lacan – delimitar a clínica psicanalítica exclusivamente ao campo do *Simbólico*, sendo necessária a inclusão do *Real* na transferência para a verdadeira superação de uma “hermenêutica

⁵ Lacan considera especificamente esta questão em dois seminários ainda não publicados oficialmente no Brasil: *A lógica do Fantasma* (1966-67) e *O Ato Psicanalítico* (1967-8).

interpretativa”.⁶ A noção de *ato* em Freud⁷ é explicitada no vocábulo *Akt*, e, lamentavelmente, foi obscurecida com a tradução para *ação*, feita por Etcheverry na edição da Amorrortu:

Quando falamos do ato analítico, ou do que é um *lapsus linguae*, ou do esquecimento dos nomes próprios, nada disso tem a ver com fenômenos referentes a movimento motor. A partir de uma etimologia antiga, *ato se acha muito ligado a ator* e autor é uma das acepções de ator. (Harari, 2001, p.43).

Nesta formulação, o caráter de autoria potencializa a idéia acima desenvolvida sobre a presença, ao menos em alguma medida, do sujeito nas variantes do ato. Em sua especificidade, o ato analítico deve apontar para o que é de uma ordem *novadora* que provém do ainda não-simbolizado, que se repete pela impossibilidade de inscrição ou de representação no psiquismo. Produzir algo novo a partir do que insiste como inapreensível pelo sujeito, dar forma a um campo pulsional que embora seja efeito de linguagem se localiza de forma exterior à mesma. Assim, o ato analítico é ato criativo e, inevitavelmente, remete à noção da Coisa, que está no centro do psiquismo, mas é exterior ao campo representacional que lhe constitui. Esta alusão à sublimação feita a partir do ato analítico, aproxima-a, mais uma vez, da noção de repetição e da clínica psicanalítica pelas vias da necessária presença do Real em cada uma destas questões.

Prosseguindo a argumentação que sustenta a afirmação do ato analítico como criativo, remeto-me ao conceito freudiano de *atenção flutuante*: o psicanalista deve escutar seu paciente sem privilegiar nenhum elemento do discurso, deixando que seu inconsciente entre em ação (Roudinesco & Plon,

⁶ “Francamente, *hoje em dia* o analista deve estar *advertido* das conseqüências oriundas do trabalhar de acordo com o Simbólico generalizado. Vejamos: a psicanálise – por meio da castração – tende a gerar seus próprios anticorpos. Por isso, somente uma clínica onde a transferência compreenda um alcance novadoramente Real, onde os esforços do analista possam transcender a hermenêutica interpretativa e onde, finalmente, seja possível a implementação de atos analíticos não regidos pela exclusiva “neutralidade valorativa”, por tudo isso, a dita clínica psicanalítica poderá ser capaz de enfrentar – a meu juízo – os desafios propostos pelas mudanças de época aos posicionamentos subjetivos (mudanças de época também determinadas, como está dito, pelo exercício ativo de nossa doutrina).” (Harari, 2001. p.22-3)

⁷ A referência feita por Harari (2001) é à quarta conferência das *Conferências de Introdução à Psicanálise* (Freud, 2007 [1916-1917 (1915-1917)]), onde Freud trata do ato falho.

1998). Para que esta regra fundamental possa se efetivar, Freud (2007 [1911-1915 (1914)]) em várias passagens de sua coletânea de *Artigos sobre a técnica psicanalítica* recomenda como necessária a suspensão da subjetividade, do interesse de pesquisa e do raciocínio do analista no ato da escuta: todo trabalho teórico e intelectual deve ser feito fora da sessão do paciente. Se a escuta analítica se dá a partir do inconsciente do analista, assim também o será a interpretação, uma vez que esta só pode se estabelecer através da primeira.

Seguindo o raciocínio acima enunciado, é possível dizer que o trabalho interpretativo, logo, todo ato analítico, irrompe subitamente no analista, que é ultrapassado por seu enunciado e/ou por sua ação; entretanto, são palavras esperadas no contexto e na seqüência das sessões (Nasio, 1999, p.143). Sabemos ser a psicanálise um tipo de *práxis* construída a partir de seus achados e, portanto, assim também se dá a interpretação psicanalítica. Esta afirmativa está fundamentada no fato de a teoria e a clínica psicanalíticas serem, desde sempre, construídas a partir da prática clínica. Para apontar o caráter de imposição da interpretação ao analista, Fontanele (2002) relembra a apropriação feita por que Lacan, a propósito da sublimação, da frase de Picasso: “Eu não procuro, acho” (Lacan, 1997 [1959-60], p.149). Apesar de não explicitar em seu texto uma aproximação entre o ato analítico e a sublimação, vislumbro aí esta possibilidade, na medida em que referencia em Lacan um ponto a respeito da sublimação e o associa ao trabalho interpretativo. Dito de outra maneira, uma vez que a sublimação contempla o ato criativo – o que será desenvolvido logo a seguir neste capítulo – parece-me possível reler o posicionamento da referida autora como uma alusão ao ato analítico como ato criativo.

Delineada a noção de ato criativo, sobre a qual versa este capítulo, e reafirmados os objetivos e a ótica desta pesquisa, convido o leitor a me acompanhar no desenvolvimento das questões pertinentes ao duplo movimento de recorte e desdobramento aplicado à criação e à sublimação.

3.2. Ato criativo e sublimação

De início, uma questão singela, mas necessária: é possível definir o ato criativo sem o equivaler à sublimação? Afinal, ambos foram trabalhados conjuntamente desde o início: o tema da criação foi abordado por Freud através do conceito de sublimação, sendo que a própria concepção deste mecanismo envolvia a busca de compreender e explicar a criação humana. A despeito desta explícita intenção de apreender os caminhos da criação humana, uma série de enigmas foi lançada, não sendo possível localizar na obra freudiana uma clara concepção sobre a criação. Na verdade, como já assinalado no capítulo anterior, ficaram em aberto algumas questões sobre a sublimação e a criação, que também interrogaram Lacan e o impulsionaram para as suas contribuições a este respeito.

Mas as lacunas na teorização freudiana sobre a sublimação não nos impedem de localizar em suas formulações um claro enlace entre sublimação e criação e uma leitura do ato criativo como subjugado em alguma medida ao eu e comprometido com a aprovação da cultura, com o socialmente elogiável. Por sua vez, a criação adquire, com Lacan, proporções ainda maiores no campo da sublimação: é com o ato criativo que o objeto ganha a possibilidade de representar a Coisa. Portanto, o ato criativo é essencial à sublimação, e a sublimação está na essência do ato criativo, que se dá a partir do nada, do vazio e sem nenhuma intermediação do eu. É também com Lacan que o ato criativo é situado mais claramente num distanciamento da utilidade e das grandes obras; criar não é exclusividade dos gênios e não está, necessariamente, comprometido com uma função ou com uma moral social.

A despeito dos avanços lacanianos, ou talvez por causa deles, as questões sobre a criação e o processo sublimatório não cessam de convocar aqueles psicanalistas que, como eu, em algum ponto de sua transferência para com a teoria e/ou a clínica, se deparam com aspectos relativos ao tema, atualizando os questionamentos formulados a partir dos ensinamentos freudianos e lacanianos. Então, do que depende a possibilidade sublimatória ou o que leva o sujeito a criar? Se Freud já indicava a sublimação e a criação como raras, o que

dizer de suas possibilidades nesta atualidade marcada pela apatia, dessubjetivação e pela “redução do espírito ou das cabeças” (Dufour, 2005)? E, por outro lado, se um final de análise pode levar a um encaminhamento sublimatório como seu “fruto típico”, teríamos hoje no tratamento analítico, mais do que nunca, uma via de trabalho possível para minimizar essas funestas manifestações subjetivas do contemporâneo através de uma possível potencialização do ato criativo?

As interrogações fomentam o movimento desta pesquisa na direção de suas metas, e a continuidade deste percurso demanda delimitar a noção psicanalítica de criação, nos seus contornos do ato criativo, de acordo com as proposições freudianas e lacanianas. Em resposta à questão inicial deste item, sobre as dificuldades de diferenciação entre ato criativo e sublimação, é evidente que sublimação e ato criativo estão intimamente relacionados. Entretanto, a sublimação é uma hipótese teórica, é um mecanismo psíquico e se refere a uma forma possível de satisfação pulsional; por sua vez, o ato criativo aproxima-se de uma noção, e pode ser definido como o que dá forma ao processo sublimatório, é no ato criativo que a sublimação é consumada e é passível de visualização; é também pelo ato criativo que a sublimação pode exercer algum tipo de efeito sobre a cultura – eventualmente, num favorecimento do laço social.

Como há pouco observado, ainda que Freud tenha buscado dar conta da criação humana através do mecanismo sublimatório, ele não esboça uma teoria sobre a criação, uma vez que sua construção do próprio conceito de sublimação também não se efetivou de maneira clara. É exatamente em seu texto sobre um gênio criador das artes e da ciência (*Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci*, de 1910) que se encontra uma de suas abordagens mais diretas sobre a sublimação, evidenciando as amarras sugeridas pelo autor entre ato criativo e sublimação. Neste artigo, uma definição de criação é esboçada pelo desdobramento do que é formalizado com o conceito de sublimação; assim, o ato criativo em Leonardo da Vinci é entendido como efeito do mecanismo sublimatório, propiciando uma forma de satisfação ainda sexual, desviada do alvo e objeto sexuais e por vias distintas daquelas propostas pelo recalque.

Freud aposta que o ato criativo em Leonardo articula-se com sua organização fantasmática, marcada por uma presença materna excessiva e

erotizada e por uma função paterna pouco eficaz. Essa presença maciça de um Outro é reencontrada por Freud em elementos figurativos que se repetem em algumas das obras do pintor italiano, como o sorriso enigmático do qual não se sabe o que esperar, o dedo que aponta para algo fora do campo de visão e que também se conforma em enigma, as pernas que se confundem e impedem uma nítida distinção entre os corpos. Uma formulação possível a este respeito, viabilizada pelas contribuições lacanianas ao conceito de sublimação, seria identificar os elementos repetitivos e indecifráveis como a marca de uma incessante busca por dar forma ao inapreensível pelo sujeito, ao que escapa à simbolização, ao que se apresenta como o Real; assim, criar seria um caminho possível perante o Real.

Neste texto de 1910, Freud também interpreta as dificuldades do pintor em finalizar suas obras, tendo levado muito tempo em algumas delas e considerado outras como inacabadas, como a busca por um ideal, manifestada na ânsia pela perfeição. Talvez seja possível acrescentar à análise destas dificuldades a própria caracterização freudiana da sublimação como sendo um mecanismo raro e que necessita de uma espécie de ativação psíquica. A partir deste acréscimo, proponho, com o auxílio do pensamento laciano, uma aproximação dos elementos considerados e somados ao inatingível da *Coisa*. A sublimação pode ser rara, e o ato criativo também, porque em sua essência está a busca pelo impossível e inatingível associado à *Coisa*; a *Coisa*, este objeto perdido, embora nunca realmente possuído a não ser miticamente, sendo o seu reencontro fadado ao fracasso; a *Coisa*, furo no psiquismo associado à falta radical, falta de nada, ao vazio. A sublimação visa produzir uma obra elevada ao estatuto da *Coisa* e tal estatuto não é simples de se estabelecer (o que concerne a esta não simplicidade será analisado no próximo capítulo), dificultando o processo de criação.

Ainda em referência ao exposto no capítulo anterior, um outro importante aspecto para pensar o ato criativo a partir da teorização freudiana sobre a sublimação é encontrado no artigo *Introdução ao narcisismo* (Freud, 2007 [1914]), através do qual o eu é identificado como o promotor do retorno da libido sobre si mesmo e do redirecionamento para novos objetos não mais sexuais, tornando-se mediador do processo sublimatório e do ato de criar. A

satisfação narcísica obtida pelo retorno da libido sobre o eu é entendida como favorecedora da criação por viabilizar a possibilidade de uma satisfação ainda sexual através de objetos não mais sexuais e socialmente valorizados – ou seja, uma satisfação sublimada.

Lembro ainda que no mesmo artigo o conceito de ideal do eu ganha sua delimitação e lugar de destaque no desenrolar da sublimação e do processo de criação. O ideal do eu é organizado pela tentativa de recuperação do narcisismo perdido da infância (eu ideal), a partir das exigências externas ao sujeito, introduzidas pelos pais e seus substitutos sociais; externas ao puro campo imaginário do eu ideal, em articulação com as leis e, portanto, com o lugar do simbólico. Assim, através do estabelecimento de ideais simbólicos, é o ideal do eu quem direciona o investimento em novos objetos não sexuais e socialmente valorizados no processo sublimatório e assim viabiliza o ato criativo. O peculiar em tal processo é a possibilidade de produzir satisfação pulsional, em referência às exigências do ideal do eu sem que estas convoquem o recalque, via de regra, favorecido pelas mesmas exigências; ao contrário, nos trâmites da sublimação/criação concretiza-se um salto do recalque, uma satisfação pulsional apartada do recalque e, portanto, da lei da castração.

Em síntese, para o olhar de Freud, criar em suas amarras à sublimação é efeito de uma necessária intermediação do eu no investimento libidinal, sob a égide do ideal do eu e da conformação fantasmática, possibilitando ao sujeito uma via, alternativa à sintomática, de satisfação pulsional. Escapando ao recalque, à lei e à mediação simbólica, ainda assim, na teoria freudiana, o ato criativo comporta o desejo inconsciente, na medida em que nele se vislumbra a organização fantasmática do sujeito; a obra, fruto do ato criativo, estampa algo deste campo do desejo inconsciente do autor e convoca o público também a partir de seu desejo inconsciente. O belo comporta o sexual, mesmo que pelo despojamento da sexualidade.

Este posicionamento freudiano sobre a criação e, mais especificamente, sobre a criação nas artes é muito bem situado em uma das obras de Vladimir Saflate (2006). O autor considera problemáticas as relações entre psicanálise e arte, e recorre a Badiou para afirmar que a interação entre estes dois

campos, ao menos no discurso freudiano, se resume ao que a arte pode oferecer à psicanálise⁸. A leitura de Freud sobre as artes seria centrada numa espécie de legitimação do saber psicanalítico, pois o campo estético não impulsiona, como o faz o trabalho clínico, a produção teórica, apenas constata, exemplifica a teoria psicanalítica; assim, o mesmo sistema metapsicológico de apreensão e interpretação é igualmente aplicado ao material clínico e ao material estético. Por esta via, localiza-se em Freud “uma *procura arqueológica de sentido* que visa desvelar a racionalidade causal do fenômeno estético ao reconstruir uma espécie de texto latente que estaria obliterado pelo trabalho do artista” (Saflate, 2006, p.270). Com esta leitura, a psicanálise teria como proposta o desvelamento de uma verdade inconsciente que subjaz à obra, ou seja, seria guiada por uma hermenêutica interpretativa.

Por outro lado, seria possível identificar em Lacan duas modalidades distintas de relações entre psicanálise e arte. A primeira delas não se diferenciaria muito da proposta freudiana, pois “nos envia a uma interpretação do material estético como *desvelamento da gramática do desejo*” (Saflate, 2006, p.272). Seriam exemplos desta conceituação os comentários lacanianos sobre uma série de obras, nas quais se sobressai uma leitura centrada especialmente nos conceitos psicanalíticos de falo e Nome do Pai⁹. A segunda modalidade utilizada por Lacan na interface psicanálise e arte estaria estruturada “em torno do problema do estatuto próprio ao objeto estético em sua irredutibilidade” (Saflate, 2006, p.273). Entendo que tal irredutibilidade se refere à centralidade do Real na teorização lacaniana e na importância deste registro para o seu conceito de sublimação, desembocando numa especificidade da obra de arte que concerne

⁸ “Se nos restringirmos, por exemplo, ao recurso freudiano à estética, é difícil não seguir Badiou em sua afirmação: “A relação entre psicanálise e arte é sempre um serviço oferecido apenas à psicanálise. Um serviço gratuito da arte” (Badiou, 1998, p.18)” (Saflate, 2006, p. 269-70).

⁹ “O primeiro modo nos envia a uma interpretação do material estético como *desvelamento da gramática do desejo*. O comentário laciano sobre *A carta roubada* é, nesse sentido, paradigmático; mas devemos lembrar também das análises de Hamlet (Shakespeare), de *O balcão* (Genet) e de *O desperta da primavera* (Wedekind). Nesses casos, o material estético é tratado como *espaço de organização* de uma gramática do desejo pensada principalmente mediante os dois operadores maiores da clínica lacaniana: o Falo e o Nome do Pai. Assim, a arte aparece novamente como *campo legitimador* da metapsicologia.” (Saflate, 2006, p.272)

exatamente àquilo que está para além das possibilidades de simbolização e de compreensão reflexiva.

Trata-se da *elevação do objeto ao estatuto da Coisa*, ou seja, o objeto criado ganha ares do inapreensível ao invés de ser encarado como expressão de uma subjetividade. Ao contrário do depósito e reconhecimento no objeto da imagem do eu, este objeto criado pela sublimação “mostra o que resta do sujeito quando a fortaleza do eu se dissolve” (Saflate, 2006, p. 274). Caminho de subjetivação, o sujeito se apresenta no ato criativo não por seu reconhecimento nas vias imaginárias de identificação e organização do eu, mas sim naquilo que escapa ao universo simbólico. Nas palavras de Saflate (2006, p.274): “Em Lacan, a arte pode aparecer como modo de formalização da irredutibilidade do não conceitual, como *pensamento de opacidade*.”

Assim, numa subversão da proposição freudiana da intermediação do eu no processo de criação, não há para Lacan nada que comande o ato criativo, sendo o mesmo reposicionado a partir do vazio (*ex nihilo*) na medida em que a sublimação é definida em íntima relação com *das Ding*, a *Coisa*. A organização do eu é posterior à instalação da possibilidade sublimatória; esta última, como já apontado, está no centro da economia libidinal, numa relação direta com a *Coisa*, caracterizada como centro, furo em torno do qual se articulam as representações inconscientes sob a égide do princípio do prazer. Ocupando, portanto, um lugar decisivo para a sublimação, *das Ding* encontra-se fora do campo representacional e das leis que regem o funcionamento inconsciente, num para além do princípio do prazer, aproximando a sublimação e o ato de criar do movimento pulsional e, especificamente, do registro do Real, apartados dos ditames do eu e do mecanismo do recalque. Sublimação e ato criativo dão-se a partir do nada, do vazio, e não por intermédio do eu ou de qualquer manifestação de voluntarismo.

Desta forma, como propõe Lacan, não há no processo sublimatório viezes normativos e adaptativos. No criar e no sublimar não há comprometimento com a utilidade ou o elogiável socialmente, ambos podem adquirir algum tipo de função social. Entretanto, tal aspecto não lhes é inerente, tanto quanto não é inerente à pulsão a sujeição a qualquer tipo de ordem ou reconhecimento social na sua busca de satisfação. A aproximação sugerida por Lacan entre a sublimação

e o próprio circuito pulsional é deveras importante: afinal, é característico da pulsão o desvio em relação ao alvo, numa satisfação sempre parcial no contorno do objeto. E é exatamente no desvio, com a possibilidade de satisfação do sexual, que reside a essência da sublimação pela via do ato criativo.

Ainda em relação à criação como um processo a partir do vazio (*ex nihilo*), retomo a eleição e os comentários de Lacan sobre o exemplo do oleiro proposto por Heidegger, no qual é indicado que o vaso é construído em torno de um vazio. Em outras palavras, o vazio constitui a essência do vaso, pois este só pode ser vaso e estar pleno na medida em que contempla inicialmente o vazio; temos, portanto, o vazio no centro da criação. É interessante que Lacan descola do vaso seu caráter de utensílio, sua função, e o propõe como significante, cuja modelagem permite a delimitação de um furo em seu centro. Nesta perspectiva, o vaso é “um objeto feito para representar a existência do vazio no centro do real que se chama a Coisa” (Lacan, 1997 [1959-60], p.153). Criar um objeto possibilita a representação da *Coisa* num enredamento pelas vias do significante – representação que permite, concomitantemente, a aproximação e a manutenção da necessária distância da *Coisa*.

3.2.1. Arte, ciência e religião: ato criativo e sujeito.

No capítulo X do *Seminário sobre a ética*, onde “o problema da sublimação” é abordado, Lacan (1997 [1959-60]) retoma as três formas clássicas do processo sublimatório – arte, ciência e religião – para demonstrar que o vazio é determinante para todo e qualquer tipo de sublimação e de criação. A este respeito, Lacan enuncia que a arte sempre se organiza em torno de um vazio, como uma espécie de resposta ao mesmo; a ciência, pela rejeição deste vazio, num ideário de um saber absoluto; e, enfim, a religião, pela tentativa de evitar este vazio.

É possível falar em sublimação no discurso religioso quando este viabiliza a satisfação pulsional de forma direta, sem o intermédio do recalque e num desvio de alvo e objeto. Lembro ao leitor que em relação à classificação dos gozos, aquele que concerne ao discurso religioso – o *gozo místico* – está na mesma ordem de suplementariedade que a sublimação, ou seja, ambos pertencem ao campo do *gozo Outro* ou *gozo suplementar*. Contudo, não parece tão evidente localizarmos no discurso religioso o ato criativo. Há, sim, criação, no sentido da construção de um saber com o intuito de evitar o vazio – e no momento em que isto se efetivou, ou seja, no momento em que o discurso religioso é construído, poderíamos vislumbrar um sujeito e o ato criativo. Mas a partir de então não se verifica o movimento do ato criativo, tal qual é identificado nas produções artísticas e científicas.

No que se refere à arte como sublimação, acrescento aos elementos já desenvolvidos acima o fato de Lacan eleger como seu paradigma o amor cortês cantado em poesia. Nesta forma de criação poética, a mulher – denominada a Dama – é idealizada, desprovida de toda e qualquer realidade e, inalcançável, recebe uma descrição generalista que lhe priva da singularidade, do particular e possui ares de crueldade. É interessante isso ocorrer exatamente numa época em que a sexualidade não sofria um caráter eminentemente repressor; ao contrário, havia mesmo uma banalização da sexualidade e a mulher era desvalorizada socialmente e posicionada no lugar de objeto nas mãos do

homem. Tal fato parece suscitar uma leitura da necessidade de impor um distanciamento em relação a esta mulher excessivamente concreta, palpável e desvalorizada, distanciamento favorável à imaginarização via sublimação, numa elevação da mulher-objeto à *Coisa* (França Neto, 2007).

No amor cortês cantado em poesia, a mulher encarna uma representação da *Coisa* através da idealização, da inacessibilidade, da tentativa, via generalização, de situar *A mulher*¹⁰, inexistente, mítica, tanto quanto a *Coisa*. Simultaneamente ao fascínio, manifesta-se o horror à *Coisa*, representado pela crueldade da Dama em relação ao trovador, ou ainda presente nas trovas evocadas por Lacan, nas quais há referência explícita ao sexual caracterizado como abjeto e repugnante. Reproduzo a seguir parte do trecho do poema de Arnaud Daniel sobre o qual Lacan situa seus comentários sobre uma não-necessária mudança de objeto na sublimação e, muito menos, de uma mudança que implique o elogiável socialmente. Nesta trova, também é possível localizar o lado de horror convocado pela referência à *Coisa*:

Visto que o senhor Raimon – unido ao senhor Truc Malec – defende a dama Ena e suas ordens, estarei velho e esbranquiçado antes de consentir em tais requisições, donde poderia resultar uma tão grande inconveniência. Pois para “abocanhar esta trombeta”, ser-lhe-ia preciso um bico com o qual extrairia os grãos do “tubo”. E depois, ele bem poderia sair de lá cego, pois, forte é a fumaça que se desprende dessas pregas. Ser-lhe-ia bem preciso ter um bico e que esse bico fosse longo e agudo, pois a trombeta é rugosa, feia e peluda e nenhum dia se encontra seca e o brejo dentro é profundo: eis porque fermenta em cima a pez que dela sem cessar escapa, transbordando. E não convém que jamais seja um favorito aquele que ponha a sua boca no tubo. (Lacan, 1997 [1959-60], p.199)

Esta face de horror na alusão à *Coisa*, presente no que é criado pelo processo sublimatório, remete às formulações freudianas sobre os

¹⁰ A notação faz alusão ao aforismo lacaniano sobre a inexistência da mulher. Ttal aforismo articula-se à noção de que o feminino se organiza fora da lei universal fálica que funda o masculino, em que odos são castrados pelo fato de ao menos um ter escapado à mesma. Isso se dá pelo fato de a castração ser sofrida inicialmente pela menina como uma privação atribuída a uma mãe fálica, e tem por consequência a não implicação completa da mulher no gozo fálico e a não existência do universal *A mulher* (Chemama, 1995).

primórdios da organização do aparelho psíquico, no qual interior e exterior estão se constituindo através dos mecanismos de introjeção do bom e expulsão do ruim, vigentes no funcionamento do eu-prazer (*Lust-Ich*). Como já comentado no capítulo anterior, em seu texto de 1925, *A Negação*, Freud indica que as afirmações primeiras do psiquismo são estabelecidas através do que é introjetado como bom, constituindo os traços unários, representantes de coisa, no fugaz momento em que a vivência de ser objeto para a demanda alheia pode ser significada como boa. Quando o encontro entre demanda pulsional e objeto não está mais na ordem de uma valência positiva – caracterizando um mau encontro no qual este objeto já não mais satisfaz tal demanda – ocorre a negação destas afirmações primeiras e a produção do que fica de fora, do que é excluído do campo representacional, daquilo que cai como resto e escapa à simbolização, validando os representantes de coisa como sendo da ordem do simbólico. Na seqüência, o eu-realidade definitivo (*Real-Ich*) pode iniciar sua infundável busca pelo reencontro do objeto miticamente perdido, viabilizando o investimento em objetos da realidade que possam representar, sempre temporariamente, o objeto primordial.

No mesmo artigo, Freud associa Eros, *pulsão de vida* em seu potencial unificador, ao movimento inicial das afirmações e introjeção do bom, e a pulsão de destruição, *pulsão de morte*, ao excluído, ao ruim que fica de fora da representação no psiquismo. Se o mau encontro não se instala, se não há negação, exclusão, se a pulsão não se fecha em seu circuito, haverá prevalência do sujeito no lugar de objeto, equivalendo à devoração e apagamento subjetivos. É nesta possibilidade da presença de um Bem absoluto, possibilidade presente em todo relançamento pulsional, inclusive nos processos de sublimação e criação, que reside a face de horror na busca pela *Coisa*. Entretanto, com o ato criativo, a sublimação torna-se capaz de promover a elevação do objeto, da obra, do produto, ao estatuto da *Coisa*, e não o comprometimento do sujeito com o lugar da *Coisa*. Aí encontramos seu fascínio e valor para a economia psíquica.

Neste momento, remeto novamente o leitor ao trabalho de Pommier (1990), no qual ele relembra a célebre frase de Picasso, antes já referenciada por Lacan no livro 7, a respeito da origem de sua arte: “Eu não

procuro, acho”. Num outro momento, o pintor teria precisado, através da escrita, este seu pensamento: “A criação plástica é apenas secundária [...], o que conta é o drama do próprio ato, o momento em que o universo se evade para encontrar sua própria destruição” (Pommier, 1990, p.191).

A primeira frase de Picasso sugere a pré-existência daquilo que irá se constituir como obra e, mais, se há tal pré-existência, é possível interpretá-la como autônoma em relação ao sujeito, configurando a afirmativa lacaniana de que o eu não é intermediário do ato de criar. Entretanto, se este anterior vem à luz, ou somente ganha existência pelo ato de criar, é possível identificá-lo a um nada, “o que estava antes ainda não era nada e a obra permanece marcada por este nada que ela porta em seu centro” (Pommier, 1990, p.192). Anterior marcado pelo nada e atrelado, na segunda frase do pintor, à destruição, elementos alusivos à criação a partir do nada (*ex nihilo*), ao *Real* em Lacan e à pulsão de morte em Freud. Anterior associado a um drama secreto e que pode ser relacionado, como postulou Freud, à organização fantasmática, à própria constituição subjetiva e ao campo pulsional. Além do mais, vislumbra-se nesta formulação a importância do ato criativo, já que é através dele que o referido anterior adquire um contorno que lhe dê existência.

A segunda proposição de Picasso evidencia ainda mais a relevância do ato criativo, é por ele que a sublimação se efetiva, configurando o momento em que o sujeito emerge e garante um *quantum* de satisfação pulsional. A obra, postulada por Picasso como secundária, se reduz a produto, resultado que se apresenta como efeito, resto de um ato criativo. A elevação da obra à dignidade da *Coisa* é fugaz e se dá no exato momento do ato criativo. Esta característica de não-prioridade, atribuída à obra, possui estreita relação com o posicionamento lacaniano da destituição da obra de um *a priori* de utilidade; a obra não é produzida com o objetivo de trazer reconhecimento para seu autor ou de integrá-lo ou adaptá-lo ao social, ela não possui estas ou quaisquer outras funções. Afinal, ela é apenas secundária ao ato criativo.

No decorrer de suas reflexões, Pommier (1990, p. 193) propõe ainda uma necessária e interessante interrogação, da qual me aproprio neste momento: “Por que sublimar quando é possível fazer de outro modo?” Ora, se o

objeto e o fim sexual trazem algum prazer, por que desviar o caminho? Intimamente associado a tais questionamentos, encontra-se outro de Clara Cruglak (2001, p. 11): “De que depende que um sujeito, frente à irrupção do Real, frente a contingências dramáticas da vida, produza um sintoma, uma criação, uma anorexia, uma adição, uma lesão ou outra manifestação no corpo?” Ao mesmo tempo em que esta questão sugere a existência de uma diferença, ela também indica algo em comum nestas modalidades de lide com o *Real*. Neste caso, este comum não estaria associado a uma forma própria encontrada pelo sujeito, dentro de suas possibilidades estruturais, para garantir sua existência? *Sublimar pode ser um desvio necessário e possível, através do qual se efetiva a emergência de um sujeito no ato criativo.*

Com o intuito de desdobrar esses questionamentos, retorno ao conceito de pulsão e relembro sua relação com a constituição do sujeito. A psicanálise, em sua leitura sobre a organização subjetiva, considera como fundamental o lugar em que se é tomado pelo desejo parental. E assim, a partir das demandas maternas dirigidas à criança, se estabelece a chamada erogenização do corpo infantil, processo de sexualização do campo pulsional em função da criança ocupar, temporariamente, o lugar de objeto, de falo a completar o desejo do Outro. Num aparente paradoxo, ao mesmo tempo em que é necessário para o sujeito ocupar tal lugar mítico de completude, ele deve também deixar de ocupá-lo em função da constante e infundável circularidade das demandas maternas, bem como da interdição paterna em relação ao desejo da mãe. Este é o processo que culmina na organização estrutural e, portanto, nas estruturas clínicas com suas particulares modalidades de funcionamento subjetivo.

Assim, a produção sintomática pode ser interpretada como uma maneira do sujeito resistir à posição de objeto fálico para o Outro, ou seja, resistir à alienação, à submissão ao desejo deste Outro. Mas é necessário lembrar que o sintoma também comporta, de forma ambígua e imaginária, a satisfação da demanda que se supõe no Outro. As neuroses de borda ou neuroses com montagens fenomênicas, cuja conceituação também já foi trabalhada no capítulo inicial desta tese, são muito representativas desta resistência do sujeito frente ao que ameaça a sua existência, não mais através do sintoma, mas sim do fenômeno.

O fenômeno (pânico, bulimia, anorexia, adição, melancolização ou fenômenos psicossomáticos) é marca da aparição direta em ato ou no corpo do campo pulsional, já que este não se encontra efetivamente simbolizado. O sujeito *aparece* através do fenômeno, num ato de recusa e repugnância ao desejo do Outro, ao mesmo tempo em que se confirma existente através da posição de alienação que lhe é tão conhecida.

Em resposta ao seu próprio questionamento, Cruglak (2001) passa exatamente pela fundação do sujeito em seus primórdios da organização psíquica, lá onde o sujeito é efeito do corte que permite a instalação pulsional em suas duas vertentes: inscrição da representação pulsional, registro do simbólico e, o impossível de se inscrever, registro do *Real*. Retornando às formulações freudianas a respeito da gênese do psiquismo (v. p. 78 e 113) em que interior e exterior são fundados a partir da negação das afirmações primeiras, desenvolve suas proposições ao redor da temática da identificação e assim localiza a *Coisa*, lugar vazio, “como resultante da operação de Incorporação na primeira Identificação” (Cruglak, 2001, p.100).

Este lugar vazio, lugar da *Coisa* seria portador de uma potência, caracterizando o gozo do Outro como inexistente e viabilizando a entrada no gozo fálico. Em virtude de o sujeito dispor deste vazio da castração primordial é que ele poderia criar, criar como resposta a algo da ordem do Real; isto é, “dispor do vazio, neste caso, é poder fazer com a Coisa: *eleva o objeto à dignidade da Coisa*” (Cruglak, 2001, p.100). Entretanto, seria ainda necessário que o sujeito prescindisse do significante do Nome do Pai, que necessariamente se inscreveu para ser possível dispor de tal vazio, pois seria nesta renúncia que residiria a possibilidade de um novo significante advir no ato criativo. É necessário acrescentar que dispor do vazio não protegeria o sujeito das irrupções do Real, ou que tal disposição não teria necessariamente como efeito a criação.

Este último apontamento já foi indicado em mais de um momento desta tese, com o intuito de sempre reafirmar que sublimação e criação não estão na ordem de um ideal: sublimar não salva o sujeito do adoecimento e do sofrimento, criar não extingue ou anula o sintoma. Insisto: sublimar *pode ser* um

desvio do encaminhamento pulsional que permita a afirmação do sujeito no ato criativo: *vazio possível de se dispor, fruto típico a ser colhido*.

Como já indicado, o ato criativo via sublimação pode permitir ao sujeito distanciar-se de sua identificação fálica. Utilizando-se dos mesmos campos pulsionais que o aprisionaram, mas agora num desvio da alienação, a obra ocupa o lugar daquilo que se foi para o Outro, lugar de falo. Assim tem-se a dessexualização, na medida em que o corpo se liberta de sua posição fálica (Pommier, 1990). Portanto, a atividade do processo sublimatório presentifica-se na criação, pois ela se efetiva pelo ato, constitui um produto e é assinada – inversamente à passividade presente no sintoma que ao mesmo tempo constitui certo rechaço e mantém a erotização do corpo em nome do desejo do Outro. Posto isso, proponho a interpretação da frase de Picasso (“Eu não procuro, acho”) em uníssono com a de Lacan (“A sublimação eleva o objeto à dignidade da Coisa”), no sentido de que ambas fazem uma referência à pulsão – o que se cria já está lá como potencial e é fruto do efeito da linguagem, mas sem existência até que a sublimação via ato criativo lhe dê forma, uma forma que possa ter o efeito de representar a *Coisa*.

Harari (2001, p.277) apresenta uma definição para a sublimação a partir do ensino de Lacan, em especial sobre elementos de articulação entre os *Seminários 10 (A angústia [1962-63])* e *14 (A lógica do fantasma [1966-67])*, postulando o que se segue: a sublimação é “*a não sem (- φ)*”¹¹ enquanto a angústia é “*a sem (-φ)*”. Evoco tal formulação neste momento em virtude de considerá-la atrelada à questão e ao trabalho de Cruglak, que reproduzo novamente: “De que depende que um sujeito, frente à irrupção do Real, frente a contingências dramáticas da vida, produza um sintoma, uma criação, uma anorexia, uma adição, uma lesão ou outra manifestação no corpo?” (Cruglak, 2001, p.11). Parece-me que a hipótese de Harari (2001) sugere uma resposta na mesma direção apontada pela referida autora: onde falta a castração imaginária, onde falta a falta, o *a* aparece e o sujeito se objetaliza à mercê do desejo do

¹¹ A letra *a* é a notação usual na psicanálise lacaniana para a noção de objeto, a notação *(-φ)* indica o lugar da castração imaginária ou lugar da falta.

Outro: aí temos a angústia e seus possíveis desdobramentos fenomênicos. Entretanto, quando a castração pode ser preservada através de algum objeto, quando esse *a*, objeto criado, permite ao sujeito sua liberação da condição de objetualização, temos a sublimação: lugar onde a falta não falta exatamente por conta da criação de um objeto.

Esta relativa clareza sobre a presença e dinâmica do ato criativo e da sublimação nas artes parece, no entanto, se dissipar quando estes aspectos são situados no campo das ciências. Freud elege a ciência, em conjunto com a arte, como forma de sublimação. Lacan, embora retomando este enunciado freudiano, também considera, de forma paradoxal, o discurso científico como excludente do sujeito, e em busca da construção de um saber absoluto e pleno, de um domínio total do Real, de forma que nada escape ao conhecimento e à explicação. Sendo assim, a leitura lacaniana permite entender a ciência como uma tentativa de rejeição, ou de superação, do vazio. Então: como vislumbrar aí o processo sublimatório em sua elevação do objeto ao estatuto da *Coisa*, esta que é a marca por excelência do vazio? E, ainda, se o sujeito é excluído no discurso científico, em virtude deste ser constituído por um conjunto acéfalo de enunciados¹², se a subjetividade é avessa ao científico, se o universal deve se sobressair ao singular, como articular à ciência o ato criativo em sua emergência do sujeito?

É justamente nesta tentativa de rejeição do vazio que Lacan também situa a criação científica, tendo como centro o vazio. Afinal, é nesta busca, sempre fadada ao fracasso, de um tudo-saber, de uma eliminação do vazio que a produção intelectual se processa e pode sempre continuar a se dar, uma vez que a meta de superação do vazio não pode ser atingida. O engodo de completude presente do discurso científico acaba por se tornar motor da criação. Quanto ao sujeito, não se pode negar que, de alguma maneira, ele esteja presente quando há criação científica, pois é ele quem faz a ciência na produção de conhecimento, mesmo sem ser reconhecido como tal pelo ideário de dessubjetivação reinante no

¹² A expressão é usada por Lebrun (2004, p.53) ao indicar que “o desenvolvimento da ciência moderna abala o lugar da autoridade religiosa e produz um novo laço social, cujo motor, doravante, o que comanda, não é mais a enunciação do mestre, seu dizer, mas um saber de enunciados, um conjunto acéfalo de ditos.”

discurso científico. Ainda que o sujeito sofra o seu apagamento pelo discurso científico, em algum momento ele esteve ali, pois não há como elidir o inexistente, algo da ordem do desejo se presentifica e impulsiona o homem da ciência para sua produção. Assim, o ato de criar na ciência, quando se efetiva, não é menos sublime que na arte.

Entretanto, a título de ressalva à presença do ato criativo e da sublimação nas ciências, é necessário considerar a diferenciação entre a mera reprodução e replicação de saberes e técnicas e a genuína produção de conhecimento, esta sim marcada pelo ato criativo. A este respeito identificamos, com Lebrun (2004), três fases no percurso da ciência, sendo a primeira delas denominada de *discurso do homem da ciência*, em que, a despeito de um voto para o seu desaparecimento, a enunciação ainda se faz presente. O segundo momento do caminhar científico seria o do *discurso científico*, no qual os enunciados tornam-se autoridade em detrimento da enunciação, num fortalecimento da meta de apagamento do sujeito. Por sua vez, o atual e terceiro tempo da ciência – o *discurso técnico* – é caracterizado pela presença apenas dos enunciados e pela produção de objetos que são cada vez mais incorporados ao nosso cotidiano. É o momento do tecnocientificismo, onde a ciência se vê subjugada à técnica e celebra-se “a elisão da categoria do impossível e a perda de uma relação espontânea com o mundo” (Lebrun, 2004, p.64).

Num tempo em que a técnica ultrapassa a ciência, a reprodução impera sobre a criação, o sujeito do ato criativo é reduzido ao pesquisador anônimo; e este, numa ânsia de reconhecimento, contenta-se com uma existência mensurável pelos índices de impacto das revistas científicas nas quais deve publicar. É época, de *cabeças reduzidas*, e marcada por um particular esgotamento da capacidade intelectual, do julgamento crítico, da posição desejante do sujeito e, conseqüentemente, de sua possível emergência no ato criativo. Assinalamentos desta natureza alertam para a importância em nossos dias do resgate e favorecimento do campo sublimatório e criativo, pois estes produzem movimento na direção contrária à redução das cabeças: no ato criativo o sujeito se faz presente ao invés de sucumbir à crescente convocação ao apagamento, oferecida

pelo contemporâneo em suas diversas facetas, inclusive através do discurso científico.

A esta altura do texto, o leitor provavelmente estará de acordo com o estabelecimento de um elo associativo entre ciência e Universidade, considerando ser a última centrada na primeira; afinal, o discurso universitário é constituído em torno da ciência. Se, como afirmado acima, o discurso científico, ainda mais em sua atual vertente predominantemente técnica, trabalha na direção da produção de objetos e da exclusão do sujeito, a relação deste ideário científico com o âmbito universitário aponta para uma discussão sobre a criação na Universidade. Sem o intuito de enveredar por este caminho, pois então se conformaria um novo tema de pesquisa, faço apenas alguns apontamentos contemplando o assunto, dentre os quais o fato de não parecer errônea a qualificação do reduto acadêmico como mais favorável à reprodução do que ao ato criativo, à dessubjetivação do que ao engendrar do sujeito. A título de exemplo, permaneço no âmbito da predominância dos números nas avaliações efetivadas pelas instâncias reguladoras e fomentadoras de pesquisa e a tirania que tais algarismos passam a exercer sobre os pesquisadores: as metas propostas para as instituições e seus pesquisadores estão atreladas à redução do tempo de conclusão das pesquisas e ao aumento da quantidade de publicações em revistas científicas com altos índices de impacto.

De acordo com o percurso de análise desenvolvido até aqui, desloco o termo índice de impacto de seu contexto habitual e proponho pensá-lo em referência ao pesquisador. Cabe perguntar: o impacto destes números sobre o sujeito não seria paralisante, já que o ato criativo se efetiva através do campo pulsional e, portanto, num distanciamento da ordem da necessidade, dos imperativos exclusivamente racionais, das possibilidades de mensuração e de matematização? A este respeito, o site da Capes¹³ possibilita o acesso a um outro índice que pode ser somado a esta discussão: em média vinte por cento dos alunos ingressantes em cursos de doutorado não concluem seus trabalhos. Considerando as enormes dificuldades de acesso ao ensino superior em nosso

¹³ www.capes.gov.br O site oferece a consulta aos relatórios dos cursos de pós-graduação através do campo *estatísticas*.

país, em que, em média, apenas dez por cento da população atinge este nível de escolaridade¹⁴, parece representativo que vinte por cento dos tão poucos que avançam além da graduação desistam ou abandonem seus doutoramentos. Obviamente, muitos fatores podem ser relacionados a este índice, configurando diferentes interpretações para este dado: apenas enfoco, pela direção desta discussão, a anulação subjetiva causada pelo pouco espaço reservado na academia para o sujeito pesquisador, para a autoria e o ato criativo.

A despeito das adversidades presentes na educação brasileira de forma geral e do baixo índice nacional de escolaridade de terceiro grau, vivemos, paradoxalmente, um imperativo por títulos e especialidades¹⁵: esta é a ordem do mercado de trabalho que segue os moldes americanos, causando um empuxo para algum tipo de qualificação. O ideário liberal estabelece para as políticas educacionais uma relação diretamente proporcional entre os níveis educacionais e de desenvolvimento econômico de um país. Este pensamento é explicitado na Teoria do Capital Humano que ganhou força a partir da década de 60, associada à preocupação com o crescimento econômico e melhor distribuição de renda, e preconiza a educação como um investimento para rendimentos futuros, tanto no nível individual quanto social (Almeida e Pereira, 2000). A despeito da expansão de vagas no ensino médio e superior, principalmente após 1996, os níveis educacionais brasileiros permanecem entre os piores da América Latina, e a expansão educacional não se refletiu em crescimento econômico, diminuição das desigualdades e fluidez social. Tal constatação contraria as premissas liberais, em especial a Teoria do Capital Humano, e aponta que as mudanças apenas educacionais não são suficientes para um melhor desenvolvimento social (Tavares Junior, 2005).

Face a esta demanda mercadológica de qualificação profissional, temos a proliferação de cursos de graduação e especialização, e já estão em menor escala aqueles ofertados pelo Estado, sintoma de um tempo em que

¹⁴ www.mec.gov.br No site do Ministério da Educação é possível acessar o portal do INEP – Avaliações e Censo Educacional. Andrade e Dachs (2007) atestam um índice de 13% de matriculados no ensino superior brasileiro.

¹⁵ Existem países com níveis sócio-econômicos muito superiores ao Brasil, como é o caso dos países nórdicos ou da Austrália, que também possuem baixos índices de escolaridade de terceiro grau, onde a demanda de mercado de trabalho não é a da qualificação superior.

conhecimento e saber se transformam em bens, e a educação pode, então, ser claramente comercializada, a ponto de ser considerada atualmente como campo de investimento de capital estrangeiro.

Como falar em criação e sublimação nessas circunstâncias em que o sujeito nem ao menos está implicado no ato de estudo e de pesquisa, pois, muitas vezes, a busca pelo saber é reduzida à mera aquisição de titulação? Não há como negar a existência de um caráter alienante e de dessubjetivação presente nesta imposição pela busca de títulos e também na pressão por curtos prazos para as pesquisas e por elevados números de publicações. Por este prisma de análise, parece haver uma tendência à passividade e à alienação do sintoma no ambiente universitário, e não à atividade da sublimação. Sendo assim, sujeito e ato criativo não são presenças marcantes neste reduto.

É provável que o leitor esteja se perguntando, com toda a propriedade, a respeito do argumento, apresentado na primeira parte deste trabalho, que aproxima o processo sublimatório à produção de pesquisa, pois a construção do conhecimento é infundável e se dá no entorno de um vazio, tal qual a sublimação. Esta formulação não foi abandonada e tampouco desconsidero o fato de que é com este movimento que o novo se configura: o ato criativo presentifica-se na produção, na leitura singular que o pesquisador/autor pode fazer de seu campo de trabalho. O que está em questão não é a existência da possibilidade de sublimar e criar no mundo acadêmico, mas sim o quanto estas condições são pouco favorecidas no âmbito universitário.

Com as considerações traçadas até então, acredito ter atingido a meta, proposta para este capítulo, de desdobrar o conceito de sublimação na direção do ato criativo, vislumbrando no processo sublimatório, como autor da criação, o sujeito. Sendo a sublimação uma via de satisfação que prescinde do recalque, a passividade sintomática é suplantada pela atividade do movimento pulsional que pode ganhar forma no ato criativo, momento no qual o sujeito se presentifica como autor no ato de produção de sua obra. Ato este que se efetiva a partir e ao redor do vazio, numa íntima relação com *das Ding* – furo central e originário na constituição subjetiva – e sem intermédio do eu ou compromisso

com uma moral. Sublimação e criação não estão subjugadas ao aceitável ou ao socialmente adaptável, e sim amarradas ao sujeito naquilo que ele tem de mais íntimo e, ao mesmo tempo, inapreensível.

Retomo a afirmativa de que o mecanismo sublimatório não é uma panacéia para salvar o sujeito do adoecimento, mas sim uma via de expressão e satisfação com a qual o sujeito, eventualmente, pode contar – via que se constitui como caminho ou campo de subjetivação, e não apenas como reflexo de uma subjetividade latente. Interessa agora problematizar, de forma mais aprofundada, as condições associadas a esta eventual possibilidade sublimatória e, particularmente, como tais condições têm sido afetadas na contemporaneidade. Em tom de adiantamento e provocação do leitor, enuncio que o sujeito no contemporâneo não está muito habilitado a dispor do vazio que deveria constituir-se como fundamental em sua existência. Estando a castração menos assegurada, é ainda mais difícil que este sujeito possa prescindir do significante do Nome do Pai, uma vez que ele não se encontra bem estabelecido. Se nem mesmo o trânsito pelo campo do gozo fálico está garantido, é difícil pensar em sua suplementação no campo do gozo Outro e, portanto, vislumbra-se atualmente uma escassez, ainda maior do que aquela enunciada por Freud em 1910, da sublimação e do ato criativo.

Também é mote neste momento o avanço na argumentação sobre proximidade e diferenças entre fim de análise e sublimação, tanto pelo desejo de contribuir para dissipar certos equívocos que pairam sobre esta temática, quanto para colocar em pauta as conseqüências e a significação da sublimação na contemporaneidade. Essas últimas observações indicam as discussões que se seguirão no capítulo conclusivo desta tese, sempre sem a pretensão de um acabamento totalizador. Há, sim, a meta de chegar ao ponto final deste percurso, fruto de um particular olhar sobre tantos outros já lançados, mas um final que engendre abertura, capaz de produzir alguma fenda a partir da qual novos relançamentos possam ocorrer.

Capítulo 4

Enlaces Finais

Na condição de capítulo conclusivo desta tese, seus objetivos são retomar o que foi desenvolvido até então – para fortalecer e, em alguns casos, ampliar os enlaces já tecidos ao longo da construção do texto – e também discutir com maior propriedade alguns pontos antes apenas enunciados e anunciados. Para ser precisa, são três as vertentes aqui propostas e entrecruzadas. A *primeira* delas retoma, agora de forma mais integrada, os elementos, já trabalhados pontualmente em cada um dos capítulos anteriores, capazes de demarcar e sustentar a presença do sujeito no ato criativo via sublimação. A *segunda* avança a discussão outrora esboçada sobre as particularidades e possibilidades do movimento sublimatório, e suas especificidades no contemporâneo. A *terceira* estabelece a semelhança e as diferenças entre sublimação e final de análise na teoria lacaniana, problematizando a relevância clínica e social deste conceito.

Estas três instâncias devem convergir para a conclusão do que foi estabelecido como meta de pesquisa desta tese: a retomada e delimitação conceitual da sublimação com o intuito de pensar sobre suas possibilidades e desdobramentos nos dias de hoje, enfocando e buscando afirmar a presença do sujeito no advento do ato criativo via sublimação.

Devo enfatizar neste momento o caráter sempre parcial e inacabado de um trabalho de pesquisa, já que não orientado pela busca de uma suposta verdade inquestionável e comprometido com um crivo teórico de interpretação. Desta feita, uma nova ótica ou outras leituras podem ser aplicadas à temática em pauta. Além do mais, uma pesquisa é realizada a partir de um recorte estabelecido num determinado campo de investigação; portanto, o que proponho neste momento como conclusivo está estritamente delimitado pelos objetivos e pelo

percurso desenvolvido nesta pesquisa. Trata-se de concluir esta produção com o desejo de contribuir para o encaminhamento das questões aqui abordadas sobre a sublimação e o sujeito na contemporaneidade, quiçá gerando um efeito de abertura que impulse novas pesquisas sobre o tema.

Considero ainda ser a conclusão de uma etapa de trabalho e de um ato de criação, ato através do qual a minha presença como sujeito é inquestionável, seja pelos motivos que me levaram a esta pesquisa, seja pelos caminhos escolhidos em sua realização e, sobretudo, pelo resultado produzido, exposto e assinado. Neste ponto, reporto-me ao antes enunciado na apresentação deste trabalho: a originalidade de uma pesquisa pode ser definida pelo que há de singular em sua produção, através do particular recorte desenhado e configurado pelo autor em suas próprias possibilidades sublimatórias, quando, dispor do vazio, lhe permite criação e subjetivação.

Definidos os objetivos deste capítulo e o percurso proposto para alcançá-los, faço ao leitor o último convite de trabalho para me acompanhar na construção das três vertentes acima estabelecidas como norteadoras deste momento final.

4.1. O sujeito na sublimação

A afirmação, paulatinamente trabalhada ao longo desta pesquisa, da presença do sujeito na sublimação não consistiu, por si, em novidade. De acordo com o caminho percorrido até aqui, foi possível a localização, nos textos freudianos e lacanianos, de elementos que permitiram a constatação desta presença; e, de fato, autores evocados durante a construção da presente tese – como Harari (1997 e 2001), Pommier (1990) e Wine (1992) – referendam esta evidência. Foi de interesse a identificação e alinhavo de construções, em Freud e em Lacan, favoráveis à indicação da existência da relação sujeito-sublimação, argumentando e assinalando a relevância do advento do sujeito no processo sublimatório e, em particular, nesse tempo atual, marcado pela apatia e pelo apagamento subjetivo.

Início esta última etapa, não por acaso trazendo novamente à baila a temática da pulsão. A esta altura do texto, espero estar sustentada a centralidade e relevância do conceito de pulsão na concepção de sujeito para a psicanálise, assim como a direta ligação entre este mesmo conceito e o da sublimação. A teorização pulsional é identificada por Freud como aquela de maior relevância na psicanálise; Lacan considera a pulsão como um dos quatro conceitos fundamentais da teoria psicanalítica, ao lado do inconsciente, da repetição e da transferência. Vale observar: estes quatro conceitos são trabalhados por Lacan de maneira interligada e produzindo desdobramentos na direção de outras concepções, se não denominadas de fundamentais, primordiais para a psicanálise¹.

¹ A leitura do Seminário 11 permite identificar tal articulação – ou seja, entre os quatro conceitos que Lacan propõe como fundamentais à experiência analítica – já pela estrutura do livro, onde não há um desmembramento absoluto entre os capítulos que tratam do inconsciente e da repetição, assim como são trabalhadas em conjunto a pulsão e a transferência. Há ao longo de todo o Seminário 11, referências contínuas e enlaces entre os quatro conceitos abordados, ainda que cada um deles esteja focalizado como central em dado momento; e encontramos já alusão à pulsão nos capítulos introdutórios sobre o inconsciente e a repetição, assim como há um retorno sobre o tema do inconsciente na segunda metade do livro destinada à transferência e à pulsão. A este respeito, Harari (1990) propõe um esquema onde os quatro conceitos sejam alocados de forma a

Como já observado no capítulo inicial, o segundo momento freudiano de construção da teoria pulsional é um marco para a psicanálise, pois determina a passagem de um modo de pensar a subjetividade e a clínica centrado na ordem, no sentido e na representação – elementos característicos da primeira tópica e da primeira teoria das pulsões – para um novo modelo marcado pelo caos e pela desordem. Assim, a pulsão como pura potência dispersa, num mais além do princípio do prazer, assume lugar de destaque na teoria freudiana a partir de 1920 através dos conceitos de pulsão de morte e de compulsão à repetição, indicando haver algo da subjetividade que se constitui como exterior ao inconsciente, à representação e ao psiquismo. Desta forma, temos as noções psicanalíticas de sujeito e de subjetividade atreladas a dois campos distintos, porém relacionados: o psiquismo, em sua predominância do inconsciente, e o âmbito pulsional (para Freud, pulsão de morte) não representado neste mesmo psiquismo, que na teoria lacaniana consistirá no registro do Real.

Delimitando o campo da sexualidade, a pulsão estabelece uma distância da ordem da biologia e da necessidade, ou seja, do instinto, uma vez que se caracteriza como uma força sempre constante, e não ritmada como é o instinto; marcada pela parcialidade na satisfação, e não pela extinção de uma necessidade como ocorre no instinto; e, pela variação do objeto, ao contrário da fixidez objetiva da necessidade instintual. É nesta distância do orgânico que se concretiza o humano, isto é, que se constitui o sujeito na concepção da psicanálise. O processo de instalação pulsional ou erogenização do corpo equivale aos primórdios da constituição subjetiva, quando o aparelho psíquico começa a se organizar para sua posterior divisão em instâncias de ordenação própria, o inconsciente e a consciência.

O momento mítico inaugural da subjetividade está calcado na existência de um Eu Real originário (*Real Ich*) indiferenciado do mundo externo e destinado a manter a homeostase. Este Eu Real originário transforma-se em Eu

constituírem um retângulo, sendo que em cada um de seus cantos está grafado um dos conceitos. As linhas entre os cantos que demarcam os lados do retângulo são flechas indicativas das relações existentes entre os conceitos, relações que permitem um desdobramento e a inclusão de novas noções também essenciais à prática psicanalítica. São elas: o objeto *a*, a inibição, a repetição diferencial ou *tiquê*, o lugar ou desejo do analista e a sexualidade.

Prazer (*Lust Ich*) no momento em que uma satisfação primária se dê, ordenando o funcionamento sob a égide do prazer/desprazer, da incorporação do bom e expulsão do ruim. Este momento mítico de uma satisfação originária é ao mesmo tempo instaurador de uma afirmação primeira, significante inaugural que traduz a captura da pulsão pelo psiquismo, e de um resto excluído, expulsão do ruim que constitui o Real em Lacan. A partir das satisfações vivenciadas e afirmadas, o Eu realidade definitivo vai em busca de objetos, na realidade externa, que possam corresponder àqueles afirmados e incorporados anteriormente (Queiroz , 2005).

Vale assinalar que este processo de inscrição das pulsões parte, necessariamente, da demanda pulsional de um outro², denominado por Lacan (1988 [1964], p.169) de “sujeito da pulsão”, exatamente em função de ser o produtor do campo pulsional neste sujeito que há de se constituir. Os investimentos libidinais deste outro (em geral representado pela mãe) sobre a criança devem, num primeiro momento, ser suficientes para tomá-la no lugar de objeto da completude materna. Assim, inicialmente alienada na posição de objeto, a criança deve em seguida separar-se desta mesma condição ao se deparar com a inexorável falta materna, produzindo também neste novo sujeito em constituição a inscrição da falta, falta em ser o objeto da completude.

Nas inúmeras e sucessivas voltas das demandas pulsionais ocorrem quedas do sujeito em constituição do lugar de objeto, momentos de separação, dos encontros de duas faltas, tendo como efeito as inscrições de representantes pulsionais no psiquismo e, ao mesmo tempo, a produção de um resto excluído, não simbolizado, que constitui o Real. É também neste circuito de vai-e-vem da pulsão, onde os tempos da alienação e da separação se processam que os enigmas fundamentais e necessários para a existência humana se estabelecem: *O que o*

² A grafia “pequeno outro”, no Seminário 11 suscita interpretações controversas, sendo considerada por alguns autores como erro de transcrição. Entretanto, Laznik-Penot (1997) é categórica ao afirmar que Lacan se refere mesmo aí ao pequeno outro, o semelhante, um indivíduo concreto, necessário para o enlaçamento pulsional e a constituição do sujeito em referência, aí sim, ao campo do Outro, campo do inconsciente e dos significantes. Esta posição fundamenta-se na fidelidade de Lacan ao texto freudiano (no caso, o artigo metapsicológico sobre as pulsões de 1915), o que “exige que seja na relação *ver – ser* visto ou na relação *sadismo – masoquismo*, que haja intervenção de um outro em carne e osso” (Laznik-Penot, 1997, p.216). Há uma ligação entre esse pequeno outro e o Grande Outro, afinal, a mãe tem um duplo papel a desempenhar: tanto o de outro concreto na relação dual, quanto de Outro, lugar do tesouro do significantes.

Outro quer de mim? E Podes me perder? Como já enunciado anteriormente, o abandono da posição de objeto em prol da ascensão do sujeito, exige que a primeira questão permaneça sempre indecifrável enquanto que a segunda tenha uma resposta afirmativa.

É, portanto, neste momento de corte, de separação e queda do lugar de objeto que a identificação alienante é interrompida, viabilizando a inscrição pulsional, instaurando a falta e permitindo o desejo; em outras palavras, com o corte, tempo da separação, vemos surgir o sujeito. No seminário *A Lógica do Fantasma*, Lacan (2008 [1966-67], p.207) afirma que o corte é o responsável pela eliminação do Outro “como campo fechado e unificado”. Esta afirmativa aponta o corte como produtor do reconhecimento deste Outro como barrado, inacessível e incompletável, com a conseqüente inscrição da falta – falta em ser o objeto da completude deste Outro, então reconhecido como não pleno – no sujeito em constituição.

Encontramos, ainda em Lacan (2008 [1966-67]), a articulação do conceito de repetição ao momento de corte, de separação e queda do lugar de objeto: respondendo ao mecanismo estruturante de busca pelo reencontro do objeto perdido, a repetição repete um fracasso que atesta, reafirma o impossível do gozo da *Coisa*. Na instalação da pulsão também se inaugura a repetição, ambas atreladas à constituição do psiquismo e do sujeito e à infundável busca de reencontro do objeto miticamente perdido, do reencontro da *Coisa*. Reencontro sempre impossível de ocorrer e, ao mesmo tempo em que buscado incansavelmente, também é indesejável, pois sua efetivação condenaria o sujeito ao apagamento subjetivo, uma vez que este estaria fadado à condição alienada de objeto para o Outro.

Retomo o fato de Lacan (1988 [1964]) propor pensar a repetição em duas vertentes: a do simbólico, *automaton*, da insistência dos signos na cadeia discursiva e a do Real, *tiqué*, a repetição diferencial, considerada a verdadeira repetição no sentido de ser aquela que origina o repetir, desencadeando, então, a insistência dos signos. A repetição diferencial da ordem do Real, *tiqué*, nunca é mera reprodução. Ao contrário, ela é movimento na direção da busca impossível

de *das Ding*, fato que remete ao conceito de sublimação em sua condição de produtora de uma elevação do objeto à *Coisa*.

A articulação entre sublimação e repetição é estabelecida de forma direta e clara por Lacan na mesma lição XII de *A Lógica do Fantasma* [1966-67], comentada acima, como é possível notar na passagem a seguir:

A sublimação é o termo – que não chamarei mediador, porque ele não o é – é o termo que nos permite inscrever o acento e a conjunção do que é disposição subjetiva, na medida em que a repetição é sua estrutura fundamental, e que ela comporta essa dimensão essencial sobre a qual resta, em tudo o que se formulou até o presente na análise, a maior obscuridade, e que se chama satisfação. (Lacan, 2008 [1966-67], p.211)

Neste pequeno trecho, ao afirmar a sublimação numa relação direta e estrutural com a repetição – de onde é possível apreender que a sublimação ocorre com base na repetição, aquela que se inaugura com o corte e a constituição do Real pela exclusão de um resto pulsional não simbolizável –, Lacan evidencia a presença do sujeito no campo sublimatório, uma vez que este sujeito surge pelo corte na instalação da pulsão e da repetição. Esta mesma passagem também aborda a questão da satisfação pulsional nos contornos da sublimação, e, nos parágrafos que se seguem à citação acima reproduzida, lê-se que Freud definiu a sublimação como uma possibilidade de satisfação pulsional desviada em seu alvo e objeto sexuais, mas não inibida quanto à finalidade sexual. Em uma palavra: a satisfação na sublimação se mantém na ordem do sexual, pois este não se define e não se restringe ao campo genital³.

Em continuidade ao desenrolar dos enlaces aqui propostos e ainda em referência à centralidade do conceito de pulsão para a noção psicanalítica de

³ “A *Zweckmassigkeit*, finalidade sexual, ele não nos disse que ela fosse de forma alguma *gehemmt*, inibida, na sublimação: *Zielgehemmt*. E é precisamente aí que a palavra é feita exatamente para nos deter... isso que nós gargarejamos com o pretense objeto de nossa santa pulsão genital, isto é, precisamente o que pode sem nenhum inconveniente ser extraído, totalmente inibido, AUSENTE, no que é entretanto da pulsão sexual, sem que ela perca em nada sua capacidade de *Bifriedigung*, de satisfação. Assim é, desde a aparição do termo *Sublimierung*, como Freud a definiu sem termos sem equívoco. *Zielgehemmt*, por um lado, mas, por outro lado, satisfação encontrada sem nenhuma transformação, deslocamento, alibi, repressão, reação ou defesa. É assim que Freud introduz, coloca diante de nós, a função da sublimação.” (Lacan, 2008 [1966-67], p.213-4).

sujeito e também para o conceito de sublimação, relembro o leitor que num dos importantes momentos da construção freudiana deste conceito (v. p. .66 e seguintes), ele estabelece a sublimação como um processo que diz respeito especificamente à pulsão, diferenciando-a da idealização, a qual concerne ao objeto. Além do mais, o fato, evocado no parágrafo anterior, de a sublimação ser postulada por Freud como um dos destinos da pulsão e definida como uma possibilidade de satisfação pulsional desviada em seu alvo e objeto, e de forma independente do recalque, evidencia a relação do processo sublimatório com o campo pulsional. Entretanto, é necessário considerar que, em Freud, a sublimação é subjugada aos trâmites do eu, que pela égide do ideal do eu pode redirecionar o investimento libidinal, ora retirado dos objetos e retornado para o eu, para novos objetos socialmente valorizados; ou seja, para Freud, a referida relação da sublimação com o campo pulsional é intermediada pelo eu.

Por sua vez, para Lacan, a sublimação se apresenta mesmo como a essência do funcionamento pulsional, pois a pulsão obtém sua satisfação sempre pelo contorno do objeto e não por sua apreensão; portanto, é no circuito como desvio que se dá a satisfação pulsional, é assim que o alvo é atingido e assim também o é com a sublimação que por definição se dá pelo desvio do alvo. Desta forma, o eu não mais é postulado como intermediário do processo sublimatório e do ato criativo, a sublimação está para Lacan no centro da economia libidinal, no âmago do funcionamento pulsional e, portanto, da constituição do sujeito. Assim, ela pode ser um caminho através do qual o sujeito pode dispor do vazio, ou seja, presentificar o vazio que o constitui através do ato criativo, alternativamente ao adoecimento sintomático, ao *acting-out* ou à *passagem ao ato*. Definida como um movimento capaz de gerar para o objeto o estatuto da *Coisa*, a sublimação está vinculada à busca pela *Coisa* e, portanto, associada aos primórdios da organização subjetiva onde as afirmações primeiras do que é bom se confirmam com a expulsão e negação do ruim.

Além da citada e comentada relação entre sublimação e repetição estabelecida no Seminário *A Lógica do Fantasma*, há também neste texto um explícito entrelaçamento entre estes dois conceitos e as noções de *acting-out* e *passagem ao ato*. Na realidade, Lacan (2008 [1966-67], p.209) parte da repetição

e da proposta de seu vínculo com a *passagem ao ato*, que considera um “modo privilegiado e exemplar de instauração do sujeito”. Afirmativa preciosa que remonta ao exposto no terceiro capítulo desta tese (v. p. 99 e seg.), confirmando a implicação de um sujeito nisso que em psicanálise denomina-se ato.

A definição de ato dada por Lacan (2008 [1966-67]) é composta pelos seguintes termos: o ato é significante, significante que se repete, mesmo que apenas em ações; o ato é a instauração do sujeito, através do ato o sujeito surge como efeito do corte, embora ele não se reconheça aí como tal. Estas formulações possibilitam a apreensão de que a *passagem ao ato* e o *acting-out* – duas modalidades de ato – comportam a repetição, clarificando o vínculo proposto entre esses dois conceitos de ato e a repetição. O que está em questão é a repetição diferencial da ordem do Real, que impulsiona a insistência dos significantes na cadeia, fruto do corte, da separação que também permite o surgimento do sujeito. Afinal, a *passagem ao ato* e o *acting-out* fazem corte, ou melhor, reeditam o corte fundador da repetição, uma vez que eles põem em cena o que escapou à simbolização e reafirmam a existência de um sujeito que rechaça a alienação ao Outro e busca presentificar a falta.

Depois de trabalhada a relação entre repetição, *passagem ao ato* e *acting-out*, Lacan (2008 [1966-67]) prossegue discorrendo sobre a articulação dos três conceitos à sublimação, destacando o vínculo desta última com a repetição. Enfatizo que esta série de conexões importa por sua clara demarcação da presença do sujeito no campo sublimatório, corroborando o exposto até então nesta tese e indo ao encontro do enunciado no segundo capítulo (ver p.88) a respeito de ser a sublimação uma possível alternativa, não apenas ao funcionamento do recalque, mas também à repetição, em função da primeira viabilizar, com o suporte do imaginário, a existência do Real através do ato criativo, enquanto a segunda leva à atuação do Real via *passagem ao ato* ou *acting-out*.

Com o vínculo ao vazio da *Coisa*, situando a sublimação como anterior a todo recalque e independente dos ditames do eu e da vontade, Lacan ainda demonstra a não assimilação deste conceito aos ideais adaptativos e normativos, ou ao desejável socialmente. Além do mais, nesse distanciamento do eu é possível vislumbrar a presença do sujeito, marcado pela falta e sob a égide

do inconsciente, avesso ao funcionamento da consciência e da razão. Assim, temos a articulação da sublimação à pulsão e à repetição por sua localização no centro da economia libidinal, nos primórdios da organização e estruturação do psiquismo e sua ligação com a *Coisa*, que é marcada pelo que está de fora do campo representacional, numa vinculação da sublimação ao Real. Insisto: toda esta rede de relações compõe um quadro favorável à identificação do sujeito no ato criativo via sublimação. Afinal, sublimar e criar presentificam a marca fundamental do sujeito, marca traduzida como o vazio, o Real que pode ganhar forma no ato criativo via sublimação. E ainda, a sublimação libera o sujeito do aprisionamento neurótico ao lugar de falo para o Outro: a obra, fruto do ato criativo, exerce a função de falo e permite assim a saída do lugar de objeto e o conseqüente advento do sujeito na sublimação.

Reafirmo que o sujeito da psicanálise é o sujeito do desejo, marcado pela falta e por ela impulsionado em sua existência. Com uma concepção de subjetividade clivada em duas lógicas de funcionamento e prioritariamente regida pela ordem inconsciente, a psicanálise promove um decentramento do sujeito da razão e da consciência. Entretanto, esta noção de sujeito é posta em xeque nos dias de hoje, em que a falta é vista como nociva e superável pelo saber científico e pelo discurso capitalista, ambos supostamente capazes de produzir bens a serem consumidos em busca de uma felicidade plena e da extinção dos limites humanos. O resultado, que temos presenciado, deste discurso contemporâneo está, na realidade, cada vez mais distante de qualquer tipo de felicidade: apatia e angústia são o destaque no momento, intensos sofrimentos que acabam por se manifestar nas posições extremamente depressivas, nas crises de pânico, nos fenômenos psicossomáticos, no ato de cortar-se e nas condutas violentas de caráter transgressor ou delirante. Sendo assim, é necessário indagar e trabalhar sobre o que viabiliza o caminho sublimatório e ampliar a discussão sobre tal possibilidade na contemporaneidade, elementos que constituem a segunda vertente de trabalho proposta neste capítulo e desenvolvida a seguir.

4.2. Sublimação na contemporaneidade

Tem-se como aclarada a presença do sujeito na sublimação pelo fato de este mecanismo viabilizar que o vazio da *Coisa*, marca fundamental do sujeito, seja contemplado através do ato criativo, produzindo efeito de subjetivação, em virtude do afastamento do lugar de objeto e da possibilidade de reconhecimento e lide com o Real – sem que este seja vivenciado como angústia e atuado. Trata-se agora de retomar a questão enunciada em vários momentos desta tese a respeito do que possibilita a sublimação ou o que determina a realização do caminho sublimatório, bem como as particularidades, limitações e relevância deste encaminhamento nos dias atuais.

No final do segundo capítulo (v. p.97), há uma indicação segundo a qual a sublimação deve estar na dependência de elementos associados à organização fantasmática, às particularidades da história de constituição de um sujeito. Esta indicação retorna agora como afirmação: qualquer questão relacionada ao sujeito na teoria freudo-lacanianana remete, necessariamente, aos aspectos fundamentais da leitura estrutural de constituição e funcionamento subjetivos. Afinal, neste prisma de análise os encaminhamentos, escolhas e posicionamentos de um sujeito são fruto de sua organização fantasmática e estrutural. Com esta lógica interpretativa, no capítulo anterior (v. p.115 e seguintes) foi formulado que a possibilidade sublimatória é assegurada pela presença da castração primordial, a castração imaginária ($-\varphi$), e, ainda, pela condição de o sujeito poder prescindir do significante Nome do Pai para que um novo significante possa advir no ato criativo. Em outras palavras, se a falta está instalada, se o vazio da Coisa está presente nele, o sujeito poderá sublimar e dispor deste vazio perante a irrupção do Real. Ele poderá, o que não significa que lance mão desta capacidade.

Mas, se por um lado, a sublimação depende da presença da castração imaginária, por outro, ela é capaz de assegurá-la, capaz de presentificar a falta, eximindo o sujeito da condição de objeto e assegurando a falta com o ato

criativo, preservando a castração através de um objeto criado via sublimação (v. p. 114 e seguintes). A partir desta leitura, traçada, especialmente, no capítulo anterior, proponho pensar a sublimação como um recurso⁴ que pode ser utilizado quando o sujeito se vê ameaçado (ameaçado na sua posição de sujeito do desejo). A condição de recurso pressupõe a disponibilidade do mesmo, disponibilidade fundamentada na presença do vazio da Coisa, presença da castração imaginária. Um recurso “frente à irrupção do Real, frente a contingências dramáticas da vida” (Cruglak, 2001, p.11) que, guardadas as devidas proporções e diferenças, pode ser comparado a outras tentativas de subjetivação, como o sintoma, o fenômeno e as diferentes modalidades de ato ou o delírio.

Se a sublimação é um recurso comparável a outras modalidades de subjetivação que implicam em defesa e/ou em satisfação, não há razão para considerá-la como capaz de inviabilizar a utilização pelo sujeito dos demais recursos com os quais possa contar. Afinal, desde que as condições necessárias para a utilização de cada um destes recursos estejam instaladas, não há motivo para que sejam excludentes entre si⁵. Mas ainda é possível indagar: o que leva o sujeito a lançar mão de um ou outro recurso que tenha como possibilidade? E, se a angústia e seus desdobramentos fenomênicos e de ato se explicam pela fórmula *a sem (-φ)*, enquanto a sublimação se define como *a não sem (-φ)* (Harari, 2001, p. 277), como é possível que mesmo sublimando – portanto, depois de assegurada,

⁴ O termo é encontrado no *Aurélio* (Ferreira, 2004), com as seguintes definições: 1. Ato ou efeito de recorrer. 2. Auxílio, ajuda, socorro, proteção. 3. Meio, expediente: *Usou de todos os recursos disponíveis*. 4. Meio pecuniário; numerário: *Viu-se de repente sem recursos para enfrentar os gastos*. 5. Meio para resolver um problema; remédio, solução. 6. Jur. Meio de provocar, na mesma instância ou na superior, a reforma ou a modificação de uma sentença judicial desfavorável. O emprego do vocábulo nesta tese se aproxima do terceiro e quinto sentidos indicados acima.

⁵ Observo que as denominadas *condições necessárias* se referem exatamente à organização estrutural. A título de exemplo, quando um sujeito recorre aos fenômenos elementares da psicose, é porque tem, estruturalmente, as condições necessárias para tanto. Se este mesmo sujeito não faz sintoma, não é porque os fenômenos elementares excluem esta possibilidade, mas, sim, porque falta a ele as condições para a formação sintomática. Ainda é necessário considerar que as mudanças do discurso social e seus efeitos sobre a estrutura familiar e a organização subjetiva têm provocado uma espécie de dilatação das fronteiras entre as estruturas, uma maior fragilidade entre as linhas divisórias das clássicas estruturas clínicas: neurose, psicose e perversão. A este respeito, é possível retornar ao primeiro capítulo desta tese, onde foram trabalhados os conceitos de neurose de borda e/ou estados-limite, os quais são novamente referenciados um pouco mais à frente neste mesmo tópico de trabalho.

reafirmando-a, a castração primordial – o sujeito possa também estar à mercê da angústia e suas conseqüências, se estas últimas assinalam a ausência da falta?

Já está afirmado que as respostas para as questões em voga estão atreladas à estruturação subjetiva. Neste ponto, dada a referência à importância da organização fantasmática para o avanço na compreensão do processo sublimatório, faz-se necessário a abordagem do conceito de fantasma em Lacan, conceito que possui contornos precisos e valiosos para a clínica psicanalítica. Representado pela fórmula $\$ \diamond a$, a qual se lê: *sujeito punção do objeto a*, o fantasma tem, para Lacan, uma lógica, lógica – que ele explicita e trabalha no seminário *A Lógica do Fantasma* [1966-67].

O seminário é iniciado com a referida fórmula proposta para a escrita do fantasma, detalhando cada um dos seus elementos e as relações entre os mesmos: o S barrado remete ao conceito de sujeito do inconsciente, sujeito do desejo. Tantas vezes indicado nesta tese, o sujeito do inconsciente é apontado por Lacan como marca inaugural de toda a descoberta freudiana, o sujeito dividido, “barrado pelo significante que o constitui” (Marini, 1990, p.240), “barrado daquilo que o constitui propriamente, enquanto função do inconsciente” (Lacan, 2008 [1966-67], p.12).

Este sujeito barrado está, na fórmula em questão, em relação ao objeto *a*, que é efeito das operações de causação do sujeito (*alienação e separação*), que cai como resto do *vel da alienação*, da relação do sujeito com o Outro, “um resto impossível de simbolizar” (Roudinesco e Plon, 1998, p. 552). O objeto *a* é o objeto causa do desejo e como tal “é causa da divisão do sujeito” (Chemama, 1995, p.153): é o objeto que presentifica a falta a ser do sujeito.

O signo, semelhante a um losango e chamado de *punção*, que estabelece a ligação entre o sujeito barrado e o objeto *a*, é “um signo forjado expressamente para nele reunir o que pode dele isolar-se, conforme vocês o separem por um traço vertical ou com um traço horizontal” (Lacan, 2008 [1966-67], p14). A *punção* estabelece uma relação de *se e somente se* entre o sujeito barrado e o objeto *a*, ou seja, a lógica do fantasma está exatamente nesta necessária relação do sujeito ao objeto *a*, relação particular que implica união e

exclusão, alienação e separação, permitindo que o sujeito surja como efeito da verdade que o causa.

E qual é a verdade fundadora de um sujeito, se não o vazio primordial e não simbolizável? Se não a *falta em ser* que atesta o Outro como barrado e incompletável? Se não a *Coisa*, furo central do inconsciente, exterior ao simbólico e em torno do qual se organizam as representações de coisa? O mesmo vazio passível de se dispor, com o qual é possível *fazer com [faire avec]* na sublimação, em que, com efeito, o sujeito também aparece.

O fantasma é determinado pela maneira como se deram os investimentos pulsionais sobre o sujeito em constituição, pela forma como transcorreram os processos da *alienação* e da *separação*, pelo que se constituiu como resto (objetos *a* e Real) e como inscrição psíquica nas voltas do circuito pulsional. Por outro lado, mas em função destes mesmos elementos organizadores, o fantasma é determinante da relação do sujeito com o seu desejo, dos investimentos libidinais e escolhas objetais possíveis de serem realizadas por um sujeito. O desejo, efeito da linguagem, em seu deslizamento metonímico de um objeto a outro, dá-se nos contornos do fantasma. É o que nos diz a fórmula do fantasma: o sujeito – e, portanto, seu desejo – está na dependência dos objetos que o causa. Composto de elementos simbólicos e imaginários, o fantasma opera como obturador do Real, como uma tela protetora do sujeito “não só contra o horror do real, mas também dos efeitos da divisão, da castração simbólica” (Chemama, 1995, p.72). Temos, então, demarcado, um caráter estruturante e defensivo do fantasma.

Foi dito que a sublimação é assegurada pela presença da castração primordial e pela possibilidade do sujeito prescindir do Nome do Pai para que um novo significante possa advir em seu lugar, para que o ato criativo possa se efetivar. Também está afirmado que o fantasma é organizador da subjetividade, da condição de sujeito marcado pela castração, pela falta e, portanto, determinante dos encaminhamentos e das escolhas objetais deste mesmo sujeito.

Sabemos, portanto, que no desenho do fantasma, na forma como as inscrições pulsionais se efetivaram, encontra-se o potencial para a formação sintomática e/ou fenomênica. É na composição dos traços pulsionais que se dá o

diferencial dos encaminhamentos subjetivos, uma espécie de matriz dos destinos pulsionais, um mapeamento das possibilidades pulsionais. Um mapeamento das bordas erógenas, dos pontos de encontro entre Real e simbólico, onde reside a diferença tanto da tessitura do sintoma ou do fenômeno, quanto do tipo de construção sintomática ou fenomênica. Em outras palavras, o tracejar fantasmático indica, por exemplo, o porquê de o sujeito eleger os transtornos alimentares como saída fenomênica e não o pânico; ou ainda, em um outro exemplo, o porquê dos sintomas depressivos ao invés do fenômeno psicossomático.

Sigo este raciocínio para sustentar a afirmação de que também a sublimação está relacionada à maneira como o fantasma se organiza e do quão a castração está assegurada. Acrescento que o fato de a castração operar em um sujeito não significa dizer que ela esteja afirmada a cada uma das voltas pulsionais, que ela não possa ser falha em um ou mais pontos do processo de erogenização. Este é um dos fundamentos das neuroses de borda (v. p. 43) – as denominadas disfunções do $(-\varphi)$ – pois o fenômeno é fruto de um campo pulsional mal simbolizado, efeito de algum fracasso nas operações de *alienação* e de *separação* e, portanto, na inscrição da castração.

Vislumbro, neste ponto, a resposta para a condição de o sujeito poder dispor de recursos em princípio tão díspares, como a sublimação, o sintoma ou as modalidades de ato perante a angústia. A partir das disfunções do $(-\varphi)$, dos pontos de falha da castração, é possível que ao ser convocado à posição de *a* o sujeito se veja *sem* $(-\varphi)$, deparando-se, portanto, com a angústia e seus possíveis desdobramentos. Entretanto, tais falhas não impedem que, em outros momentos, este mesmo sujeito, perante a irrupção de *a*, perante a emergência do Real, esteja *não sem* $(-\varphi)$ e, assim, possa sublimar. Nestas circunstâncias, é permitido sublimar pela presença da castração e, ao mesmo tempo, sublimar permite alguma suplementação das disfunções do $(-\varphi)$ operantes no sujeito, permite que a castração seja assegurada, que o Real seja comportado, que se possa *fazer com o vazio*.

Com o caminho percorrido até aqui, impõem-se afirmar que, nas particularidades, nos pormenores dos investimentos pulsionais maternos, nos meandros da alienação e da separação, reside a resposta para o sujeito lançar mão de um ou de outro recurso como forma de lidar com a presença do Real. Estas particularidades estão associadas, primordialmente, à qualidade dos investimentos pulsionais sobre o sujeito em constituição e ao intervalo de tempo entre estes mesmos investimentos. Tanto a qualidade das demandas pulsionais, quanto o intervalo de tempo entre elas referem-se ao circuito pulsional, à quantidade de voltas pulsionais efetivamente realizadas, a como e com qual intervalo temporal os processos de *alienação* e *separação* ocorreram, e puderam instalar como enigma a questão: *Que queres?* Detalhes, de fundamental relevância, que remetem aos trâmites das funções maternas e paternas no processo de constituição subjetiva, indicadores da marca da castração nos pais, da presença em seus próprios inconscientes do Nome do Pai, para que, efetivamente, possam desempenhar seus papéis e favorecer a inscrição da falta.

Esta argumentação produz o encontro com o segundo critério, apontado por Cruglak (2001), necessário para a ocorrência da sublimação, a saber: a possibilidade de prescindir do significante do Nome do Pai para que um novo significante possa advir em seu lugar, dando vez e voz ao ato criativo. Antes de tudo, para abrir mão do Nome do Pai, é necessária a presença deste significante no inconsciente. Obviamente, não há como prescindir de algo que não se tem, e para poder transcender este significante, para poder ir além deste Nome na produção de novos significantes, é preciso saber, ao menos em alguma medida, que este ato de criação não o anulará, que prescindir deste Nome não significa destruí-lo. Ao contrário, é operar fora de seus domínios, mas, em virtude de seus efeitos e corroborando a sua função de assunção subjetiva.

Excedendo, por definição, os limites da Lei simbólica, os limites do Nome do Pai, num salto do recalque e da Lei da castração, a sublimação leva à satisfação pulsional sem o compromisso com as defesas neuróticas contra a sexualidade. Se na sublimação está presente o Real, registro carente de toda e qualquer organização e, portanto, fora da Lei, ela está livre do imaginário de totalização e de um gozo pleno, sem perdas; portanto, não há motivos para temer e

repudiar a satisfação em sua necessária parcialidade. Lembro ainda que a sublimação se efetiva a partir do nada, do vazio, e, portanto, o ato criativo não é efeito de desdobramentos metafóricos, substitutivos a um significante inaugural – como acontece na formação sintomática – mas, sim, da produção de novos significantes de maneira independente do recalque e do Nome do Pai.

Prescindir do Nome do Pai implica, em meu entendimento, um reposicionamento subjetivo que permite um pontual distanciamento das cristalizações presentes no funcionamento neurótico. Um reposicionamento em relação à Lei e à potência paternas, de forma liberta do temor neurótico de ultrapassar o Pai, independente das amarras sintomáticas de sustentação e suplementação da função paterna. Inevitavelmente, estas considerações sobre a sublimação remetem à temática do final de análise – do qual se espera, minimamente, um reposicionamento subjetivo com satisfações pulsionais menos adoecidas –, tema que será em breve abordado com o intuito de discutir sobre sua relação com o processo sublimatório. Antes, porém, mais algumas palavras a respeito da sublimação na contemporaneidade.

De acordo com o exposto no primeiro capítulo, há atualmente um abalo no estatuto do sujeito do desejo. Pouco marcado pela falta e inserido em um discurso social que apregoa justamente a superação de todo e qualquer limite e a busca do saber e do gozo plenos, o sujeito do desejo tem se distanciado das referências simbólicas do Nome do Pai, da lei da castração. Fadado, assim, a um predomínio do imaginário, freqüentemente o homem de hoje carrega o peso da ausência da falta perante um Outro pouco interdito e, portanto, ameaçador. Ameaçador por convocar o sujeito na condição de objeto e assim destituí-lo da posição de desejante, lançando-o à angústia, à apatia e à alienação.

Nestas circunstâncias, em que a castração está pouco assegurada, em que o Nome do Pai é pouco eficaz, ficam escassas as condições necessárias para a sublimação e o ato criativo. Entretanto, quando o sujeito possui minimamente tais condições, quando se trata de um campo pulsional perante o qual foi possível produzir o objeto *a* como resto, como sobra do inscrito, quando, enfim, Real e simbólico puderam se tocar na borda erógena, está aberto então o caminho – ainda que por uma passagem estreita – para a sublimação. Caminho

que, como trabalhado ao longo de toda esta pesquisa, é produtor de subjetivação ao permitir que o Real e o vazio da Coisa sejam reconhecidos como tais e incorporados, reafirmando, assim, a condição de barrado do sujeito.

Considero inegável a relevância de ser a sublimação potencialmente capaz de reavivar a presença do sujeito do desejo em tempos tão favoráveis à dessubjetivação, mesmo ciente de que a chama é tênue e efêmera. Dito de outro modo, não há garantias advindas da sublimação, este destino pulsional não salvaguarda o sujeito de outros destinos, muitas vezes, menos aprazíveis. De qualquer forma, é produtor de subjetivação.

Não é o final de análise, ao menos na proposta lacaniana, destinado ao reconhecimento do Real, à afirmação da impossibilidade e, portanto, da presença do sujeito? Isto posto, passo ao terceiro tópico deste capítulo conclusivo, destinado a trabalhar as aproximações e diferenças entre sublimação e final de análise.

4.3. Sublimação, ato criativo e final de análise

No transcorrer desta pesquisa, construí afirmativas sobre o que denominei de uma aproximação entre o processo sublimatório e o final de análise na teoria lacaniana. Tais afirmativas foram fundamentadas, primordialmente, na consideração de que tanto a sublimação, quanto o final de análise em Lacan, abrangem o Real e implicam a possibilidade de *fazer com* este Real. No caso da sublimação, o *fazer com* se expressa pelo ato criativo e no final de análise, como veremos a seguir, se refere à identificação do sujeito ao seu *sinthoma*⁶, ao *fazer com o gozo podre*, ou seja, à produção de um gozo não mais sintomático. Se somarmos a este ponto a formulação lacaniana de que “um fruto típico da situação analítica enquanto tal é a sublimação” (Lacan, 2008 [1966-67], p.211), seria possível pensar neste gozo não mais sintomático, de um final de análise, como um gozo sublimatório? E neste caso, haveria equivalência entre sublimação e *sinthoma*, ou, entre sublimação e final de análise? E mais: se a sublimação é, como afirma Lacan, “um fruto típico da situação analítica” só poderíamos falar de sublimação num final de análise?

Estas são questões que norteiam este item de trabalho e, na realidade, algumas ressalvas tecidas nos capítulos anteriores já evidenciaram não haver uma equivalência entre um e outro termo, entre sublimação e final de análise. O próprio vocábulo *aproximação* permite pensar em elementos comuns, mas também na manutenção de alguma distância entre os dois processos em questão. Agora, é necessário desenvolver a argumentação que sustente esta distância de forma lógica e consistente teoricamente e, assim, responder às indagações acima formuladas.

Um outro aspecto de aproximação entre sublimação e final de análise é o fato de ambos se distanciarem de um caráter moral e normativo: não há ideal a atingir em nenhum dos dois processos e, também, nenhum dos dois,

⁶ Lacan utiliza a grafia antiga (*sinthome*) da palavra *symptôme* (sintoma) com o intuito de indicar a existência de dois conceitos diferentes, como veremos mais adiante neste mesmo capítulo.

objetiva a adaptação social. A este respeito, enfatizo que a sublimação não está comprometida com o socialmente elogiável ou desejável. Por sua vez, o tratamento analítico não está regulado por uma ética do bem-estar ou do bem-fazer, mas, sim, pela ética do bem-dizer, orientada na direção do sujeito desejante e do reconhecimento do Real, do reconhecimento “de que há um limite, um impossível do qual não temos como escapar” (Maurano, 2003, p.58).

Com o intuito de trabalhar sobre os elementos de aproximação e de distanciamento entre sublimação e final de análise, é fundamental, em primeiro lugar, definir e marcar as especificidades do final de análise na teoria lacaniana, em sua contraposição ao final de análise em Freud.

É possível enunciar como diferença inicial e decisiva entre as abordagens freudiana e lacaniana da temática em causa, o fato de, na primeira, uma análise encontrar o seu limite no insuperável da castração e no fracasso imposto pela repetição. Freud está certo de que o homem não pode curar-se da castração e do mais além e ingovernável da repetição, considerando esta condição como um limite, indicativa dos alcances – para Freud, um tanto frustrantes – de um tratamento analítico. Por sua vez, Lacan avalia a inexorabilidade da castração e a presença do Real na repetição, não como limite, mas, sim, como fatos a serem tomados como tais e considerados para efeito de fim de análise. Assim, o término de uma análise comporta o impossível da castração e do Real, envolve a possibilidade de reconhecimento e de *fazer com* o impossível, contempla a saída da impotência do imaginário e do sintoma para a impossibilidade inerente ao Real.

Harari (2001) identifica três distintos momentos na concepção lacaniana de final de análise. O primeiro desses momentos, seguindo Freud, estipulava a *interpretação do sintoma* como fim; o segundo, apontava para o *atravessamento do fantasma* e o terceiro para uma *identificação*. Considerar a *interpretação do sintoma* como fim de análise é circunscrever o trabalho analítico aos domínios do simbólico e do imaginário. Os avanços lacanianos na direção da concepção de uma clínica do Real põem em xeque o ideário da *interpretação do sintoma* como fim de análise. Entretanto, pode ser que o analisando esteja satisfeito com este alcance, que as significações advindas do trabalho analítico

sobre o sintoma sejam suficientes para muitas pessoas – em função dos efeitos de alívio de sofrimento – e, então, este será o ponto final de certas análises. Esta observação indica que nem sempre o término de uma análise coincide com o que a teoria propõe como final de análise, com os alcances sabidos como possíveis de atingir.

Num segundo tempo de construção teórica, a equivalência do final de análise ao denominado *atravessamento do fantasma* estabelece que o sujeito deve percorrer toda a trama que compõe o seu fantasma e, a partir desta travessia, reposicionar-se perante o mesmo. Este reposicionamento subjetivo implica a descoberta de que o Outro, na realidade, nada demanda ao sujeito. Tal descoberta permite um funcionamento subjetivo distante do gozo sintomático, pois liberto do imaginário de responder às supostas demandas do Outro, liberto das identificações alienantes ao suposto desejo do Outro – é necessário frisar ser esta uma posição não-definitiva, pois os sintomas podem voltar a operar –, viabilizando uma maior amplitude das satisfações pulsionais sem o adoecimento sintomático. Como lemos em Chemama (1995), Lacan, em suas *Conferências nos Estados Unidos* (1975), proferiu que uma análise não deveria ser levada muito longe, pois um final de análise comporta algo de problemático, e seria suficiente que o analisando se sentisse feliz por viver. Problemático, no sentido de se impor como importante prova narcísica, afinal, a descoberta de que o Outro nada me demanda equivale a dizer que não sou nada para o Outro, que não promovo seu gozo.

Por sua vez, o último Lacan define o fim de análise associado a uma *identificação*, o que propõe, de início, a seguinte questão: “identificação a quê?” (Harari, 2001, p.284). A formulação lacaniana é que o sujeito se identifique ao seu *sinthoma*, e, assim possa *fazer com [faire avec] o gozo podre*. Neste ponto, mais uma vez está o enunciado como problemático: que se possa fazer diferença a partir do gozo sintomático, que o gozo do adoecimento se modifique e produza além do sofrimento. É oportuno voltar ao assinalamento lacaniano também sobre o final de análise a respeito de ser a sublimação *um fruto típico da análise*. O inevitável bate à porta: a sublimação, fruto que pode ser colhido no final da análise, é *fazer com o vazio*, e o final de análise é *fazer com o gozo podre*. Reiteradamente inquiri: o que há de comum nestes atos? E o que os diferencia?

Buscar responder a estas indagações implica, no mínimo, num delineamento do conceito de *sinthoma* na teoria lacaniana, essencial à discussão em curso sobre as relações entre sublimação e final de análise.

No *Seminário 23 – O Sinthoma*, Lacan (2007 [1975-76]), apresenta uma reformulação no *nó borromeu*⁷, de forma a organizá-lo não mais com três elos – real, simbólico e imaginário – mas, sim, compreendendo um quarto termo – o *sinthoma* – responsável pela amarra dos outros três. A idéia inicial de Lacan é a equivalência do *sinthoma* a uma prótese, capaz de remediar uma possível dissociação dos três aros no *nó borromeu* – quando estão originalmente mal enodados – provocada pelo fracasso e pela ruptura de um deles. Assim, no mesmo *Seminário 23*, Lacan considera como *sinthomática* a produção de James Joyce – que ele identifica como sendo psicótico – e avalia que sua obra possui a referida função de prótese, fazendo suplência ao Nome do Pai (De Neuter, 1997).

De Neuter (1997) considera que, no transcorrer do *Seminário 23*, Lacan formula não apenas o *sinthoma* como prótese, suplência na psicose, mas como condição de estrutura, propondo um *nó borromeu* organizado desde o início por quatro aros: Real, Simbólico, Imaginário e Sinthoma. Se o *sinthoma* é condição de estrutura, o final de análise não pode objetivar a sua extinção. Por isso, a idéia, de um final de análise comportar a identificação ao *sinthoma*, de forma que o sujeito possa *fazer com*, que o gozo do sofrimento sintomático possa transformar-se em uma forma de satisfação menos pesarosa e mais prazerosa.

Não é raro encontrarmos observações (o próprio De Neuter, 1997, e Santos, 2006) sobre a existência de ambigüidades, reflexo de um não-acabamento teórico nas formulações lacanianas sobre o *sinthoma*. Segundo estes autores, as contradições se referem, em especial, à diferença entre *sintoma* e *sinthoma* e ao fato de ser o *sinthoma* condição de estrutura, ou, apenas, prótese. Não se trataria de distinguir o *sintoma* freudiano do *sinthoma* lacaniano, pois estes seriam “duas faces da mesma moeda” (Santos, 2006, p. 251). Entendo esta

⁷ Segundo Frignet (1997), um enodamento é borromeano quando o entrelaçamento entre suas cordas se desfaz com a ruptura de qualquer uma delas. Lacan utiliza esta noção, a partir de 1972, para articular Real, Simbólico e Imaginário. Sob a lógica borromeana, os três registros são tomados em conjunto e considerados interdependentes. Cada um dos registros participa da sustentação dos demais – aliás, o que faz cada um consistir é o fato de se manterem juntos – e, em seu entrelaçamento estão localizados a inibição, o sintoma e a angústia.

afirmativa como sinalizadora de que o centro da discussão, inclusive no que concerne ao final de análise, é o campo pulsional e sua plasticidade. O *sinthoma* é uma forma de o sujeito servir-se da plasticidade pulsional, uma forma de encaminhar a satisfação pulsional por meios diferentes e menos sofridos do que aqueles do sintoma. Nas palavras de Harari (2001, p. 287): “Onde sintoma estava, *sinthoma* deve advir”⁸. Avalio que esta proposição se aplica perfeitamente ao fim de análise nas neuroses, e, acrescento outra, agora aplicável às psicoses, onde o *sinthoma* adquire sua função mais claramente protética: *Onde sintoma não estava, sinthoma pode advir*.

De qualquer forma, seja o *sinthoma* prótese ou elo estrutural da organização subjetiva, o que interessa nesta pesquisa é a discussão da relação deste conceito com a sublimação, em virtude do estabelecimento das semelhanças e dessimetrias entre sublimação e final de análise. Harari (2001, p. 273) afirma, sem ressalvas, que sublimação e *sinthoma* se diferenciam por serem conceitos regidos por “lógicas distintas, caso adotem, ou não, o falo (a castração) como referencial definitivo”. A sublimação está inscrita na lógica fálica, pois, se assim não o fosse, não poderia ser definida como um caminho de satisfação pulsional que prescindir do recalque. Para prescindir do recalque, é, antes, necessário que este mecanismo componha o funcionamento subjetivo, o que implica haver passado pelo Édipo e pela castração e, portanto, estar sob a lógica fálica. Por sua vez, o *sinthoma* não está sob a égide da ordenação fálica, pois ao ser pensado como prótese na psicose – estrutura clínica constituída pela forclusão do *Nome-do-Pai* – ele é definido como excluído da castração e da lógica fálica. Da mesma forma, pensado como elo estrutural da organização subjetiva, o *sinthoma* está aquém da lógica fálica, uma vez que situado em referência aos primórdios da constituição subjetiva.

Se há uma diferença lógica e estrutural entre sublimação e *sinthoma*, e se este último está associado ao final de análise, temos, por conseqüência, um passo dado, também, na direção da identificação dos limites entre a sublimação e o final de análise. O *fazer com o vazio*, na sublimação, está

⁸ É explícita a alusão de Harari à formulação freudiana presente na conferência 31: “*Wo es war, sooll ich werden*,; Ali onde se estava, ali como sujeito devo vir a ser” (Garcia-Roza, 2001, p. 209).

implicado na lógica fálica e atrelado ao ato criativo, onde um *objeto é elevado à dignidade da Coisa*. O *fazer com o gozo podre*, no final de análise, não implica a lógica fálica e criacionista a partir do vazio, é antes o reconhecimento da impossibilidade do gozo pleno e a aceitação de uma satisfação sempre parcial.

Em outras palavras, estes dois *atos de fazer com* operam de formas distintas e com resultados ou efeitos diversos. Como já observado, nos capítulos precedentes, a sublimação não impede a presença do adoecimento sintomático ou fenomênico e, portanto, não pode equivaler ao final de análise, quando se espera haver – ainda que não de forma definitiva e decisiva – uma maior amplitude das satisfações pulsionais sem o adoecimento e o gozo do sofrimento. De qualquer modo, estas diferenças entre sublimação e final de análise não anulam a sua aproximação em função dos dois processos envolverem o sujeito em sua relação com a falta e com a presença do Real.

Pommier (1990) também é categórico ao diferenciar o fim de análise e a sublimação, indicando a pertença de ambos a registros distintos: a sublimação concerne à pulsão, enquanto o fim de análise incide sobre a fantasia. Este critério de diferenciação também implica numa aproximação; afinal, a fantasia se constrói a partir de e sobre o campo pulsional. Nas interfaces entre fim de análise e sublimação, ambas se articulam a uma perda de gozo, entretanto, “a primeira não guarda esperança, enquanto que a segunda recupera o que foi perdido e isto graças à obra.” (Pommier, 1990, p.202). Assim, encontramos a confirmação da existência de um elo comum entre sublimação e final de análise, mas, também, a clareza a respeito da distinção entre os dois processos. O elo diz respeito exatamente à presença do sujeito e seu desejo nos dois processos, sujeito marcado pela falta, pela perda de gozo, pela impossibilidade do Real. Entretanto, neste mesmo ponto se encontra a diferença essencial: “a estética está assim do lado da pulsão, do gozo, enquanto que a ética se confronta com a impossibilidade de um desejo que renunciou a este gozo” (Pommier, 1990, p.205).

Com o estabelecimento dos contornos delimitadores da sublimação e do final de análise, está indicado que um tratamento analítico não conduz o sujeito para a sublimação e, portanto, uma análise não produz efeitos diretamente sobre a capacidade sublimatória, não desenvolve ou amplia o potencial de

sublimação. E, ainda, é preciso assinalar que a sublimação não depende do trabalho analítico para se efetivar. A sublimação é fundadora da civilização e, portanto, muito anterior à descoberta da psicanálise e é um processo que possui elementos em comum com o resultado de uma análise, mas economizando todo o percurso do tratamento analítico (Pommier,1990). Então, como entender a formulação lacaniana que supõe a sublimação como *fruto típico da situação analítica*?

Proponho – ciente de que apesar de didáticas, são problemáticas as comparações metafóricas – acompanharmos a metáfora presente neste enunciado de Lacan. Elejo como exemplo a goiabeira, árvore frutífera velha conhecida de todos. Uma goiabeira, potencialmente, dá goiabas, isto é um fato, fato determinado pela condição de goiabeira que aquela árvore possui. Para que esta árvore dê sua florada e produza seus frutos não é necessário nada além do que qualquer planta precisa para se desenvolver e frutificar: terra, água, luz e polinização. Mas a florada será melhor e os frutos mais bonitos se a terra for adubada, a quantidade de água controlada e os pequenos frutos envoltos em sacos de papel para não “bicharem” enquanto crescem e amadurecem.

Nesta metáfora, considero a situação analítica comparável aos cuidados para que a árvore produza mais e melhor. Ressalva seja feita: a ética analítica não está alinhada com o discurso capitalista do empreendedorismo ou da qualidade total. Como já referido, a psicanálise não é regulada pela ética do bem-fazer ou do bem-estar, mas, sim, pela ética do bem-dizer. A comparação deve ser feita pensando nos efeitos de desamarras dos sintomas e das inibições produzidos por uma análise, os quais podem, ainda que indiretamente, favorecer as condições para a ocorrência da sublimação. Falo de uma espécie de desobstrução de caminhos e não de um aumento de potencial ou da capacidade de sublimar. Afirmo, assim, que uma análise pode colaborar para que o sujeito usufrua ou utilize mais o recurso da sublimação, o que não implica em uma análise produzir sublimação.

Neste ponto, retomo a proposição, feita no item anterior deste mesmo texto, de ser a sublimação um recurso, recurso desenvolvido pelo sujeito ao longo de sua organização subjetiva. Recurso que depende da presença da

castração primordial, da inscrição do Nome do Pai e da possibilidade de abrir mão deste mesmo Nome. As condições que habilitam a existência da sublimação como recurso e, ainda, os elementos associados ao lançar mão ou não deste recurso – ambos discutidos no item anterior – podem ser comparados na metáfora com o potencial a dar goiabas, ou a condição de goiabeira. Em outros termos, se a sublimação é um recurso com o qual o sujeito possa contar, a análise pode ser favorecedora de sua utilização.

Considero não mais haver dúvida sobre a não-equivalência entre sublimação e final de análise: uma análise não resulta num encaminhamento para a sublimação e para o ato criativo. Entretanto, o tratamento analítico e a sublimação têm em comum o fato de favorecerem a emergência do sujeito marcado pela falta e pelo desejo: a análise, pela produção da queda das identificações alienantes, do reconhecimento da falta e do impossível do Real; a sublimação, pela liberação do sujeito do lugar de falo e por contemplar o vazio e o impossível do Real. Além do mais, uma análise pode viabilizar o campo sublimatório em virtude de seus efeitos sobre as inibições e do abandono do gozo sintomático em favor de outras modalidades de satisfação, entre as quais pode constar a sublimação.

4.4. Momento de concluir

Neste momento de concluir, impõe-se a ênfase sobre os pontos de ancoragem desta tese.

Foi resgatado o conceito de sublimação e sustentada a presença do sujeito na sublimação. Presença marcada no e pelo ato criativo via processo sublimatório, em que a emergência do sujeito se dá com o afastamento do lugar de objeto e a possibilidade de reconhecimento e lide com o Real; onde o vazio da *Coisa*, fundamental para a constituição e presença do sujeito, é contemplado. O ato criativo via sublimação se efetiva, não para escamotear o vazio, mas sim para sustentá-lo, e deste modo garantir a presença sujeito. Presença favorecida pela própria dinâmica sublimatória – fundada nos primórdios da constituição subjetiva, no momento do corte, da separação –, que opera pelo desvio, com a produção de uma satisfação sexual de forma independente do recalque e de suas derivas de sofrimento sintomático. Mesmo tendo em sua estrutura a repetição, a sublimação também opera uma espécie de desvio em relação aos efeitos desta, pois o ato criativo via sublimação comporta o Real (*eleva à dignidade da Coisa*), enquanto que a repetição põe em ato o Real (*expõe a face de horror da Coisa*) através da *atuação*, da *passagem ao ato* e do *acting-out*.

Isto posto, é inegável a aproximação do campo sublimatório com os efeitos do trabalho analítico e, principalmente, com o que é determinado como fim de análise na teoria lacaniana. Afinal, com o tratamento analítico, é esperada a emergência do sujeito marcado pelo vazio e pelo impossível, desgarrando-se do gozo adoentado e encaminhando formas de satisfação mais prazerosas e menos pesarosas. O *fazer ali com* o que antes gerava o adoecimento é comparável ao *fazer com o vazio* na sublimação. Como desenvolvido no item anterior, esta aproximação não iguala a sublimação ao final de análise, mas, sim, permite indicar o tratamento analítico como capaz de alargar as vias pelas quais a sublimação pode se efetivar.

No meu entendimento, todo o caminho percorrido nesta pesquisa permite chegar ao reconhecimento da sublimação como um conceito de peso no

campo psicanalítico: afinal, seus efeitos produzem subjetivação, favorecem a satisfação pulsional e podem extrapolar as fronteiras do indivíduo, com implicações na cultura e nos laços sociais. Muitas ressalvas já foram feitas nesta tese sobre o cuidado em não caracterizar a sublimação como salvadora da humanidade ou como capaz de promover a adaptação social. Repito: a sublimação não impede ninguém de adoecer e não possui nenhum compromisso com o aceitável, desejável ou elogiável socialmente. Entretanto, o valor do processo sublimatório não pode ser negado, ainda mais em tempos tão funestos, quando reina a apatia e a dessubjetivação, quando o ato criativo sobrevive às minguas, à sombra de outras modalidades de ato, marcadas por condutas violentas, delirantes, transgressoras ou depressivas.

Falo, então, da condição da sublimação como um conceito de peso, no sentido de sua capacidade de produzir, ao menos em alguma medida, um efeito de leveza para a existência humana. Não uma leveza que acabe por deixar o sujeito à deriva; ao contrário, leveza que permita a este sujeito reencontrar, ainda que momentaneamente, a firmeza que só as bases podem fornecer. E não é o vazio, presente na sublimação, fundador das bases constitutivas do sujeito? Bases estruturalmente abaladas no contemporâneo regulado pelos discursos da ciência e do capitalismo, discursos orientados para a eliminação da falta e das diferenças, para a anulação dos limites e do vazio primordial e fundador do humano.

Na iminência do ponto final, desejo retomar a afirmativa sobre a presença da subjetividade do pesquisador em seu trabalho e a associação deste aspecto ao quesito originalidade de uma tese. Como indicado em outros momentos, a produção desta tese foi para mim um ato de criação associado ao meu percurso de formação e atuação junto à psicanálise. Percurso, acrescento, marcado por uma história pessoal em que o vazio do papel que um dia na infância suscitou angústia paralisante pode se transformar em convite à escrita.

Considero que as estradas da vida, escolhidas não por acaso, me levaram até uma encruzilhada, onde ocorreu o encontro entre a psicanálise e esta pesquisa de doutorado. Um encontro, considerado por muitos como problemático, entre a formação e a prática psicanalíticas fora da Universidade e o âmbito acadêmico. Para mim um encontro agradável, produtor de um trabalho árduo e

demorado, mas muito aprazível. Sinceramente, espero que o leitor que, pacientemente, me acompanhou até aqui tenha compartilhado desta experiência de interlocução entre psicanálise e Universidade. Anseio ainda que a leitura tenha deixado claro que a originalidade desta tese pode ser encontrada em todos os pontos onde a minha singularidade como autora se presentificou: do recorte feito no tema, passando pelos enlaces e afirmativas construídas até as conclusões alcançadas.

Finalizo com o crédito nesta e em outras pesquisas que tenham o intuito de fomentar o discurso e a ética da psicanálise. Vislumbro, no resgate do conceito de sublimação realizado nesta tese, e na tessitura produzida sobre as relações deste conceito com a subjetividade no contemporâneo, uma contribuição para a tarefa desde sempre assumida pela psicanálise: sustentar a falta e o desejo, promovendo movimento, mesmo que na direção oposta à maré.

Referências

- ALMEIDA, E. P. & PERIRA, R. S. Críticas à teoria do capital humano (uma contribuição à análise de políticas públicas em educação. *In: Revista 15 ?*. Jun/Dez, 2000. Disponível em www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/AlmeidaPereira.html, acesso em 27/08/2008.
- ANDRADE, C. Y. e DACHS, J.N.W. Acesso à educação por faixas etárias segundo renda e raça/cor. *In: Cadernos de Pesquisa*. Vol 37 (131), 2007. p. 399-422.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 462p.
- BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 418p.
- CANCINA, PURA H. **Fadiga crônica – neurastenia: as doenças da atualidade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004. 256p.
- CASTIEL, S. V. **Sublimação: clínica e metapsicologia**. São Paulo: Escuta, 2007. 143p.
- CHEMAMA, R. (org.) **Dicionário de Psicanálise**. Porto Alegre: Larousse-Artes Médicas Sul, 1995. 241p.
- CRUGLAK, Clara. **Clínica da identificação**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001. 154p.
- DE NEUTER, P. Do sintoma ao sinthoma. *In: Dicionário de Psicanálise: Freud & Lacan, 1*. Salvador: Ágalma, 1997. p. 247-258
- DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan**. Porto Alegre: Artes médicas, 1991. 203p.
- DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005. 210p.
- ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005. 174p.
- FERRATER MORA, J. **Dicionário de Filosofia**. Tomo I, São Paulo: Edições Loyola, 2000. 786p.

- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004. 896p.
- FONTENELE, L. **A interpretação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 59p.
- FREUD, S. Proyecto de psicología [1950 (1895)]. *In: Obras completas*. Vol I. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica [1950 (1895)]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Fragmentos de la correspondencia con Fliess. Manuscrito L [1897]. *In: Obras completas*. Vol I. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Extratos de documentos dirigidos a Fliess. Rascunho L [1897]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. La interpretación de los sueños [1900]. *In: Obras completas*. Vol V. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. A interpretação dos sonhos [1900]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol V. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Tres ensayos de teoría sexual [1905]. *In: Obras completas*. Vol VII. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade [1905]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. La moral sexual “cultural” y la nerviosidad moderna [1908]. *In: Obras completas*. Vol IX. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna [1908]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Un recuerdo infantil de Leonardo da Vinci [1910]. *In: Obras completas*. Vol XI. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância [1910]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Trabajos sobre técnica psicoanalítica. [1911-1915 (1914)]. *In: Obras completas*. Vol XII. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

- FREUD, S. Artigos sobre técnica. [1911-1915 (1914)]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- FREUD, S. Tótem y tabú. Algunas concordancias en la vida anímica de los salvajes y los neuróticos [1913 (1912-13)]. *In: Obras completas*. Vol XIII. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Totem e tabu [1913 (1912-13)]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- FREUD, S. Introducción del narcisismo [1914]. *In: Obras completas*. Vol XIV. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução [1914]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Lo inconciente [1915b]. *In: Obras completas*. Vol XIV. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. O inconsciente [1915b']. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996d.
- FREUD, S. Pulsiones y destinos de púlsion [1915a]. *In: Obras completas*. Vol XIV. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Os instintos e suas vicissitudes [1915a']. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Trabajos sobre metapsicología [1915c]. Introducción, James Strachey. *In: Obras completas*. Vol XIV. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Artigos sobre metapsicología [1915c']. Introdução do Editor Inglês. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Conferencias de introducción al psicoanálisis [1916-1917 (1915-1917)]. *In: Obras completas*. Vol XV. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Conferências introdutórias sobre psicanálise [1916-1917 (1915-1917)]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Más allá del principio de placer [1920]. *In: Obras completas*. Vol XVIII. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Além do princípio de prazer [1920]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996f.
- FREUD, S. Psicología de las masas y análisis del yo [1921]. *In: Obras completas*. Vol XVIII. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

- FREUD, S. Psicología de Grupo e análise do ego [1921]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- FREUD, S. El yo y el ello [1923]. *In: Obras completas*. Vol XIX. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. O ego e o id [1923]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- FREUD, S. La negación [1925]. *In: Obras completas*. Vol XIX. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. A negativa [1925]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- FREUD, S. El porvenir de una ilusión [1927]. *In: Obras completas*. Vol XXI. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. O futuro de uma ilusão [1927]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- FREUD, S. El malestar en la cultura [1929]. *In: Obras completas*. Vol XXI. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização [1929]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996g.
- FREUD, S. 31 conferencia. La decomposición de la personalidad psíquica. Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis. [1932]. *In: Obras completas*. Vol XXI. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Conferência XXXI. A decomposição da personalidade psíquica. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. [1932]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- FREUD, S. 32 conferencia. Angustia y vida pulsional. Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis. [1932]. *In: Obras completas*. Vol XXII. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Conferência XXXII. Angústia e vida pulsional. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. [1932]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- FREUD, S. Análisis terminable e interminable [1937]. *In: Obras completas*. Vol XXIII. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Análise terminável e interminável [1937]. *In: Obras completas. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996

- FREUD, S. Moisés y la religión monoteísta [1939 (1934-38)]. *In: Obras completas*. Vol XXIII. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Moisés e o monoteísmo: três ensaios [1939 (1934-38)]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- FREUD, S. Esquema del psicoanálisis [1940 (1938)]. *In: Obras completas*. Vol. XXIII. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- FREUD, S. Esboço de psicanálise [1940 (1938)]. *In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- FRIGNET, H. Nó e enodamento borromeano. *In: Dicionário de Psicanálise: Freud & Lacan*. Salvador: Ágalma, 1997. p. 169-177.
- GARCIA-ROZA, L. **O mal radical em Freud**. . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. 166p.
- GARCIA-ROZA, L. *Pesquisa do tipo teórico*. *In: Psicanálise e Universidade*, 1 (1), PUC-São Paulo, 1994, p9-32.
- GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 235p.
- GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 236p.
- GELLIS, A. L. **A sublimação depois de Freud**. Tese (doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000. 270p.
- HARARI, R. **O seminário “a angústia” de Lacan: uma introdução**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997. 241p.
- HARARI, R. **O que acontece no ato analítico?; a experiência da psicanálise**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001. 239p.
- HYPOLITE, J. Comentário falado sobre a *Verneinung* de Freud. *In: Lacan, J. Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 937p.
- JURANVILLE, A. **Lacan e a filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. 427p.
- KEHL, M. R. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 203p.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 23: o sinthoma** [1975-76]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007. 249p.

- LACAN, J. **O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise** [1959-60]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. 396p.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise** [1964]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. 396p.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 10: a angústia** [1962-63]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. 366p.
- LACAN, J. **A lógica do fantasma** [1966-67]. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, publicação não comercial, 2008. 450p.
- LACAN, J. **El acto psicoanalítico** [1967-68]. Buenos Aires: Discurso Freudiano, sd. 192p.
- LACAN, J. Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. *In: Lacan, J. Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 937p.
- LACHAUD, D. Repetição. *In: Dicionário de Psicanálise: Freud & Lacan, 1*. Salvador: Ágalma, 1997. p. 225-246
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B. **Vocabulário de Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 552p.
- LAZNIK-PENOT, M-C. Por uma teoria lacaniana das pulsões. *In: Dicionário de Psicanálise: Freud & Lacan, 1*. Salvador: Ágalma, 1997. p. 209-224.
- LEBRUN, Jean-Pierre. **Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004. 218p.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 400p.
- MARINI, Marcelle. **Lacan: a trajetória do seu ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 317p.
- MAURANO, D. **Para que serve a psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 64p.
- MELMAN, C. **Como alguém se torna paranóico: de Schreber a nossos dias**. Porto Alegre: CMC Editora, 2008. 144p.
- MILLER, J-A. Psicoterapia e psicanálise. *In: FORBES, J. (org). Psicanálise ou psicoterapia*. Campinas: Papirus, 1997. p. 9-20.
- NASIO, J-D. **Como trabalha um psicanalista?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 170p.

- POMMIER, Gerard. **O desenlace de uma análise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. 217p.
- POMMIER, Gerard. **A ordem sexual: perversão, desejo e gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. 226p.
- QUEIROZ, T. C. N. **Do desmame ao sujeito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. 287p.
- REZENDE, A. M. A investigação em psicanálise: exegese, hermenêutica e interpretação. *In*: Silva, M. E. L. (org). **Investigação e Psicanálise**. São Paulo, Papyrus, 1993. p.103-118.
- ROUDINESCO, E. **Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 548p.
- ROUDINESCO, E. **Por que a psicanálise?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 163p.
- ROUDINESCO, E. E PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998. 874p.
- SAFLATE, V. **A paixão do negativo: Lacan e a dialética**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 335p.
- SAFRA, G. O uso de material clínico na pesquisa psicanalítica. *In*: Silva, M. E. L. (org). **Investigação e Psicanálise**. São Paulo, Papyrus, 1993. p.119-132.
- SANTOS, T.C. **Sinthoma: corpo e laço social**. Transcrição do seminário ministrado por Tânia Coelho dos Santos no PPGTP/IP/UFRJ e na Seção Rio Escola Brasileira de Psicanálise no primeiro semestre de 2005. Rio de Janeiro: Ed. Sephora/UFRJ, 2006. 287p.
- TAVARES JUNIOR, F. **Limites sociais da educação – estratificação, mobilidade social e ensino superior**. Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – Sociologia, 2007. 425p. Disponível em: <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html>, acesso em 27/08/2008.
- VALLEJO & MAGALHÃES. **Lacan: operadores da leitura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991. 163p.
- WINE, N. **Pulsão e inconsciente: a sublimação e o advento do sujeito**. Jorge Zahar Editor, 1992. 168p.

Bibliografia Consultada

- ANDRADE, L.F.G. Ato analítico e criação. In: *Anais do XII Congresso do Círculo Brasileiro de Psicanálise*. Porto Alegre, 1998. Disponível em www.escolafreudianajp.org/, acesso em 10/03/2009.
- AUTUORI, S. Lacan e a arte: Catando migalhas. Disponível em: www.estadosgerais.org/encontro/IV/PT/trabalhos/Sandra_Autuori.pdf, acesso em 3/2/2009.
- BASTOS, A. O sintoma: uma questão de escrita. In: *Ágora: Estudos em teoria psicanalítica*. Vol. 11, n.2. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em www.scielo.br, acesso em 3/2/2009.
- BIRMAN, J. O mal-estar na modernidade e a psicanálise: a psicanálise à prova do social. *Physis* [online]. 2005, vol.15, suppl. [cited 2009-05-19], pp. 203-224. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312005000300010&lng=en&nrm=iso. ISSN 0103-7331, acesso em 30/05/2008.
- BIRMAN, J. **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002. 116p.
- CHEMAMA, R. **Elementos lacanianos para uma psicanálise do cotidiano**. Porto Alegre: CMC Editora, 2002. 352p.
- DARRIBA, V. A falta conceituada por Lacan: da Coisa ao objeto *a*. *Ágora (Rio J.)* [online]. 2005, vol.8, n.1 [cited 2009-05-19], pp. 63-76 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982005000100005&lng=en&nrm=iso. ISSN 1516-1498. doi: 10.1590/S1516-14982005000100005, acesso em 23/05/2008.
- GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana 1**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 209p.
- DORGEUILLE, C. e CHEMAMA, R. (org.). **Dicionário de Psicanálise: Freud & Lacan, 2**. Salvador: Ágalma, 1998. 136p.
- GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana 3**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 295p.
- GARCIA-ROZA, L. A. **Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 128p.

- GUIMARÃES, D. M. **A voz na luz**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 188p.
- GUIMARÃES, D. M. **Vazio iluminado: o olhar dos olhares**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 148p.
- HARARI, R. **Uma introdução aos quatro conceitos fundamentais de Lacan**. Campinas: Papirus, 1980. 273p.
- HARARI, R. **Como se chama James Joyce?: A partir do seminário Le Sinthome de J. Lacan**. Salvador: Ágalma; Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002. 325p.
- KAUFMANN, P. **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 784p.
- JULIEN, P. **Psicose, perversão, neurose: a leitura de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002. 207p.
- MELMAN, C. **A prática psicanalítica hoje – conferências**. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano, 2008. 307p.
- MELMAN, C. **O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003. 211p.
- PEREIRA, S.W. Uma nova visada sobre o tema da sublimação. Disponível em: www.estadosgerais.org/historia/43-uma_nova_visada.shtml, acesso em 23/2/2007.
- PINHEIRO, T. Sublimação e idealização e a pós-modernidade. Disponível em: www.estadosgerais.org/historia/textos.shtml, acesso em 30/05/2008.
- RASSIAL, J. J. **O sujeito em estado limite**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000. 176p.
- RABINOVICH, D.S. **Clínica da pulsão – as impulsões**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004. 103p.
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 199p.
- SIQUEIRA, B. E. F. Leonardo da Vinci: Fantasma, arte e sublimação. Disponível em: www.psicanalisebarroco.pro.br/revista/revistas/obras/leonardo.pdf, acesso em 3/2/2009.
- SOLER, C. **Variáveis do fim de análise**. Campinas: Papirus, 1995. 212p.
- VALAS, P. **As dimensões do gozo: do mito da pulsão à deriva do gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 116p.